



Atividade econômica brasileira cresce 0,9% em janeiro

Isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil custará R\$ 27 bi por ano

Página 29

Saúde anuncia 2,2 mil novas vagas e cadastro reserva para o Mais Médicos

Página 4

Após recuo em dezembro de 2024, a atividade econômica brasileira cresceu no primeiro mês de 2025, de acordo com informações divulgadas na segunda-feira (17) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,9% em janeiro em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

No mês, o IBC-Br atingiu 154,6 pontos. Na comparação com janeiro de 2024, houve crescimento de 3,6% (sem ajuste para o período, já que a

comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo em 3,8%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,25% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos. Página 3

Contrata+Brasil tem adesão de 187 instituições públicas

A plataforma Contrata +Brasil, em um mês de operação, registrou 17 contratações de microempreendedores individuais (MEI) feitas por órgãos públicos em dez municípios.

A plataforma de oportunidades de negócios lançada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) opera de forma gratuita e conecta compradores públicos da União, estados e municípios a prestadores de serviços de todo o país, inicialmente somente destinado a microempreendedores individuais.

A iniciativa tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico regional, de forma a gerar emprego e renda e incentivar o mercado local.

Números

O MGI registra, até o momento, a adesão à plataforma de 187 agentes públicos contratantes, incluindo órgãos de 132 municípios, como prefeituras, câmaras municipais e outras entidades.

Mais de 1,2 mil MEI inscritos no Contrata+Brasil estão aptos a oferecer propostas, enviar seus preços e atender demandas de serviços disponíveis na sua cidade.

A plataforma tem registrada quase 60 oportunidades de negócio, como de instalação de sistemas centrais de ar-condicionado; reparação de equipamentos esportivos, manutenção de telefonia; carga preventiva de extintor de incêndio; manutenção predial, entre outros.

Ao todo, essas oportunidades de serviços receberam, juntas, um total de 240 propostas.

O gestor público pode preencher o formulário de cadastro para contratar serviços de manutenção e pequenos reparos do Contrata+Brasil no valor de até R\$ 12.545,11.

Entre os serviços que podem ser ofertados, estão pequenos reparos, como pintura, encanamento, eletricidade e reforma de móveis.

Os MEI podem se cadastrar gratuitamente, enviar propostas e acompanhar todo o processo de contratação de forma digital, transparente e simplificada. (Agência Brasil)

DÓLAR
Comercial
Compra: 5,67
Venda: 5,67
Turismo
Compra: 5,74
Venda: 5,92
EURO
Compra: 6,19
Venda: 6,19

Enel faz mutirão para cliente renegociar débitos



Foto: Marcello Casal Jr./ABR

Página 29

Feirão da Sabesp oferece condições especiais para quitação de débitos

Página 3

Turismo paulista deve movimentar R\$ 340 bilhões neste ano

Página 2

Mais de 560 mil pessoas entregaram declaração do IRPF no primeiro dia

Página 4

Esporte

Norris vence corrida maluca da F-1 na Austrália

A McLaren confirmou o favoritismo e venceu o GP da Austrália, primeira etapa da temporada da F-1, com Lando Norris. Mas a corrida esteve muito, muito longe de ser previsível. A começar pela pista molhada, que embaralhou as estratégias e bagunçou o resultado no domingo, dia da corrida.

A superioridade da atual campeã de Construtores ficou evidenciada na classificação, formando a primeira fila com Lando Norris na pole position e Oscar Piastri em segundo. Max Verstappen, da Red Bull, alinhou em terceiro lugar, com um tempo quase quatro décimos acima da pole. Página 30



Foto: McLaren

Lando Norris



Foto: F1

Rafael Câmara

O brasileiro Rafael Câmara venceu no sábado (15) a corrida principal da etapa de abertura da Fórmula 3, disputada no circuito de Albert Park, em Melbourne. O piloto, que integra o Ferrari Driver Academy e defende a Trident, estreou na ca-

Rafael Câmara vence de ponta a ponta corrida principal na Austrália e é líder da F3

tegoria neste final de semana com a pole position da prova, que foi realizada debaixo de chuva. De quebra, o estreante saiu da Austrália na liderança do campeonato.

A corrida teve o brasileiro liderando de forma dominante. Câmara, que liderou de ponta a ponta, chegou a abrir cinco segundos de frente para o segundo colocado. Um acidente já na 13ª volta de disputa encerrou a prova com bandeira vermelha, definindo a vitória em favor do atual campeão da FRECA. Página 30

Atletismo Brasil já faz treinos finais na China para o Mundial Indoor

A delegação do Brasil viajou para a China em dois grupos - a maior parte já está treinando em Taicang, sede do Mundial Indoor de Nanjing, na China, desde o fim de semana. O Mundial será realizado de sexta-feira a domingo, de 21 e 23 de março - por causa do fuso horário terá início na noite de quinta-feira (20/3) no horário de Brasília. O Atletismo Brasil terá 17 atletas na China - cinco mulheres e 12

homens. A equipe foi ampliada em função da realocação de vagas pela World Athletics.

A delegação brasileira terá uma mescla de atletas experientes - oito dos convocados estiveram nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024 - e caras novas, como a saltadora Regiclécia Cândido da Silva (Pinheiros-SP) e o velocista Thiago Gobatti (AFEA-SP). Página 30

Miguel Silva sobe no pódio em terceiro na OKN Júnior



Foto: Leonardo Dias

Miguel Silva foi o piloto que fez mais ultrapassagens na OKN Jr

Pela segunda vez consecutiva o piloto Miguel Silva (RodOil/ Shield Oil/SOS Bike Móvel) subiu no pódio da categoria internacional OKN Júnior. No último sábado (15) ele foi terceiro colocado na 2ª etapa da Copa São Paulo Light de Kart, disputada no Kartódromo de Interlagos, em São Paulo (SP). Com este resultado

‘Miguelito’ é terceiro colocado no campeonato, com 15 pontos, apenas cinco de diferença para os líderes Nicolas Guth e Samuel Santiago, vencedores respectivamente das duas primeiras etapas.

“Fiquei feliz com o resultado, que vem mostrando a minha consistência no pelotão de frente. Página 30

Turismo paulista deve movimentar R\$ 340 bilhões neste ano

O turismo em São Paulo seguirá sua trajetória de crescimento em 2025, com previsão de um Produto Interno Bruto (PIB) superior a R\$ 340 bilhões (valor estimado), representando uma alta de 3,65% em relação ao ano anterior. É o que projeta o Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET) ligado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP).

A projeção está alinhada com as estimativas mais conservadoras para o PIB geral do estado, mas se destaca por evidenciar o crescimento contínuo do setor, que tem superado a média da

economia paulista. Desde 2021, o turismo tem demonstrado forte desempenho de recuperação e crescimento estrutural, com aumento constante de sua participação econômica no estado.

Em 2023, o setor já havia ultrapassado os índices pré-pandemia, e a recuperação tem sido impulsionada principalmente pela expansão da oferta de serviços turísticos e pela posição central de São Paulo como um dos destinos mais atrativos, tanto para turistas domésticos quanto internacionais.

A projeção do Centro de Inteligência da Economia do Turismo

para este ano é de que 51 milhões de turistas circulem no estado, sendo 48,5 milhões domésticos e 2,5 milhões internacionais.

A combinação de forte demanda interna e os investimentos crescentes em infraestrutura turística garantirão a continuidade do crescimento do setor, que

deverá representar 9,7% do PIB paulista até o final de 2025. “O turismo de São Paulo mantém sua trajetória de crescimento acima da média. O Estado é o maior receptor de turistas do país e tem a maior participação na economia do turismo nacional, estando preparado para atrair novos investi-

mentos”, afirma o Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, Roberto de Lucena.

Para Lucena, os números refletem o dinamismo e o potencial de São Paulo como catalisador de investimentos e oportunidades. “Projetamos a criação de 33 mil novos empregos diretos este

ano. Trata-se de um crescimento consistente”, complementa.

Com esse cenário favorável, São Paulo reafirma sua posição como um dos maiores polos turísticos do Brasil, e o setor de turismo se mantém como um dos principais motores da economia paulista. (Governo de SP)

Departamento Hidroviário de SP reduz tempo de espera em travessias do estado no Carnaval 2025

O Departamento Hidroviário (DH) divulgou o balanço da Operação Carnaval 2025, realizada entre os dias 28 de fevereiro e 10 de março, e os resultados mostram um aumento significativo no volume de veículos e passageiros transportados: 351.516 veículos e 299.981 passageiros. Apesar do volume, o DH teve uma redução expressiva no tempo máximo de espera para embarque nas principais travessias do litoral paulista nos horários de pico das linhas – que correspondem ao intervalo entre 6h e 22h.

Na travessia São Sebastião/Ilhabela, foram transportados 74.936 veículos (incluindo moto-

cicletas, automóveis e caminhões) e 86.745 passageiros (9.145 ciclistas e 77.600 pedestres). Em comparação com o Carnaval anterior, houve um aumento de 20% no transporte de veículos, com destaque para caminhões, que tiveram um crescimento de 34%.

O número de passageiros também cresceu 55%, com pedestres registrando um aumento de 57%. Apesar do maior volume, nas viagens que ocorreram nos horários de pico, o tempo máximo de espera para embarque caiu 5%, com a maioria das viagens ocorrendo em até 30 minutos.

Já na travessia Santos/Guarujá, o DH registrou o transporte de 235.389 veículos e 62.021 passageiros (59.543 ciclistas e 2.478 pedestres) no período. O aumento foi de 11% no transporte de veículos, com destaque para caminhões, que tiveram um crescimento expressivo de 101%. Nos embarques que ocorreram entre as 6h e as 22h, o tempo máximo de espera para embarque caiu drasticamente, com uma redução de 56%, o que equivale a 53 minutos a menos de espera. Durante o período, a maioria dos usuários foi atendida em até 15 minutos.

A travessia Bertioga/Guarujá também apresentou números positivos, com 16.506 veículos, alta

de 1%, e 32.092 passageiros transportados (980 ciclistas e 31.112 pedestres). Mesmo com este crescimento, o tempo de máximo de espera para embarque se manteve estável, em torno de 30 minutos.

Na travessia Santos/Vicente de Carvalho, que é majoritariamente utilizada por passageiros que se deslocam para o trabalho, foram transportados 80.213 passageiros (12.265 ciclistas e 67.948 pedestres), com uma leve redução de 2% em relação ao ano anterior. O pico no tempo de espera para embarque caiu 7%, mantendo a eficiência do serviço mesmo durante o período de alta demanda. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Em tempos de Palmeiras x Corinthians, vale lembrar que os jogadores Ademir da Guia (Palmeiras) e Zé Maria ... mais Biro Biro (Corinthians) foram vereadores no maior [do Brasil] e mais importante time de parlamentares municipais

PREFEITURA (São Paulo)
Já treinando pra possíveis jogos maiores [que podem rolar nos campos da política estadual ... ou até nacional], o católico e reeleito 2024 prefeito Ricardo Nunes (MDB) tá esperando um milagre na 2ª partida do seu Palmeiras x Corinthians

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Veterano deputado e ex-presidente Barros Munhoz (PSDB) - escalado pra jogar na 2ª secretaria da mesa diretora - diz que o reeleito [presidente] deputado André Prado (PL) às vezes nos 'ensina' como jogar nos times das séries A e B] da ALESP

GOVERNO (São Paulo)
Em campanha por reeleição 2026, em vez de candidato presidencial 2026, o governador Tarcísio (Republicanos) jogou [no Rio] com o ex-presidente Bolsonaro (PL) e alguns governadores, pela ausência aos depredadores(as) do 08.01.2023

CONGRESSO (Brasil)
Ex-senador e ex-presidente [eleição indireta 1985], Sarney faz 95 anos [24 março 2025]. Até o Lula (SAF no PT) tá comemorando junto [pelo início dos 40 anos da 'democracia'] ... tempo em que Lula sofria [ao lado de Sócrates e Corinthians]

PRESIDÊNCIA (Brasil)
O palmeirense e ex-presidente Bolsonaro (PL) tá rezando [e também orando] pro seu time reagir no 2º jogo contra o Corinthians. Já o presidente Lula (SAF no seu 'timão' / PT), segue rezando pra que seu Corinthians volte a ser campeão (SP)

PARTIDOS (Brasil)
Tendo se tornado um dos maiores jogadores, treinadores e dirigentes do Século 21, o ex-prefeito paulistano Kassab (refundador em 2011 e SAF no seu PSD) segue nas suas buscas de reforços [nos outros times] pro seu agora grande time

JUSTIÇAS
Em jogo [jogado no 'tapetão' do Supremo], 7 parlamentares [Câmara Federal] tão tendo anulados os resultados das partidas ganhas em 2022. E não há 'VAR' que possa anular a retroatividade que prejudicou jogadores/as e as torcidas votantes ...

(Brasil)
... Na prorrogação, deu 6 x 5 com gols de Mendes, Toffoli, Alexandre, Zanin, Kássio e Dino. Entre parlamentares que perderam, não há deputados(as) federais [Estado SP]. Quem mais ganhou foi o time da deputada Renata Abreu (SAF no Podemos)

ANO 33
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “E disse Faraó a seus servos: Acharemos um homem como este, em quem haja o Espírito de Deus?” **Gênesis 41:38**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Filial: Curitiba / PR

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Urbanização avança no estado de SP, e população rural apresenta média de idade maior, aponta Fundação Seade

A população paulista está cada vez mais urbana. Análise da Fundação Seade mostra que, entre 1980 e 2022, o grau de urbanização no estado de São Paulo passou de 88,6% para 97%. Paralelamente, a idade média da população rural aumentou de forma mais acelerada do que a urbana. Enquanto a média de idade da população urbana subiu de 33,5 anos, em 2010, para 37,6 anos, no meio rural esse avanço foi maior, passando de 32,9 para 38,9 anos no mesmo período.

“A população urbana quase dobrou no período analisado, correspondendo a 43,1 milhões

de habitantes em 2022. Esse resultado reflete uma tendência global de concentração da população em áreas urbanas, impulsionada por fatores como oportunidades de trabalho e acesso a serviços”, destaca Paulo Borlina Maia, pesquisador da Fundação Seade.

O estudo ainda revela que, em 2010, 159 municípios paulistas (25%) apresentavam grau de urbanização elevado, maior que 95%, e se concentravam no eixo rodoviário Anhanguera. Já as cidades com grau intermediário (entre 65 e 95%) eram 65% do total e encontravam-se mais a oes-

te do estado.

Apenas 10% (63 municípios) registravam urbanização inferior a 65%, localizados principalmente na região serrana do Vale do Paraíba, no Pontal do Paranapanema e ao sul do estado. Na última categoria, seis municípios tinham menos de 35% de urbanização, com o menor grau pertencente à Pedra Bela (24,9%), na RA de Campinas.

Avanço da urbanização

Em 2022, a urbanização se intensificou no estado, passando a registrar 31% de seus municípios (197) com grau superior a

95%, alargando a concentração no eixo rodoviário Anhanguera e discreto avanço para o oeste.

Os municípios no grau intermediário passaram de 423 para 402, mantendo maior concentração na região oeste. Apenas 46 municípios (7%), mais localizados na região serrana do Vale do Paraíba, no Pontal do Paranapanema e ao sul, apresentaram proporção inferior a 65% e somente a cidade de Pedra Bela permaneceu com grau inferior a 35%, sendo o município paulista com menor grau de urbanização (27,1%). (Governo de SP)

Butantan entrega primeiro lote de 19,8 milhões de doses para imunização contra a gripe no SUS

O Instituto Butantan entregou na semana passada as primeiras 19,8 milhões de doses da vacina trivalente contra a gripe que será usada pelo Ministério da Saúde na campanha nacional de imunização deste ano. A expectativa é que aproximadamente 45 milhões de doses sejam disponibilizadas até o final de março, garantindo assim que o volume adequado de imunizantes seja ofertado em todas as salas de vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS). Até o final de abril, época em que a campanha nacional de vacinação costuma acontecer, outras 22,6 milhões de doses já terão sido entregues.

Capaz de provocar infecção aguda no sistema respiratório e com grande potencial de transmissão, a gripe é desencadeada pelo vírus influenza, podendo evoluir para quadros graves de pneumonia. Dos 80.618 casos notificados de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) com resultado laboratorial positivo

para algum vírus respiratório em 2024, 16,5% foram de influenza A e 2,1% de influenza B, segundo o boletim InfoGripe da Semana Epidemiológica 52/2024.

Devido à rápida velocidade de mutação e adaptação do vírus, o imunizante contra a gripe precisa ser atualizado anualmente. A Organização Mundial da Saúde (OMS) acompanha a circulação do vírus no mundo e indica quais são as cepas mais incidentes, ou seja, que devem estar contidas nas vacinas. São publicadas duas recomendações: uma em fevereiro, específica para os países do hemisfério Norte; e outra em setembro, para as nações do hemisfério Sul. O objetivo da alteração é garantir que os três vírus utilizados na composição da vacina – daí o termo “trivalente” – correspondam àquelas que estão em circulação no momento, reduzindo os chances de infecção. É por isso que mesmo quem se vacinou recentemente deve receber a versão atuali-

zada do produto. Em 2024, apenas 55% da população alvo brasileira foi vacinada – a meta preconizada pela OMS é de 90%.

As 67 milhões de doses que o Butantan encaminhará ao Ministério da Saúde até o final de abril contém as cepas do vírus influenza A/Victoria (H1N1), A/Croácia (H3N2) e B/Austria (linhagem Victoria) – as mais incidentes no hemisfério Sul neste ano. Além desses lotes, entre agosto e setembro, o Instituto enviará uma nova remessa com 5,9 milhões de doses que serão encaminhadas para os estados do Norte. Desde 2024, Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins têm recebido o imunizante com a composição do hemisfério Norte e realizado sua campanha de vacinação no final do ano, levando em consideração as particularidades do início do inverno amazônico. Em 2025, coincidentemente, as vacinas do hemisfério Norte e Sul possuem a mesma

formulação.

Mudanças na estratégia

A vacinação contra a gripe em 2025 traz uma novidade: o imunizante foi incorporado ao Calendário Nacional de Vacinação para crianças de 6 meses a menores de 6 anos, gestantes e pessoas 60+, e será ofertado ao longo de todo o ano para esses públicos. Anteriormente, a campanha acontecia em período específico – entre março e maio, época que precede o inverno e quando acontece maior circulação do vírus influenza.

O objetivo da nova estratégia é ampliar a proteção contra a doença e garantir um acesso mais abrangente e eficaz à vacina. A imunização contra a gripe seguirá de forma sazonal para outros grupos, como puérperas, povos indígenas, pessoas com doenças crônicas, profissionais da saúde, professores, trabalhadores das forças de segurança e população privada de liberdade. (Governo de SP)

Etecs e Fatecs oferecem consultoria para declaração do imposto de renda 2025

Começou na segunda-feira (17) o prazo para declarar o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 2025. Como ocorre todos os anos, diversas Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, administradas pelo Centro Paula Souza (CPS), prestam consultoria gratuita a quem encontra dificuldades no pro-

cedimento. A data final para entrega da declaração é 30 de maio.

Os atendimentos são realizados por alunos de diferentes cursos, sempre sob supervisão de coordenadores e professores. Algumas unidades solicitam contrapartidas, como doação de alimentos, para instituições beneficentes. Em outras,

é necessário agendar o serviço em razão do número limitado de vagas. Confira abaixo relação de locais, datas e horários.

Os interessados na consultoria devem apresentar comprovantes de rendimentos do ano-calendário 2024, declaração anterior com recibo de entrega (se houver), número de RG, CPF e título de eleitor, endereço resi-

dencial, dados da conta bancária para restituição e comprovantes de despesas que possam ser abatidas (consultas médicas, exames clínicos, mensalidades escolares, contribuição para previdência privada, entre outros). Mais informações sobre a declaração podem ser obtidas no site da Receita Federal. (Governo de SP)

Atividade econômica brasileira cresce 0,9% em janeiro

Após recuo em dezembro de 2024, a atividade econômica brasileira cresceu no primeiro mês de 2025, de acordo com informações divulgadas na segunda-feira (17) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,9% em janeiro em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

No mês, o IBC-Br atingiu 154,6 pontos. Na comparação com janeiro de 2024, houve crescimento de 3,6% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo em 3,8%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, defi-

nida atualmente em 13,25% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos.

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando

o a atividade econômica.

Inflação

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro, a inflação oficial - medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado em 12 meses, o IPCA soma 5,06%, acima do teto da meta de 3%, que tem tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

A alta do dólar e as incertezas em torno da inflação e da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros na reunião de janeiro, o quarto aumento seguido da Selic, que consolida um ciclo de contração na política monetária.

Em relação às próximas reuniões, o Copom já confirmou que elevará a Selic em um ponto percentual, para 14,25% ao ano, na

reunião que ocorre esta semana, mas não informou se as altas continuarão na reunião de maio, apenas que observará a inflação.

Produto Interno Bruto

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega uma metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia brasileira divulgado pelo IBGE. Segundo o BC, o índice “contribui para a elaboração de estratégia da política monetária” do país, mas “não é exatamente uma prévia do PIB.”

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país. Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%. (Agência Brasil)

Mercado reduz estimativas para crescimento da economia e inflação

As previsões do mercado financeiro para a expansão da economia e o índice de inflação em 2025 foram reduzidas, de acordo com a edição da segunda-feira (17) do Boletim Focus. A pesquisa é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para este ano, a expectativa para o crescimento da economia caiu de 2,01% para 1,99%. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) passou de 1,7% para 1,6%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,98 para o fim

deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 6.

Inflação

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerando a inflação oficial do país – caiu de 5,68% para 5,66% este ano. É a primeira redução na projeção após mais de 20 elevações.

Para 2026, a projeção da inflação subiu de 4,4% para 4,48%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,78%, respectivamente.

A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro, a inflação oficial ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Ge-

ografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA soma 5,06%.

Juros básicos

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta do dólar e as incertezas em torno da inflação e da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros na reunião de janeiro, o quarto aumento seguido da Selic, que consolida um ciclo de contração na política monetária.

Em relação às próximas reuniões, o Copom já confirmou que elevará a Selic em um ponto percentual, para 14,25% ao ano, na reunião que ocorre esta semana, mas não informou se as altas continuarão na reunião de maio,

apenas que observará a inflação.

Até o fim deste ano, a estimativa do mercado financeiro é que a taxa básica suba para 15% ao ano. Para 2026, 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida para 12,5% ao ano, 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica. (Agência Brasil)

Paraná recebe missão do Banco Mundial para estruturar Programa de Segurança Hídrica

O Governo do Paraná recebe, até sexta-feira (21), uma missão do Banco Mundial para construir o Programa de Segurança Hídrica do Paraná (PSH), uma ação multissetorial de investimento de US\$ 263 milhões, cerca de R\$ 1,6 bilhão. Destes, US\$ 186 milhões serão financiados pelo Banco Mundial e o restante, US\$ 77 milhões, serão uma contrapartida do Estado do Paraná.

Estão marcadas dezenas de sessões, apresentações e reuniões com o objetivo de apresentar aos participantes da missão a estrutura organizacional estadual e desenhar o encaminhamento do plano.

O programa tem como objetivo promover a segurança hídrica para usos múltiplos no Paraná no contexto das mudanças climáticas. Tem como resultados esperados a ampliação do uso adequado e regularizado dos recursos hídricos, da disponibilidade sustentável de água para usos múltiplos e da área cultivada com boas práticas sustentáveis de manejo do solo, água e ambiental.

Além disso, o PSH busca a melhoria da qualidade dos recursos hídricos e da biodiversidade associada, da resiliência da pro-

dução agropecuária ao déficit hídrico, do acesso ao saneamento básico no meio rural e da coleta e destinação de efluentes da produção rural.

A iniciativa objetiva, ainda, a redução de conflitos de uso dos recursos hídricos, do risco de indisponibilidade hídrica no abastecimento urbano e da erosão em áreas urbanas, periurbanas e rurais suscetíveis.

O PSH é como um grande plano diretor de segurança hídrica, com análise e pensando em transposição de bacia, preservação de água comunitária, um cuidado do manejo especial, a questão das fontes de água. Sendo, assim, um grande programa com investimentos do Governo do Estado.

“Nossa grande matriz econômica está vinculada ao agronegócio, que consome a água, que precisa de água, todo o aspecto da questão das mudanças climáticas a gente precisa ficar atento, e é importante o Paraná ter um uso adequado, regularizado, todos os recursos hídricos, justamente para que a gente possa garantir água no futuro”, diz o secretário de Planejamento do Estado, Guto Silva.

A Missão de Identificação é

a primeira do fluxo de elaboração de um programa. Antes disso, ele foi autorizado pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofinex), órgão colegiado e integrante da estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento, em dezembro de 2024, sendo este o início da preparação e operação dos documentos junto à instituição de fomento.

Durante esta semana, o Banco Mundial terá acesso à estrutura das instituições envolvidas Secretarias do Planejamento, Agricultura e Abastecimento, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, o Instituto de Água e Terra e a Sanepar.

Para o membro do comitê gestor do Programa e secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Norberto Ortigara, o PSH tem uma importância estratégica para a economia e para a sociedade paranaense.

“Além de sua expertise, o Estado foi buscar experiências mundiais, na Europa, Israel, Estados Unidos, para ver como se faz uma boa gestão, produção, guarda e reaproveitamento de água. Encontramos guarida no Banco Mundial, que também tem essa visão estratégica e, por isso, apos-

tou e comprou a nossa ideia de termos uma política de longo prazo com ações de curto prazo, tendentes a termos mais eficiência, racionalidade no enfrentamento de uma possível crescente escassez hídrica no nosso território paranaense”, afirma.

Ao final desta semana, o Estado receberá um documento chamado Nota Conceitual e, a partir dele, o Banco Mundial e as instituições detalham o projeto para delinear os trâmites burocráticos para a assinatura do contrato. A partir desse momento é que se terá o planejamento detalhado das ações a serem executadas.

Para o Banco Mundial, esta parceria com o Estado do Paraná é muito boa para as duas partes. “Um projeto para melhorar a segurança hídrica é muito importante no contexto das mudanças climáticas. Então, para fazer isso, é fundamental a coordenação entre todas as instituições que tenham um olhar importante para a água, como IAT, Sanepar, Secretaria de Agricultura, de Planejamento”, observa Marie-Laure Lajaunie, especialista em recursos hídricos e gerente do projeto no Banco Mundial. (AENPR)

Feirão da Sabesp oferece condições especiais para quitação de débitos

A partir da segunda-feira (17), os consumidores que estiverem em débito com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) poderão negociar condições especiais para regularização das dívidas. Até o dia 31, eles obterão até 100% de desconto em juros e multas, além da opção de parcelamento dos débitos.

A iniciativa, que faz parte do feirão Acertando suas contas com a Sabesp, abrange imóveis residenciais, comerciais e industriais com contas em aberto na Grande São Paulo, interior e litoral.

“O feirão será realizado em agências presenciais e virtuais. Nesta edição, os clientes poderão pagar as dívidas em até 12 parcelas fixas no cartão de crédito,

sem entrada, juros ou multa (a agência deve ser consultada sobre a disponibilidade da modalidade). Também será possível quitar o débito à vista por PIX ou parcelar o total diretamente com a Sabesp, com 50% de entrada.”, informou a empresa.

Para participar, é necessário apresentar um documento pessoal (carteira de identidade ou car-

teira nacional de habilitação), CPF e uma conta de água para identificação do número de fornecimento do imóvel.

Para acessar a agência virtual basta entrar na página da agência virtual da Sabesp na internet. Para o atendimento presencial na Sabesp e no Poupatempo, é preciso agendar o atendimento pela agência virtual. (Agência Brasil)

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



EMIÇÃO DE CARBONO

O preço das emissões de carbono na agropecuária brasileira foi estimado em 11,54 dólares por tonelada de gás carbônico equivalente (US\$ 11,54/tCO2e). Esse valor foi calculado por um estudo da Embrapa Territorial (SP) embasado em trabalhos científicos de diversos países. Foram analisados valores, métodos de cálculo e fatores que determinam o preço do carbono emitido pela agricultura ao redor do mundo.

PLANTIO DIRETO

O Sistema Plantio Direto (SPD), como ferramenta fundamental na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, foi tema de evento ocorrido em Brasília (DF), nesta segunda-feira (10). Promovido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), em parceria com a Federação Brasileira do Sistema de Plantio Direto, o encontro trouxe, a partir do Projeto SPD Agro+, as políticas públicas, inovações científicas e práticas agrícolas sustentáveis.

RECIPROCIDADE

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se reuniu para debater o Projeto, que trata da Reciprocidade Ambiental. A proposta, de autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), é uma das pautas prioritárias da bancada e está sob a relatoria da senadora Tereza Cristina (PP-MS), que apresentou um substitutivo no final de fevereiro deste ano. Segundo a senadora, a iniciativa surgiu da preocupação com as medidas ambientais propostas pela União Europeia e da necessidade de garantir condições equitativas para os produtos brasileiros no mercado internacional.

AGENDA AGRO

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil lança, no dia 26 de março às 9h, a “Agenda Legislativa do Agro – CNA 2025”, em sessão solene no plenário do Senado Federal. A Agenda Legislativa está dividida em eixos temáticos: Economia e Tributação; Meio Ambiente; Direito de Propriedade; Produção Agropecuária; Infraestrutura e Logística; Tecnologia e Educação no Campo; Relações Trabalhistas e Relações Internacionais. Para cada um dos eixos são apresentados os projetos de lei prioritários para o setor em tramitação no Congresso Nacional.

PRODUÇÃO DE GRÃOS

Com o andamento da colheita de verão, principalmente de soja, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) atualizou as suas estimativas de safra para 2024/25. A Conab aumentou em 2,6 milhões de toneladas a sua projeção sobre a produção de grãos para 328,3 milhões de toneladas. O volume corresponde a um aumento de 10,30%, ou 30,6 milhões de toneladas em relação ao do ciclo anterior.

CLIMA

A Câmara dos Deputados lançou uma nova página especial em seu portal para abordar os impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos e os desafios enfrentados pelo setor agropecuário. O material visa esclarecer como o aquecimento global afeta a segurança alimentar, a economia e a produtividade das terras cultiváveis. Apesar dos compromissos internacionais para reduzir as emissões de carbono, os níveis continuam elevados, agravando fenômenos climáticos como secas prolongadas e chuvas intensas.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO

No mês de março, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), celebra a conquista que estipula a marca de 700 estabelecimentos registrados junto ao Serviço de Inspeção de São Paulo, o SISP. “É uma marca importante no que tange à qualidade e à procedência dos produtos de origem animal produzidos e consumidos no Estado de São Paulo”, comemora João Gustavo Loureiro, médico-veterinário e diretor do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CIPOA).

OVOS

Em fevereiro, as exportações brasileiras de ovos processados atingiram recorde para o período, considerando-se a série histórica da Secex, iniciada em 1997. Pesquisadores do Cepea explicam que esse cenário foi impulsionado pela crescente demanda dos Estados Unidos, que vêm enfrentando um surto de gripe aviária. No mês, o país adquiriu pouco mais que o dobro do volume de ovos processados registrado em janeiro. (Com as informações de assessorias)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

AGRO CARTOON
PICAZO

EMIÇÕES DE CARBONO

O PREÇO DAS EMISSÕES DE CARBONO NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA FOI ESTIMADO EM 11,54 DÓLARES US\$11,54/tCO2e POR TONELADA DE GÁS CARBÔNICO, VALOR CALCULADO POR ESTUDO DA EMBRAPA TERRITORIAL (SP)

DESENHO: PIXABAY.COM

583/125

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

Saúde anuncia 2,2 mil novas vagas e cadastro reserva para o Mais Médicos

O Ministério da Saúde anunciou na segunda-feira (17) novo edital para a contratação de 2.279 profissionais pelo Programa Mais Médicos. Segundo a pasta, as vagas serão disponibilizadas para 4.771 municípios.

Em entrevista à imprensa, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou que, com o preenchimento das novas vagas, o programa passará a contar com mais de 28 mil profissionais.

Os médicos atuam em equipes de Saúde da Família e, quando necessário, encaminham o paciente para um especialista.

“Aumenta muito a capacidade de resolver os problemas de saúde na atenção primária”, avaliou Padilha.

“Evidências e estudos mostram que a presença desse médico reduziu o encaminhamento para a atenção especializada”, completou.

Do total de municípios que vão receber médicos a partir do novo edital, que prioriza regiões de maior vulnerabilidade e áreas de difícil acesso, 1.296 cidades terão vagas imediatas e 3.475 poderão manifestar interesse e ter ampliação de profissionais.

A região da Amazônia Legal será contemplada com 473 vagas em 709 cidades.

Para aderir, gestores de estados e municípios devem se inscrever por meio do sistema e-Gestor até 24 de março, com resultado previsto para 8 de abril.

Estão previstas vagas profissionais negros, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência.

Ainda segundo a pasta, o uso do prontuário eletrônico do Sistema Único de Saúde (SUS), conhecido como e-SUS APS, por profissionais do Mais Médicos deve auxiliar na redução do tempo de espera por atendimento médico especializado.

O documento é gratuito e, de acordo com o ministério, acelera a integração do acesso às informações do paciente entre a atenção primária e a atenção especializada.

“É por meio desse prontuário que o profissional do Mais Médicos sabe se o paciente voltou à unidade para retorno da consulta, se as informações estão completas e se os exames estão em dia, ou seja, um canal rápido e eficiente, tanto para o paciente, como para o profissional.”

A pasta recepcionou, também na segunda-feira, 402 médicos formados no exterior e inscritos no Mais Médicos, que irão prestar atendimento a partir de abril em 22 estados.

“Esses profissionais estão inicialmente alocados em cerca de 180 municípios e 15 Distritos Sanitários de Saúde Indígena”, destacou o ministério.

A maioria dos médicos, conforme a pasta, nasceu no Brasil, totalizando 397 brasileiros e cinco estrangeiros.

Além disso, 52,7% dos profissionais são mulheres e 57 vão atuar especificamente na saúde

indígena.

O chamado Módulo de Acolhimento e Avaliação é realizado em parceria com o Ministério da Educação e segue até 11 de abril, com aulas sobre o SUS e temas prioritários para atendimento de populações vulneráveis na atenção primária.

Dentre os tópicos de destaque estão equidade étnico-racial, saúde mental e o programa Bolsa Família. Ao final do curso, todos os médicos passam por uma avaliação – para ser aprovado, é preciso alcançar média mínima de 50%. (Agência Brasil)

Mais de 560 mil pessoas entregaram declaração do IRPF no primeiro dia

A Receita Federal recebeu 561.580 declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2025 até as 17h da segunda-feira (17), primeiro dia para a entrega do documento, que considera os rendimentos recebidos ao longo de 2024.

O prazo para entregar a declaração termina às 23h59 do dia de 30 de maio. O programa gerador da declaração está disponível desde quinta-feira (13).

A Receita Federal calcula receber 46,2 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física este ano, o que

representará um acréscimo de quase 7%, na comparação com 2024, quando foram entregues 43,2 milhões de declarações.

As pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888, assim como aquelas que obtiveram receita bruta da atividade rural acima de R\$ 169.440, são obrigadas a declarar.

Quem recebeu até dois salários-mínimos mensais durante 2024 está dispensado de fazer a declaração, salvo se se enquadrarem em outro critério de obrigatoriedade. (Agência Brasil)

STF marca julgamento de recursos de Bolsonaro e Braga

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, marcou para quarta-feira (19) o julgamento dos recursos do ex-presidente Jair Bolsonaro e do general Braga Netto para impedir os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin de atuarem no julgamento da denúncia sobre a trama golpista que tentou impedir que Lula assumisse a presidência da República em 2023.

A análise do caso será feita em sessão virtual, a ser iniciada na quarta-feira (19), às 11h, e encerrada às 23h59 da quinta-feira (20). Na modalidade virtual, os ministros depositam os votos no

sistema eletrônico de votação e não há deliberação presencial.

No mês passado, Barroso negou os pedidos da defesa de Jair Bolsonaro para declarar impedidos os ministros Zanin e Dino. Em seguida, os advogados do ex-presidente recorreram da decisão e pediram que o caso seja analisado pelo plenário.

Os advogados apontaram que Flávio Dino entrou com uma queixa-crime contra Bolsonaro quando ocupou o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública nos primeiros meses do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e antes de chegar ao Supremo.

No caso de Zanin, a defesa do

ex-presidente diz que, antes de chegar à Corte, o ministro foi advogado da campanha de Lula e entrou com ações contra a chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022.

Da mesma forma, o presidente do STF negou solicitação da defesa de Braga Netto para afastar o relator da denúncia, ministro Alexandre de Moraes, do caso. Para os advogados, o ministro é apontado como uma das vítimas da trama e não pode julgar o caso.

Além dos impedimentos, os ministros vão decidir se a Primeira Turma da Corte vai julgar a denúncia ou se a análise do caso será feita pelo plenário do Supremo.

A denúncia contra Bolsonaro, Braga Netto e mais 32 acusados será julgada no dia 25 deste mês pela Primeira Turma. Se maioria dos ministros aceitar a denúncia, Bolsonaro e os outros acusados viram réus e passam a responder a uma ação penal no STF.

A turma é composta pelo relator, Alexandre de Moraes, e os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Pelo rito interno da Corte, cabe as duas turmas do tribunal julgar ações penais. Como o relator faz parte da Primeira Turma, a acusação deve ser julgada pelo colegiado. (Agência Brasil)

Número de vítimas de bala perdida no Rio aumenta 58% em 2025

Nos primeiros 75 dias deste ano, % de 1º de janeiro a 16 de março % 41 pessoas foram vítimas de bala perdida no estado do Rio de Janeiro. Esse número representa um crescimento de 58% em relação aos 26 casos registrados no mesmo período de 2024.

A comparação faz parte de um levantamento divulgado na segunda-feira (17) pelo Instituto Fogo Cruzado, uma instituição sem fins lucrativos que compila dados de tiroteios e feridos por arma de fogo em diferentes capitais brasileiras.

De acordo com a metodologia do Fogo Cruzado, é considerada vítima de bala perdida a “pessoa que não tinha nenhuma ligação, participação ou influência sobre o evento no qual houve disparo de arma de fogo, sendo, no entanto, atingida por projétil”.

O estudo aponta ainda que as 41 vítimas de bala perdida representam 11,5% do total 355 pessoas que foram baleadas no estado em 2025. Os disparos de armas de fogo deixaram, no total, 167 vítimas e 188 feridos.

Entre as vítimas de disparos de arma de fogo estão três crianças, três adolescentes e sete idosos.

O Fogo Cruzado informa também que nove vítimas de bala perdida morreram e 39 ficaram feridas. Esses números também superam os do ano passado, quando, no mesmo período, três baleados morreram e 23 ficaram feridos.

Operações policiais

O Fogo Cruzado colhe e divulga por meio de aplicativo de celular informações sobre trocas de tiro em tempo real – que são verificadas por analistas. O instituto identificou que 66% das vítimas de bala perdida nos primeiros 75 dias de 2025 foram atingidas durante a realização de operações policiais.

Ao todo, foram contabilizados 27 casos, dos quais sete ter-

minaram com morte.

Já no mesmo período do ano passado, foram dez casos em operações policiais (38%), sendo uma morte e nove feridos.

Casa e escola

Os analistas do Fogo Cruzado detalham que nove pessoas foram atingidas por balas perdidas dentro de casa no estado do Rio de Janeiro em 2025, o que corresponde a 22% do total. Uma delas morreu.

Houve também o caso de uma mulher atingida em uma escola. Alcione da Silva, de 49 anos, foi baleada dentro do campus da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), em Quintino, bairro da zona norte carioca, na última quarta-feira (12).

A cidade do Rio concentra 34 dos 41 casos de bala perdida em 2025. Os demais se distribuíram por outros municípios da região metropolitana: São Gonçalo (4), São João de Meriti (2) e Maricá (1).

Na avaliação do coordenador regional do Instituto Fogo Cruzado no Rio de Janeiro, Carlos Nhangá, a diminuição de casos de baleados passa pelo estado revisar protocolos de enfrentamento à criminalidade.

“A polícia do Rio de Janeiro mira no confronto ao invés de buscar por planejamento e inteligência. Há anos, a população permanece refém do medo e de operações policiais que não reduzem a criminalidade e não trazem segurança”, diz à Agência Brasil. “O resultado é sempre o mesmo: alto índice de letalidade. A cada três vítimas de balas perdidas mapeadas em 2025 pelo Fogo Cruzado, duas foram atingidas em ações policiais”, completa.

Procurada pela Agência Brasil, a Secretaria de Estado de Segurança Pública informou que não comenta sobre os dados presentes no relatório, “uma vez que não tem conhecimento sobre a metodologia utilizada para sua coleta”. (Agência Brasil)

Quilombolas pedem maior participação em debates sobre a COP30

As comunidades afrodescendentes e quilombolas pedem mais espaço nos encontros sobre mudança do clima que antecedem a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em novembro, em Belém. A solicitação foi feita por meio de uma carta divulgada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

No documento, a entidade afirma que o silenciamento e a invisibilidade desse grupo populacional são históricos e que, ao relegá-lo no contexto da conferência, o Estado brasileiro, o governo federal e a organização do evento deixam de valorizar sabedorias ancestrais e práticas sustentáveis. A Conaq defende que

os afrodescendentes e os quilombolas sejam “reconhecidos no preâmbulo da convenção [na implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas (CMNUCC)] e nas plataformas de comunidades locais e povos indígenas, com direito real de voz e voto nos principais mecanismos e órgãos de decisão climática”.

“Precisamos mudar essa realidade, garantindo que sejamos reconhecidos como sujeitos coletivos de direito, com participação ativa nas decisões nacionais e internacionais”, acrescenta a organização que advoga pelos direitos dos quilombolas em todo o país.

Para a Conaq, é mais do que uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para a construção de soluções justas e eficazes.

“A poucos meses do maior evento global sobre mudanças climáticas, o apagamento das contribuições do povo quilombola na luta não só perpetua injustiças sociais, mas também compromete a efetividade das estratégias de enfrentamento aos desafios ambientais que todos enfrentamos”, diz na carta.

A carta também diz que é preciso que a COP30 adote medidas concretas para garantir a participação efetiva das comunidades afrodescendentes e quilombolas nas negociações climáticas. “Isso inclui reconhecimento formal dos direitos territoriais como parte das soluções climáticas globais. Nós queremos e devemos estar nesse espaço e sermos tratados de forma igualitária como povos das florestas e das águas.”

O Censo 2022, o mais recente do Brasil, apurou que a população quilombola do país é de 1.327.802 pessoas, 0,65% do total de habitantes do país. Ao todo, foram identificadas 8.441 localidades quilombolas no país, associadas a 7.666 comunidades quilombolas declaradas.

A região com mais localidades é o Nordeste, com 5.386 (63,81%), seguida pelo Sudeste, com 1.245 localidades (14,75%), e Norte com 1.228 (14,55%). Em relação aos estados com maiores quantitativos, o primeiro na lista é o Maranhão, que concentra 2.025 (23,99%). Em segundo e terceiro lugares, aparece a Bahia, com 1.814 localidades, e Minas Gerais com 979 localidades, correspondendo, respectivamente, a 21,49% e 11,60% do total. (Agência Brasil)

Marco Civil da Internet precisa ser revisto, defende Dino

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, defendeu na segunda-feira (17), que o Marco Civil da Internet precisa ser revisto pelo Congresso Nacional.

“Onze anos de tecnologia equivale a 300 anos da história da humanidade. Onze anos faz com que essa lei precise ser revista porque o volume e a velocidade de inovações tecnológicas hoje é muito maior do que há onze anos. Houve uma tentativa de mudar essa lei no Congresso e não deu certo. A lei não foi votada. Mas dois casos chegaram ao Supremo”, disse o ministro a estudantes do Sesi de Caçapava (SP) no evento Papo Supremo – Reflexões entre jovens do Sesi e ministros do STF, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital.

Elaborado em 2014, o Marco Civil da Internet estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e a defesa do consumidor. Em relação à privacidade, os provedores de serviços online são obrigados a adotar medidas de segurança para proteger as informações dos usuários e a respeitar a privacidade.

Enquanto a lei não é atualizada pelo Congresso, explicou Flávio Dino, o Supremo tem recebido processos que tratam sobre a constitucionalidade dela. Um deles, por exemplo, discute a validade do artigo 19, segundo o qual as redes sociais só podem ser

responsabilizadas por conteúdo ofensivo ou danoso postado por usuários caso descumpram uma ordem judicial de remoção.

Por esse artigo, as plataformas não precisariam apagar uma postagem, mesmo em casos de conteúdos ofensivos, se ela não for demandada pela justiça. As únicas exceções previstas pela lei, e que constam do artigo 21, definem que as plataformas são obrigadas a excluir o material, sem precisar da decisão judicial, em casos de postagens de nudez ou sexo sem autorização da pessoa envolvida ou quando algum conteúdo viola direitos autorais.

Segundo o ministro, a discussão sobre a lei continuará sendo tratada pelo Supremo neste ano, já que a Corte, na visão dele, não pode ficar esperando pela atualização da legislação sobre o tema. “Começou no ano passado, houve um pedido de vista, mas acho que ainda no primeiro semestre esse julgamento vai continuar. Eu não posso fazer um julgamento sobre outro poder, não cabe ao Supremo. O que eu posso dizer é que, no caso desses processos, eles tramitam há muitos anos. Então não é possível ao Supremo se recusar a julgar ou dizer que é possível esperar mais na medida em que as partes concretas já litigam há muitos anos. Então independentemente do que o Congresso acha, o Supremo, sem dúvida, deve julgar o quanto antes”.

Durante a palestra aos estudantes, o ministro explicou que a

regulação das plataformas tem sido debatido em todo o mundo e que diferentes modelos têm sido adotados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o modelo escolhido é o de menor regulação das plataformas, enquanto a Europa defende maior regulação.

“Independentemente da fé religiosa de cada um, eu garanto a vocês que o diabo existe. E vocês sabem onde ele mora hoje? Dentro do celular”, disse.

“Entre o modelo de regulação fraca ou o modelo de regulação forte, o único modelo que responde às necessidades da humanidade e das famílias é o modelo de regulação forte. Essa é a minha visão”, defendeu.

Para o ministro, não se pode utilizar o argumento de que a regulamentação das plataformas pode ferir a liberdade de expressão porque “ela não é, nunca foi e nunca poderá ser absoluta”. O ministro ressaltou que toda atividade econômica que visa o lucro tem regra e atividade das big techs também deve ter regras.

Durante entrevista a jornalistas, o ministro foi questionado ainda sobre o processo que o STF vai julgar no próximo dia 25 de março referente à denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, o general Braga Netto e mais seis investigados pela trama golpista que pretendia impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse processo, os ministros

da Primeira Turma da Corte, da qual Flávio Dino faz parte, vão decidir se os acusados vão responder a processo pelos crimes de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

Embora não possa comentar sobre o caso, já que o processo está em julgamento na Corte, o ministro reforçou apenas que os ministros julgarão o caso pelos autos e não com base em interferências políticas. “O Supremo não decide ritmos de julgamento a partir de contingências políticas. Afirmando isso a vocês. Todos os 11 ministros que lá estão foram indicados da mesma forma. Foram indicados por cinco presidentes da República diferentes. Todos foram aprovados pelo Senado e todos, sobretudo, têm compromisso com a toga que vestem. Não interessa de onde a pessoa vem. Interessa é que, no Supremo, ela é obrigada a cumprir a lei. Então, afirmo a vocês que não há uma questão de ritmo de julgamento, tal ou qual, a partir de calendário eleitoral. Isso não existe”, disse. “Ninguém ali vai arriscar a sua biografia e a sua ética profissional julgando casuisticamente pessoas. O que haverá é o julgamento de fatos e provas. Nos autos”. (Agência Brasil)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO SBF S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023



GRUPO **SBF**



GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11



Divulgação de Resultados 4T24 & 2024

São Paulo, 17 de Março de 2025

O Grupo SBF S.A. (B3: SBF3G), divulga seus resultados do quarto trimestre de 2024. As informações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas.

SBFG
B3 LISTED NM

VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS
18 de Março de 2025
11h (Brasília)
10h (Nova Iorque)
14h (Londres)



DESTAQUES

- > Receita Bruta Recorde de R\$ 9,0 bi no Ano de 2024 (CAGR de 23,0% de 2019 a 2024).
- > Margem Bruta de 49,2% em 2024, aumento de +2,0 p.p. vs. 2023 e em linha com 2019.
- > Lucro Bruto da Centauro de R\$ 1,8 mi em 2024 (+5,6% vs 2023) com Margem Bruta de 50,0% (+0,8 p.p.), recorde no período de 1 Ano.
- > Margem Bruta de Fisia de 43,7% em 2024 (+2,1 p.p. vs 2023), recorde desde o licenciamento pelo Grupo SBF.
- > EBITDA de R\$ 772,4 mi em 2024 (+27,3% vs. 2023 e CAGR de 20,0% de 2019 a 2024) e margem EBITDA de 10,8% (+2,1 p.p. vs 2023).
- > Expansão de 83,3% no lucro líquido vs. 2023, encerrando o ano em R\$ 417,5 mi (CAGR de 22,6% de 2019 a 2024).
- > Redução de 59,0% na Dívida Líquida que passou de R\$721,6 mi em 2023 para R\$295,7 mi em 2024.
- > Alavancagem: Redução de 2,75x desde o 2T23, saindo de 3,13x no 2T23 e encerrando 2024 em 0,38x.
- > Melhora de 8 dias no ciclo financeiro e redução de 13 dias de estoques na Fisia em comparação com Dez/23 (168 dias em 24 vs 181 dias em 23).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por entregas consistentes e objetivos alcançados com êxito. Com faturamento recorde de R\$ 9,0 bilhões (CAGR de 23,0% de 2019 até 2024), ultrapassamos as metas desenhadas em nosso planejamento estratégico, e expandimos nosso lucro líquido ajustado (ex-IFRS) em 83,3% vs 2023, alcançando o marco histórico de R\$ 417,5 milhões no ano (CAGR de 22,6% de 2019 até 2024). Além disso, encerramos o ano com margem bruta de 49,2%, crescimento de 2,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior, e em linha com 2019 – reforçando nosso compromisso com a recomposição da margem bruta após períodos de marcações mais agressivas no segundo semestre de 2023. Em nosso plano estratégico iniciado no 2T23, rapidamente adaptamos a estrutura de custos, e aumentamos nossa eficiência operacional através da diluição de despesas. Mesmo com a superação das metas de 2024 e o consequente provisionamento de remuneração variável condizente com esse desempenho, registramos uma redução de 0,2 pontos percentuais no indicador de SG&A/ROL (ex-IFRS). Dessa forma, alcançamos um EBITDA ajustado (ex-IFRS) de R\$ 772,4 milhões (margem de 10,8%), crescimento de 27,3% vs 2023, representando um CAGR de 20,0% de 2019 até 2024. A alavancagem, um dos principais indicadores acompanhados ao longo do ano, recuou de 3,13x no segundo trimestre de 2023 para 1,9x ao final de 2023, atingindo 0,38x em dezembro de 2024 - patamar confortável e seguro, especialmente diante do cenário macroeconômico brasileiro. Dessa forma, reduzimos em 59,0% o endividamento da companhia - a dívida passou de R\$ 721,6 milhões em 2023 para R\$ 295,7 milhões em 2024. Mantivemos uma gestão eficiente do capital de giro, uma de nossas frentes prioritárias, e registramos uma melhora de 8 dias no ciclo financeiro em relação ao ano anterior (-6,4%). Esse avanço reflete a otimização dos estoques, com destaque para a Fisia (181 dias em 2023 vs 168 dias em 2024), e a normalização da dinâmica de compras, principalmente na Fisia, impactando a linha de contas a pagar.

A Centauro entregou o melhor ano da sua história. Com faturamento recorde de R\$ 4,5 bilhões (+4,4% vs 2023), expandiu sua receita bruta em seus dois canais de atuação - as lojas cresceram 2,7% e o digital cresceu 11,0% vs 2023 - e atingiu sua maior margem bruta em um período de um ano (50,0%). O ano de 2024 da Centauro foi marcado pela expansão da rentabilidade, com foco na maximização do lucro bruto por m², e na eficiência operacional. A Centauro aprimorou a precificação dos produtos, ampliou a participação de itens de maior margem nos canais físico e digital, reduziu o aging de seus estoques e implementou iniciativas como a venda de contos e expansão da categoria de vestuário no digital. Além disso, a conversão de lojas para o formato G5, a implementação de um projeto com foco em visual merchandising em parceria com marcas estratégicas, e a realização de eventos esportivos, como o circuito de corridas "Centauro Desbrava", impulsionaram o engajamento dos clientes e o crescimento do lucro bruto.

A Fisia registrou receita bruta de R\$ 5,1 bilhões, crescimento de 0,4% vs 2023 e expansão de 5,6% de lucro bruto, levando sua margem bruta para 43,7% (vs 41,6% no ano anterior). Os canais DTC da Fisia apresentaram crescimento em linha com a expansão de margem, e em comparação com 2023, a receita das lojas (NVS e NDIS) cresceu 7,1% e a receita do canal digital expandiu 3,6%. Já o canal de atacado registrou decréscimo de 7,8% em seu faturamento, refletindo os ajustes na frente de estoques realizados no segundo semestre de 2023, porém com expansão de 0,5 pontos percentuais de margem bruta.

O ano de 2024 da Fisia foi marcado pela recomposição de preços e pela melhoria da rentabilidade em todos os canais, com uma expansão histórica da margem bruta. A Fisia reduziu estoques e *markdowns*, fortaleceu os canais DTC e aumentou a participação das vendas *full price*. Como parte do avanço na integração com o Grupo SBF, as lojas NVS passaram a ser abastecidas pelo centro de distribuição próprio, trazendo maior eficiência operacional. Além disso, a realização de atrações e eventos esportivos, como a Nike Run e lançamentos de produtos icônicos, reforçou o posicionamento da marca no mercado brasileiro. Como consequência, a Nike foi novamente reconhecida no prêmio Top of Mind da Folha de S. Paulo em 2024, destacando sua relevância entre os consumidores. A omnicanalidade é um pilar estratégico para a nossa empresa, e em 2024, demos passos importantes para fortalecer a integração entre os canais das nossas unidades de negócios. Através do projeto "Troca Tudo", a Centauro se tornou 100% omnicanal viabilizando a troca de todos os produtos comprados no e-commerce (inclusive 3P) em todas suas lojas físicas. No quarto trimestre do ano, 50% das trocas de produtos do 3P (marketplace) foram realizadas nas lojas e 78% dos clientes que utilizaram o crédito na loja efetuaram compras com valor superior ao original. Já a Fisia, em dezembro, deu seus primeiros passos em direção à omnicanalidade. Iniciou um projeto piloto que permite a troca de produtos comprados no e-commerce em qualquer loja da Nike (NVS ou NDIS). Mesmo sem divulgação ativa, já no primeiro mês, 8% das trocas foram realizadas em loja, gerando aumento no ticket médio e melhoria no NPS em relação às trocas via Correios.

Em 2025, pretendemos realizar mais avanços na Fisia para as operações das unidades de negócio do Grupo SBF sejam 100% integradas no futuro, permitindo assim que a Centauro e a Fisia se potencializem através das suas fortalezas. Encerramos 2024 com avanços significativos em eficiência e rentabilidade, fortalecendo as bases para um crescimento sustentável. Seguimos focados na execução estratégica e na criação de valor para nossos stakeholders, consolidando nossa liderança no mercado esportivo por meio da melhoria contínua de nossa operação e do fortalecimento de parcerias estratégicas. Com disciplina e visão de longo prazo, avançaremos de forma consistente, garantindo uma empresa resiliente e preparada para capturar oportunidades futuras.

A Diretoria GRUPO SBF

RECEITA BRUTA E INDICADORES OPERACIONAIS

	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
CENTAURO						
Receita Bruta¹	1.397.557	1.336.089	4,6%	4.514.564	4.322.980	4,4%
Lojas Físicas	1.081.596	1.076.211	0,5%	3.523.087	3.430.113	2,7%
Plataforma Digital	315.960	259.878	21,6%	991.478	892.867	11,0%
Nº de Lojas - Centauro	227	225	0,9%	227	225	0,9%
Lojas Centauro G5	123	119	3,4%	123	119	3,4%
Área de Vendas - Centauro (m²)	234.551	232.656	0,8%	234.551	232.656	0,8%
Área Total G5 (m²)	150.059	147.208	1,9%	150.059	147.208	1,9%
FISIA						
Receita Bruta¹	1.535.339	1.544.332	-0,6%	5.121.717	5.101.804	0,4%
Atacado	463.637	461.272	0,5%	1.647.213	1.768.159	-7,9%
Plataforma Digital	623.667	623.132	0,1%	2.039.433	1.973.912	3,3%
Lojas Físicas	448.035	459.928	-2,6%	1.435.071	1.339.733	7,1%
Share Vendas DTC²	55,0%	54,3%	+0,7 p.p.	53,4%	50,6%	+2,8 p.p.
Nº de Lojas - Nike Value	37	36	2,8%	37	36	2,8%
Área de Vendas - Nike Value (m²)	41.832	40.618	3,0%	41.832	40.618	3,0%
Nº de Lojas - Nike Direct Inline	9	8	12,5%	9	8	12,5%
Área de Vendas - Nike Direct Inline (m²)	5.603	4.969	12,8%	5.603	4.969	12,8%
GRUPO SBF						
Receita Bruta¹ Total	2.744.393	2.676.586	2,5%	9.009.577	8.784.749	2,6%
Receita Bruta¹ Centauro	1.397.557	1.336.089	4,6%	4.514.564	4.322.980	4,4%
Receita Bruta¹ Fisia	1.535.339	1.544.332	-0,6%	5.121.717	5.101.804	0,4%
(+) Eliminação Intercompany	-188.503	-203.835		-626.704	-640.035	
Share de vendas no digital	34,2%	33,0%	+1,2 p.p.	33,6%	32,6%	+1,0 p.p.

	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
Receita Bruta¹	1.397.557	1.336.089	4,6%	4.514.564	4.322.980	4,4%
Lojas Físicas	1.081.596	1.076.211	0,5%	3.523.087	3.430.113	2,7%
Plataforma Digital	315.960	259.878	21,6%	991.478	892.867	11,0%
Nº de Lojas - Centauro	227	225	0,9%	227	225	0,9%
Lojas Centauro G5	123	119	3,4%	123	119	3,4%
Área de Vendas - Centauro (m²)	234.551	232.656	0,8%	234.551	232.656	0,8%
Área Total G5 (m²)	150.059	147.208	1,9%	150.059	147.208	1,9%
FISIA						
Receita Bruta¹	1.535.339	1.544.332	-0,6%	5.121.717	5.101.804	0,4%
Atacado	463.637	461.272	0,5%	1.647.213	1.768.159	-7,9%
Plataforma Digital	623.667	623.132	0,1%	2.039.433	1.973.912	3,3%
Lojas Físicas	448.035	459.928	-2,6%	1.435.071	1.339.733	7,1%
Share Vendas DTC²	55,0%	54,3%	+0,7 p.p.	53,4%	50,6%	+2,8 p.p.
Nº de Lojas - Nike Value	37	36	2,8%	37	36	2,8%
Área de Vendas - Nike Value (m²)	41.832	40.618	3,0%	41.832	40.618	3,0%
Nº de Lojas - Nike Direct Inline	9	8	12,5%	9	8	12,5%
Área de Vendas - Nike Direct Inline (m²)	5.603	4.969	12,8%	5.603	4.969	12,8%
GRUPO SBF						
Receita Bruta¹ Total	2.744.393	2.676.586	2,5%	9.009.577	8.784.749	2,6%
Receita Bruta¹ Centauro	1.397.557	1.336.089	4,6%	4.514.564	4.322.980	4,4%
Receita Bruta¹ Fisia	1.535.339	1.544.332	-0,6%	5.121.717	5.101.804	0,4%
(+) Eliminação Intercompany	-188.503	-203.835		-626.704	-640.035	
Share de vendas no digital	34,2%	33,0%	+1,2 p.p.	33,6%	32,6%	+1,0 p.p.

SAME STORE SALES (SSS)

	4T24	4T23	2024	2023
CENTAURO				
SSS total (lojas + digital)³	6,6%	-5,6%	4,7%	2,7%
SSS loja	2,2%	1,1%	3,2%	6,9%
GMV Digital (1P + 3P)⁴	20,5%	-18,7%	9,1%	-10,0%
GMV - share da venda total	27,1%	24,0%	26,6%	25,5%
FISIA				
SSS total (NVS + digital)³	-2,9%	38,1%	1,4%	36,4%
SSS Nike Value Store	-7,6%	24,3%	-1,3%	19,8%
GMV Digital	0,7%	45,0%	3,5%	45,3%

¹) Receita Bruta excluindo devolução de mercadorias;
²) DTC considera receitas provenientes das lojas físicas e da modalidade 1P da plataforma digital;
³) SSS (Same Store Sales) significa a variação da nossa receita desconsiderando a receita de lojas fechadas para reforma ou que não haviam sido inauguradas nos meses equivalentes dos dois períodos analisados
⁴) GMV ou Gross Merchandise Value: receita de venda de mercadorias, incluindo marketplace.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Os resultados ajustados desconsideram os efeitos não recorrentes e quando sinalizado com "ex-IFRS" desconsideram também os impactos do IFRS-16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
CONSOLIDADO						
Receita Bruta¹	2.744.393	2.676.586	2,5%	9.009.577	8.784.749	2,6%
Receita Líquida	2.172.270	2.130.141	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%
Lucro Bruto	1.046.157	984.775	6,2%	3.513.125	3.314.671	6,0%
Margem Bruta	48,2%	46,2%	2,0 p.p.	49,1%	47,4%	1,7 p.p.
EBITDA	284.250	290.673	-2,2%	1.008.753	916.232	10,1%
Margem EBITDA	13,1%	13,6%	-0,5 p.p.	14,1%	13,1%	1,0 p.p.
Lucro Líquido	135.296	127.181	6,4%	535.834	168.812	217,4%
Margem Líquida	6,2%	6,0%	0,2 p.p.	7,5%	2,4%	5,1 p.p.
Lucro Bruto Ajustado	1.046.157	979.241	6,8%	3.519.924	3.301.706	6,6%
Margem Bruta ajustada	48,2%	46,0%	2,2 p.p.	49,2%	47,2%	2,0 p.p.
EBITDA Ajustado	317.103	291.931	8,6%	1.070.176	897.593	19,2%
Margem EBITDA ajustada	14,6%	13,7%	0,9 p.p.	15,0%	12,8%	2,2 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	170.633	136.086	25,4%	403.436	183.474	119,9%
Margem Líquida ajustada	7,9%	6,4%	1,5 p.p.	5,6%	2,6%	3,0 p.p.
EBITDA Ajustado (ex-IFRS)	236.092	211.428	11,7%	772.358	606.944	27,3%
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	10,9%	9,9%	1,0 p.p.	10,8%	8,7%	2,1 p.p.
Lucro Líquido Ajustado (ex-IFRS)	170.417	141.303	20,6%	417.544	227.770	83,3%
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	7,8%	6,6%	1,2 p.p.	5,8%	3,3%	2,5 p.p.
POR UNIDADE DE NEGÓCIO						
Receita Bruta¹	1.397.557	1.336.089	4,6%	4.514.564	4.322.980	4,4%
Receita Líquida	1.105.083	1.071.156	3,2%	3.598.087	3.461.396	3,9%
Lucro Bruto Ajustado	546.671	512.346	6,7%	1.797.267	1.701.739	5,6%
Margem Bruta ajustada	49,5%	47,8%	1,7 p.p.	50,0%	49,2%	0,8 p.p.
Receita Bruta¹	1.535.339	1.544.332	-0,6%	5.121.717	5.101.804	0,4%
Receita Líquida	1.219.875	1.224.538	-0,4%	4.059.534	4.044.090	0,4%
Lucro Bruto Ajustado	518.619	491.996	5,4%	1.774.851	1.680.979	5,6%
Margem Bruta	42,5%	40,2%	2,3 p.p.	43,7%	41,6%	2,1 p.p.

¹) Receita Bruta excluindo devolução de mercadorias

AJUSTES NÃO RECORRENTES

Os resultados ajustados apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes apresentados abaixo para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

	4T24	2024
GRUPO SBF		
Créditos, Débitos, Provisões Tributárias e Outras - Custo de Vendas	-	6.799
Efeitos Contábeis de Aquisição (PPA) - Despesas	(3.935)	(15.739)
Plano de Opção/Não caixa (SOP)	3.400	11.740
Créditos, Débitos, Provisões Tributárias e Outras - Despesas	14.639	12.706
Provisões de Contenciosos Cíveis	880	20.034
Reconciliação de Depósitos Judiciais	1.626	6.082
Renovatórias Shoppings	(2.960)	599
Earn-Out (M&A)	13.000	13.000
Impacto Ativo Imobilizado (Devolução sede administrativa)	6.204	6.204
Base dos Efeitos não Recorrentes no EBITDA	32.853	61.423
EBITDA	284.250	1.008.753
EBITDA Ajustado	317.103	1.070.176
Margem EBITDA ajustada	14,6%	15,0%
EBITDA (ex-IFRS)	203.239	710.935
EBITDA Ajustado (ex-IFRS)	236.092	772.358

GRUPO SBF	4T24	2024
RS MIL		
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	10,9%	10,8%
Efeitos Contábeis de Aquisição (PPA) - Depreciação e Amortização	4.618	18



GRUPO SBF
GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11

* continuação

Divulgação de Resultados 4T24 & 2024

No acumulado do ano, desconsiderando a provisão de remuneração variável, as despesas operacionais apresentariam redução em relação a 2023, explicada principalmente pela internalização da operação logística da Fisia que gerou redução relevante na linha de serviços de terceiros em 2024.

RS MIL	4T24 ajustado	4T23 ajustado	Δ(%)	2024 ajustado	2023 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	170.633	136.086	25,4%	403.436	183.474	119,9%
(+) Imposto de Renda e CSS	13.283	1.545	n.a	(10.467)	(8.170)	28,1%
(+) Resultado Financeiro Líquido	(63.057)	(77.675)	(18,8%)	(269.163)	(339.018)	-20,6%
(-) Depreciação e Amortização	(96.696)	(79.716)	21,3%	(387.110)	(366.931)	5,5%
(=) EBITDA	317.103	291.931	8,6%	1.070.176	897.593	19,2%
Margem EBITDA	14,6%	13,7%	0,9 p.p	15,0%	12,8%	2,2 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	(81.010)	(80.502)	0,6%	(297.818)	(290.649)	2,5%
EBITDA (ex-IFRS)	236.092	211.428	11,7%	772.358	606.944	27,3%
Margem EBITDA (ex-IFRS)	10,9%	9,9%	1,0 p.p	10,8%	8,7%	2,1 p.p

BALANÇO PATRIMONIAL

RS MIL	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	8.945.967	8.614.447
Circulante	4.874.554	4.688.724
Caixa e Equivalentes de Caixa	986.713	875.914
Contas a Receber	1.605.473	1.597.414
Derivativos	165.816	-
Tributos a Compensar	264.496	390.649
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	35.803	39.067
Estoque	1.665.936	1.699.339
Dividendos a Receber	245	-
Outras Contas a Receber	140.072	86.341
Não Circulante	4.071.413	3.925.723
Tributos a Compensar	129.402	187.811
IR e CS a Compensar	24.809	23.487
Mútuos a Receber	9.844	10.071
Ativo Fiscal Diferido	698.756	755.531
Depósitos Judiciais	619.380	411.312
Outros Valores a Receber	46.827	54.757
Investimentos	4.350	4.080
Imobilizado	649.918	610.429
Intangível	528.226	523.926
Direito de Uso	1.358.901	1.344.654
Passivo	8.945.967	8.614.447
Circulante	3.222.231	2.841.671
Fornecedores	1.147.769	1.154.277
Empréstimos e Financiamentos	49.405	28.710
Debêntures	409.190	595.294
Instrumentos Financeiros Derivativos	573	87.804
Obrigações Tributárias	620.946	358.983
IR E CS a Recolher	5.197	506
Impostos Parcelados	44.078	31.677
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	259.307	174.290
Dividendos a Pagar	127.451	35.081
Arrendamentos a Pagar	244.853	182.918
Outras Contas a Pagar	209.481	126.875
Outras Obrigações	104.381	66.276
Não Circulante	2.711.392	3.231.190
Empréstimos e Financiamentos	123.385	172.444
Debêntures	710.388	801.052
Impostos Parcelados	197.885	64.396
Provisões para Contencioso	201.372	605.207
IR e CS Diferidos	12.046	11.019
Arrendamentos a Pagar	1.380.089	1.410.966
Outras Obrigações	75.772	91.660
Outras Contas a Pagar	10.455	74.446
Patrimônio Líquido	3.012.344	2.541.586
Capital Social	1.832.326	1.830.872
Reservas de Capital	528.226	523.926
Reservas de Incentivo	867.456	458.561
Ajustes de Avaliação Patrimonial	68.599	-26.958
Prejuízos Acumulados	133	643
Dividendos Propostos	-	7.205
Ações em Tesouraria	(39.173)	-

FLUXO DE CAIXA

RS MIL	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Antes dos Impostos	548.069	189.829
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	428.000	415.282
Juros	328.726	369.129
Reversão por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(735)	(380)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(515)	922
Pagamento Baseado em Ações	11.740	9.735
Resultado da Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	11.001	2.155
Baixa Residual Arrendamentos	(3.778)	(7.438)
Provisão para Obsolescência do Estoque	51.953	68.602
Constituição Líquida de Provisão para Contencioso	(338.810)	(126.875)
Descontos sobre Arrendamentos	(1.719)	(2.259)
	1.033.932	1.115.399

(Aumento) Redução nos Ativos

Contas a Receber	(7.324)	113.969
Estoque	(18.550)	(30.939)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(21.032)	-
Tributos a Compensar, Diferido, IRPJ E CSLL a Compensar	230.749	264.232
Depósitos Judiciais	(208.608)	(119.639)
Outras Contas a Receber	(45.801)	8.226
Aumento (Redução) dos Passivos		
Fornecedores	(14.399)	(403.489)
Obrigações Tributárias	259.557	163.309
Parcelamentos de Tributos	131.387	(24.421)
Instrumentos Financeiros Derivativos ²	(87.231)	22.503
Contingências Pagas	(65.025)	(24.328)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	85.017	(17.561)
Outras Contas a Pagar	7.528	(79.994)
Outros Arrendamentos	22.217	(18.786)
Varição nos Ativos e Passivos:	269.625	(242.752)
Juros Pagos sobre Financiamentos	(25.463)	(34.051)
Juros Pagos sobre Debêntures	(161.938)	(170.014)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(46.221)	(43.172)
Caixa Líq. das Atividades Operacionais	1.069.935	625.410

Fluxo de Caixa Das Atividades de Investimentos

Adições de Ativo Imobilizado	(138.662)	(126.465)
Adições no Intangível	(121.446)	(133.162)
Caixa Líq. Das Atividades de Investimento	(260.108)	(259.627)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos Tomados	-	194.248
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(597.426)	(339.753)
Emissão de Debêntures	299.008	586.848
Arrendamentos Pagos	(321.960)	(316.786)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.454	348
Recebimento de Contrato de Mútuo	266	-
Dividendos Pagos	(42.284)	(33.085)
Recuperação de Ações	(27.086)	-
Caixa Líq. das Atividades de Financiamento	(669.028)	91.820
Redução (Aumento) de Caixa e Equivalentes de Caixa	120.799	457.603
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	875.914	875.914
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	996.713	875.914

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

IFRS	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
RS MIL						
Receita Líquida	2.172.270	2.130.141	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	(1.126.113)	(1.150.900)	-2,2%	(3.638.589)	(3.674.000)	-1,0%
Lucro Bruto	1.046.157	984.774	6,2%	3.513.125	3.314.671	6,0%
Despesas Operacionais	(761.907)	(694.102)	9,8%	(2.504.372)	(2.398.439)	4,4%
Despesas de Vendas	(577.110)	(550.750)	4,8%	(1.976.120)	(2.010.719)	-1,7%
Despesas Administrativas e Gerais	(175.670)	(128.673)	35,5%	(545.343)	(398.937)	36,7%
Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas	(9.127)	(13.679)	-33,3%	17.091	17.528	(79.994)
Depreciação e Amortização	(101.814)	(84.334)	20,1%	(396.659)	(385.405)	2,9%
Lucro (Prejuízo) Operacional	182.936	206.339	-11,3%	612.094	530.827	15,3%
Receitas Financeiras	80.568	47.832	68,4%	221.530	249.367	-11,2%
Despesas Financeiras	(143.163)	(128.535)	11,4%	(285.555)	(590.365)	-51,6%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(62.595)	(80.703)	-22,4%	(64.025)	(340.989)	-81,2%
Lucro Antes dos Impostos	120.341	125.636	-4,2%	548.069	189.829	186,7%
IR e CS	14.955	14.545	2,8%	(46.225)	(21.017)	-41,8%
Lucro Líquido do Período	135.296	127.181	6,4%	535.834	168.812	217,4%

IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

RS MIL	4T24 ajustado	4T23 ajustado	Δ(%)	2024 ajustado	2023 ajustado	Δ(%)
Receita Líquida	2.172.270	2.130.141	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	(1.126.113)	(1.150.900)	-2,2%	(3.638.589)	(3.696.965)	-1,5%
Lucro Bruto	1.046.157	984.774	6,2%	3.513.125	3.314.671	6,0%
Despesas Operacionais	(729.054)	(687.310)	6,1%	(2.449.747)	(2.404.113)	1,9%
Despesas de Vendas	(584.005)	(568.288)	2,8%	(2.066.375)	(2.060.194)	-0,2%
Despesas Administrativas e Gerais	(143.662)	(104.467)	37,5%	(415.137) ¹	(361.542)	14,8%
Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas	(1.386)	(14.554)	-90,5%	21.765	17.622	23,5%
Depreciação e Amortização	(96.696)	(79.716)	21,3%	(387.110)	(366.931)	5,5%
Lucro (Prejuízo) Operacional	220.408	212.216	3,9%	683.067	530.682	28,7%
Receitas Financeiras	48.453	47.832	1,3%	162.253	247.355	-34,4%
Despesas Financeiras	(111.510)	(125.507)	-11,2%	(431.416)	(586.374)	-26,4%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(63.057)	(77.675)	-18,8%	(269.163)	(339.018)	-20,6%
Lucro Antes Dos Impostos	157.351	134.541	17,0%	413.904	191.664	116,0%
IR e CS	13.283	1.545	n.a	(10.467)	(8.170)	28,1%
Lucro Líquido do Período	170.633	136.086	25,4%	403.436	183.474	119,9%

⁽¹⁾ Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R\$ 65,9 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

EX-IFRS

RS MIL	4T24	4T23	Δ(%)	2024	2023	Δ(%)
Receita Líquida	2.172.270	2.130.140	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	(1.126.113)	(1.145.366)	-1,7%	(3.638.589)	(3.674.000)	-1,0%
Lucro Bruto	1.046.157	984.774	6,2%	3.513.125	3.314.671	6,0%
Despesas Operacionais	(842.917)	(774.604)	8,8%	(2.802.190)	(2.689.088)	4,2%
Despesas de Vendas	(645.131)	(623.558)	3,5%	(2.248.516)	(2.257.764)	-0,4%
Despesas Administrativas e Gerais	(188.662)	(137.812)	35,5%	(566.949)	(435.101)	29,3%
Outras (Despesas) Receitas Operacionais Líquidas	(9.124)	(13.679)	-33,3%	13.175	3.778	248,7%
Depreciação e Amortização	(54.740)	(31.177)	75,6%	(209.480)	(180.199)	16,2%
Lucro (Prejuízo) Operacional	148.499	178.993	-17,0%	501.454	445.384	12,6%
Receitas Financeiras	93.083	53.194	75,0%	234.045	249.367	-6,1%
Despesas Financeiras	(120.773)	(100.614)	20,0%	(169.747)	(455.965)	-62,8%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(27.690)	(47.420)	-41,8%	64.298	(206.598)	131,1%
Lucro antes dos Impostos	120.809	131.573	-8,2%	565.752	238.787	136,9%
IR e CS	14.270	824	n.a	(15.811)	(25.679)	-38,4%
Lucro líquido do período	135.079	132.298	2,0%	549.942	213.108	158,1%

EX-IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

RS MIL	4T24 ajustado	4T23 ajustado	Δ(%)	2024 ajustado	2023 ajustado	Δ(%)
Receita Líquida	2.172.270	2.130.140	2,0%	7.151.714	6.988.671	2,3%
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	(1.126.113)	(1.150.900)	-2,2%</			



GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11

* continuação

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.369	1.248	996.713	875.914
Contas a receber	7	6.033	16.998	1.605.473	1.597.414
Estoques	8	-	-	1.665.936	1.699.339
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	165.816	-
Tributos a compensar	10	902	825	264.496	390.649
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	557	-	35.803	39.067
Juros sobre capital próprio a receber	25	-	1.256	-	-
Dividendos a receber	24	149.715	173.080	245	-
Outros ativos	12	1.331	1.417	140.072	86.341
Total do ativo circulante		198.907	194.824	4.874.554	4.688.724
Não circulante					
Tributos a compensar	10	-	-	129.402	187.811
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	-	-	24.809	23.487
Mútuos a receber	12	9.844	10.071	9.844	10.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	698.756	755.531
Depósitos judiciais	14	-	118	619.380	411.312
Outros ativos	12	46.504	50.535	46.827	54.575
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.946	-	-
Total do realizável a longo prazo		56.348	63.670	1.529.018	1.442.969
Investimentos	15	2.942.227	2.433.348	4.350	4.080
Imobilizado	16	384	433	649.918	610.429
Intangível	17	1.144	1.714	529.226	523.591
Direito de uso	18	-	-	1.359.901	1.344.654
Total do ativo não circulante		3.000.103	2.499.165	4.071.413	3.925.723

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores	19	1.368	1.337	1.095.552	1.091.681
Fornecedores - risco sacado	19	-	-	52.217	62.596
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	49.405	28.710
Debêntures	20	-	-	409.190	595.294
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	573	87.804
Arrendamentos a pagar	18	-	-	244.853	182.918
Obrigações tributárias	21	180	394	620.546	358.963
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	5.197	506
Impostos parcelados	22	-	-	44.078	31.677
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	6.525	4.461	259.307	174.290
Dividendos a pagar	24	127.363	35.081	127.451	35.081
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	2.866	28	-	-
Outras contas a pagar	26	368	836	209.481	125.875
Outros passivos	27	39.254	36.460	104.381	66.276
Total do passivo circulante		176.344	78.597	3.222.231	2.841.671
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	123.385	172.444
Debêntures	20	-	-	710.388	801.052
Arrendamentos a pagar	18	-	-	1.380.089	1.410.966
Impostos parcelados	22	-	-	197.885	64.396
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	4	12.046	11.019
Provisão para riscos administrativos e judiciais	14	-	-	201.372	605.207
Outras contas a pagar	26	10.455	74.445	10.455	74.446
Outros passivos	27	-	-	75.772	91.660
Total do passivo não circulante		10.455	74.449	2.711.392	3.231.190
Patrimônio líquido					
Capital social	28	1.832.326	1.830.872	1.832.326	1.830.872
Reservas de capital	283.003	271.263	283.003	271.263	271.263
Reservas de lucros	867.456	458.561	867.456	458.561	458.561
Dividendos propostos	-	7.205	-	7.205	7.205
Ajuste de avaliação patrimonial	68.599	(26.958)	68.599	(26.958)	-
Ações em tesouraria	(39.173)	-	(39.173)	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.012.211	2.540.943	3.012.211	2.540.943
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	133	643
Total do patrimônio líquido		3.012.211	2.540.943	3.012.344	2.541.586
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.199.010	2.693.989	8.945.967	8.614.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Atribuível aos acionistas controladores												
	Reservas de capital			Reservas de lucro			Ajuste de avaliação patrimonial		Participação de acionistas não controladores		Total do patrimônio líquido		
	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio na emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Dividendos propostos	Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros acumulados			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.830.524	-	154.753	106.775	19.671	126.865	185.166	-	(15.157)	-	2.408.597	1.257	2.409.854
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169.145	169.145	(333)	168.812
Aumento de capital	348	-	-	-	-	-	-	-	-	348	-	-	348
Hedge de fluxo de caixa de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.689)	-	(25.689)	-	(25.689)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.888	13.888
Remuneração baseada em ações	-	-	-	9.735	-	-	-	-	-	-	9.735	-	9.735
Constituição de reserva	-	-	-	-	8.457	20.363	98.039	-	-	-	(126.859)	-	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.081)	(35.081)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	7.205	-	(7.205)	-	-
Ajuste participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(281)	(281)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.830.872	-	154.753	116.510	28.128	147.228	283.205	7.205	(26.958)	-	2.540.943	643	2.541.586
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.830.872	-	154.753	116.510	28.128	147.228	283.205	7.205	(26.958)	-	2.540.943	643	2.541.586
Aumento de capital	1.454	(1.454)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.454	1.454
Hedge de fluxo de caixa de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144.784	144.784
Remuneração baseada em ações	-	-	-	11.740	-	-	-	-	-	-	(49.227)	-	(49.227)
Recompra de ações por controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.740	-	11.740
Constituição de reservas	-	-	-	-	26.813	-	382.082	-	-	(39.173)	-	-	(39.173)
Distribuição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.205)	(7.205)
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(127.361)	(127.361)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.832.326	-	154.753	128.250	54.941	147.228	665.287	-	68.599	(39.173)	-	133	3.012.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3". As demonstrações financeiras do Grupo SBF S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendem a Companhia controladora, Grupo SBF S.A. e suas controladas denominadas em conjunto "Grupo" ou "Grupo SBF". O Grupo SBF, por meio de suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto, tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, da marca "Nike", a produção audiovisual e a produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2025. As controladas do Grupo SBF em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentadas abaixo:

Controladas	Participação societária				Atividade
	Direta		Indireta		
	2024	2023	2024	2023	
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("SBF Comércio")	100,00%	100,00%	-	-	Comércio varejista
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia")	-	-	100,00%	100,00%	Comércio atacadista e varejista
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. ("Lione")	-	-	100,00%	100,00%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda. ("VBLOG")	100,00%	100,00%	-	-	Serviços logísticos
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equipos e Acessórios Ltda. ("Premier")	100,00%	100,00%	-	-	Comércio esportivo
X3M Entretenimento S.A. ("X3M")	-	-	30,00%	30,00%	Produção de eventos esportivos
Network Participações S.A. ("Network")	100,00%	100,00%	-	-	Produção de conteúdo audiovisual e Serv. Digitais S.A. ("NeoTV")
NeoTV Prod e Com. de Cont. Audiovisual e Serv. Digitais S.A. ("NeoTV")	-	-	-	100,00%	Produção audiovisual
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A. ("Acelerados")	-	-	51,00%	51,00%	Produção audiovisual
FitDance Entretenimento Ltda. ("FitDance")	-	-	100,00%	100,00%	Produção audiovisual

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro, (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS) Accounting Standards) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC) (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC) (SIC Interpretations). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **2.3 Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.4 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** O Grupo não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Em 2024, o Grupo avaliou as alterações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações são: **a) Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitiram aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração

de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. **b) Alteração ao IFRS 16/ CPC 06(R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **c) Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são os pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. A adoção dessas normas não impacta a forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo SBF. **2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **a) Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. **b) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, semelhantes e fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários em geral e não apenas às instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requisitos de divulgação do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/periódos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. **d) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários em geral e não apenas às instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. **Alterações ao IFRS 18 e IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Grupo não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas IFRS ou interpretações semelhantes e fornecedor informações mais relevantes e transparentes aos usuários em geral e não apenas às instituições financeiras da Companhia. **2.7 Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões do Grupo para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As informações por segmentos operacionais



Demonstrações Financeiras 2024

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso: Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 17. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e premissas orçamentárias aprovadas pela Administração. **b) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes atacado (Nota 7); • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou pelo custo amortizado (VJCA) e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios do Grupo para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente: Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo classificados como custo amortizado, incluem os saldos das contas a receber e outros ativos circulantes. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas acumuladas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas), no período em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, um instrumento financeiro ou parte de um instrumento financeiro semelhante) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, o Grupo transfere os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando o Grupo não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que o Grupo manteve. Com relação aos clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** O Grupo apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". O Grupo considera que este seja o superior de rating ou o rating de crédito publicado por agências especializadas e renomadas no mercado. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balance (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis do Grupo referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com o Grupo e o histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **5.1.2 Passivos Financeiros: Reconhecimento Inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20), instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 19) e passivo de arrendamento (Nota 18). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido e valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.1.3 Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas inicialmente prováveis, redução das mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de transação e reconhecida na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento de um item no balanço, como estoque, o valor acumulado de hedge é ajustado ao custo de avaliação patrimonial e o custo da conta de ajuste de avaliação patrimonial é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta

ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixasse de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, contratos de hedge, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2 Considerações gerais e políticas: 5.2.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
a.1) Risco de mercado - moeda	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
a.2) Risco de mercado - taxa de juros	Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise de alavancagem
b) Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ratings
c) Risco de liquidez	Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, o Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **a.1) Risco de moeda:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo predominantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial do Grupo dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Consolidado		31/12/2024		31/12/2023	
Derivativos operacionais - Notional (NDF)					
O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de "Outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2024, foiapurado ganho, líquido de impostos, de R\$ 68.599 (perda de R\$ 26.958 em 31 de dezembro de 2023). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foramapurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.					
Instrumento de hedge		Objeto de hedge			
Vencimentos	Moeda	Notional	Valor justo	Operação	Vencimentos estimados
De 10/01/2025				Pedido de Importações	De 10/01/2025
a 21/01/2026	USD	(1.306.684)	165.243	de mercadorias	a 21/01/2026
Valor consolidado		(1.306.684)	165.243		

No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pelo Grupo, através de sua controlada indireta Fisia, em 31 de dezembro de 2024, sendo que todos possuem a finalidade de proteção à variação nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco do impacto da variação cambial sobre os passivos oriundos das compras de mercadorias de terceiros.

Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Prazo máximo		Contraparte
			Valor justo	Vencimento	
NDF	(178.345)	Comprado	19.524	21/01/2026	ABC
NDF	(595.469)	Comprado	90.520	21/01/2026	Bradesco
NDF	(1.003)	Comprado	77	21/01/2026	BTG
NDF	(160.338)	Comprado	16.261	21/01/2026	HSBC Brasil
NDF	(43.149)	Comprado	5.022	21/01/2026	Itaú
NDF	(309.866)	Comprado	20.554	21/01/2026	Santander
NDF	(212.232)	Comprado	15.152	21/01/2026	Votorantim
NDF	3.611	Vendido	(120)	21/01/2026	ABC
NDF	11.306	Vendido	(12)	21/01/2026	Bradesco
NDF	119.212	Vendido	(650)	21/01/2026	BTG
NDF	25.522	Vendido	(34)	21/01/2026	HSBC Brasil
NDF	162	Vendido	(6)	21/01/2026	Itaú
NDF	23.669	Vendido	(1.048)	21/01/2026	Santander
NDF	236	Vendido	3	21/01/2026	XP
Total	(1.306.684)		165.243		

a.2) Risco de taxa de juros: Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os arrendamentos, empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pelo Grupo. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo corresponde a:

Aplicações financeiras (Nota 6)	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	916.019	783.551
Debêntures (Nota 20)	(172.790)	(201.154)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.119.578)	(1.396.346)
Total	(1.624.942)	(1.593.882)

Análise de sensibilidade: O risco do Grupo decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, o Grupo utilizou o CDI do índice DI da B3 (12,15% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

Aplicações financeiras (Nota 6)	Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
	Possível (+)	Provável (+)	Possível (-)	Remoto (-)
Aplicações financeiras (Nota 6)	916.019	111.296	139.120	166.944
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(172.790)	(20.994)	(26.243)	(31.491)
Debêntures (Nota 20)	(1.119.578)	(136.029)	(170.036)	(204.044)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.624.942)	(197.430)	(246.788)	(296.145)
Total	(1.624.942)	(197.430)	(246.788)	(296.145)

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e do atacado e por aplicações financeiras. O risco de crédito do Grupo são as administradoras de cartão de crédito e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 86,7% dos recebíveis no balanço do Grupo (88,5% em 31 de dezembro de 2023), enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 13,2% (11,5% em 31 de dezembro de 2023). Todas as vendas do Grupo nas lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. O Grupo registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há risco de perda) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, o Grupo não tem apresentado perdas na realização do contas a receber. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com algumas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos com garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Aplicações financeiras (Nota 6)	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos (Nota 6)	30	1.194
Meios de pagamento (Nota 6)	—	—
Aplicações financeiras (Nota 6)	40.339	54
Contas a receber (Nota 7)	—	—
Outros ativos (Nota 12)	47.835	51.952
Depósitos judiciais (Nota 14)	—	118
Total	88.204	53.318

Devido à característica de seu negócio, o Grupo não possui níveis diferenciados de risco de crédito de contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. **c) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vencidas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo mantém contratos de antecipação de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía saldo de antecipação de recebíveis (R\$ 109.345 em 31 de dezembro de 2023). O Grupo monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente de contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, os fluxos de caixa esperados provenientes de contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses é de R\$ 1.029.369 (R\$ 1.087.874 em 31 de dezembro de 2023).

Obrigações a curto prazo	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	996.713	875.914
Contas a receber (Nota 7)	1.605.473	1.597.414
Instrumentos financeiros derivativos - ativo (Nota 9)	165.816	—
Total	(454.229)	(368.343)
Patrimônio líquido	3.012.344	2.541.586
Índice de endividamento líquido	15%	14%

As obrigações a curto prazo representam o total do passivo circulante. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. O Grupo acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista por meio de venda da carteira de recebíveis. Assim, o Grupo utiliza os recursos das vendas de exercício para quitar as compras feitas com as saídas esperadas, garantindo assim o equilíbrio financeiro por curto prazo. Em vencimentos de curto prazo, a maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão no longo prazo, sendo que 35,5% serão liquidados no curto prazo, ou seja, em até 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 1,99% anual.

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2024							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	1.095.552	1.095.552	871.781	223.771	—	—	—
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	52.217	52.217	19.021	33.196	—	—	—
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	172.790	212.192	12.364	56.163	61.801	81.864	—
Debêntures (Nota 20)	1.119.578	1.304.427	57.096	452.316	458.758	336.257	—
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.624.942	2.240.398	53.625	277.997	632.393	501.307	775.076
Impostos parcelados (Nota 22)	241.963	241.963	8.339	38.107	39.719	84.948	70.850
Outras contas a pagar (Nota 26)	219.936	219.936	209.481	—	10.455	—	—
Total	4.526.978	5.366.685	1.231.707	1.081.550	1.203.126	1.004.376	845.926

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2023							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	1.091.681	1.092.723	962.136	130.587	—	—	—
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	46.731	15.865	—	—	—
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	201.154	263.348	5.955	46.783	67.579	143.031	—
Debêntures (Nota 20)	1.396.346	1.626.501	46.222	663.761	461.102	455.416	—
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.593.884	2.150.277	52.910	271.805	589.729	518.926	716.907
Impostos parcelados (Nota 22)	96.073	107.850	8.629	28.832	29.394	40.956	39
Outras contas a pagar (Nota 26)	200.321	200.321	200.321	—	—	—	—
Total	4.642.055	5.503.616	1.322.904	1.157.633	1.147.804	1.158.329	716.946

Os fluxos de saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. **5.2.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A gestão de capital ocorre considerando os montantes consolid

Demonstrações Financeiras 2024



(Em milhares de Reais)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2023	(%)Taxa média de perda esperada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	25	100,00%	(25)	Sim
Recebíveis de atacado/serviços	183.777	0,43%	(847)	Não
Recebíveis de varejo	1.414.484	0,00%	-	Não
Total	1.598.286		(872)	

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

	31/12/2024	31/12/2023
Aging	2.455	7.692
Vencidos acima de 120 dias	189	1.047
Vencidos de 91 a 120 dias	337	1.392
Vencidos de 61 a 90 dias	764	1.271
Vencidos até 30 dias	1.943	5.951
A vencer até 30 dias	689.048	769.361
A vencer de 31 a 60 dias	340.321	318.513
A vencer de 61 a 90 dias	211.279	188.263
A vencer de 91 a 120 dias	118.478	121.482
A vencer de 121 a 180 dias	123.881	112.818
A vencer de 181 a 365 dias	116.915	70.496
Total	1.605.610	1.598.286

8. ESTOQUES - CONSOLIDADO

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadorias para revenda. O ajuste ao valor realizável dos estoques do Grupo é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas.

8.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Mercadoria de revenda (lojas)	483.803	640.882
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	975.344	1.001.403
Importação em andamento	216.645	67.195
Almoxarifado	14.670	10.545
Subtotal	1.690.462	1.720.025
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(24.526)	(20.689)
Total	1.665.936	1.699.339

(*) Os saldos originalmente apresentados nessas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As alterações foram de "Mercadoria de revenda (lojas)" para "Mercadoria de revenda (centros de distribuição)". As mudanças mencionadas não alteram o total de estoques na respectiva data-base.

Movimentação das perdas nos valores realizáveis:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	(20.686)	(8.613)
Adição	(51.953)	(68.602)
Perdas efetivas nos estoques	48.113	56.529
Saldo final	(24.526)	(20.689)

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil: A contratação e operação de hedge do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratadas em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição:

	Consolidado
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Ativo	165.816
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Passivo	(573)
Total	165.243

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de proteção e não como investimentos especulativos.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS (a)	237.854	363.354
PIS	21.029	31.342
COFINS	96.997	140.401
IRRF	28.996	32.268
Outros	8.850	10.731
Total	393.899	578.460
Circulante	264.496	390.649
Não circulante	129.402	187.811

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrente da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dos créditos a serem compensados era de R\$ 237.854, sendo que o saldo de créditos a ser compensado em até 12 meses era de R\$ 126.154 da sua totalização, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Compensação
Até 12 meses	126.154
Acima de 12 meses	111.700
Total	237.854

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição:

	Consolidado
IRPJ/CSLL sobre Selic	-
IRPJ/CSLL	30.764
Total	60.612
Circulante	35.803
Não circulante	24.809

12. OUTROS ATIVOS - CONSOLIDADO

	Consolidado
Marketing a apropriar	86.646
Despesas antecipadas	29.172
Contencioso indenizável	40.586
Prêmios de seguros a apropriar	13.602
Bônus de subscrição OneFan (a)	7.250
Outros valores a receber	4.595
Adiantamento para fornecedores	3.493
Adiantamento para colaboradores	1.555
Depósito em garantia - Aquisição NWB (b)	-
Total	186.899
Circulante	140.072
Não circulante	46.827

(a) O período de exercício do bônus de subscrição foi prorrogado para 31 de maio de 2025. (b) Em março de 2024 o Grupo efetuou o levantamento, e o respectivo pagamento aos vendedores, do montante mantido como depósito em garantia realizado para garantir eventuais obrigações indenizatórias, decorrentes da aquisição da NWB.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

13.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Grupo adotou as alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - Income taxes) que introduziram uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, o Grupo não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro provável. **13.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos possui a seguinte origem:

	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e base negativa	44.177	401.151	-
Provisões gerais e contingências	94.916	129.794	(11.256)
Provisão para estoques	9.781	18.127	-
Provisão de bônus	37.995	20.788	-
Depreciação/arrendamento	342.813	334.113	(218.059)
Agio	-	71.050	(69.577)
Mais valia FitDance	-	-	(790)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	-	-	(93.660)
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	-	13.887	(35.339)
Lucro nos estoques	113.132	131.305	-
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	1.045.814	1.120.215	(375.104)
Montante passível de compensação	(347.058)	(364.684)	-
Imposto líquido (ativos) passivos	698.756	755.531	(12.046)
As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14. (a) Em 2023 foi proferida decisão judicial em favor do Grupo reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da			

compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, o Grupo reconheceu em suas demonstrações financeiras um crédito de impostos a recuperar no montante de R\$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter oferecido antecipadamente à tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, o Grupo reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. No exercício não houve movimentação no saldo de créditos tributários. **Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido:** As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de realização dos impostos diferidos ativo:** O Grupo preparou um estudo técnico para suportar a realização dos impostos diferidos nos próximos 9 anos, o qual é revisado anualmente. O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no período, dado a experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. De acordo com a política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis nos próximos 9 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo (consolidado):

Ano	SBF Comércio	Fisla	Demais empresas	31/12/2024
2025	3.600	-	1.474	5.074
2026	19.217	13.937	3.820	36.974
2027	20.267	16.833	4.219	41.319
2028	28.221	23.403	4.946	56.570
2029	36.409	33.311	5.746	75.466
2030	54.173	50.436	6.343	111.552
2031	58.232	55.574	7.523	121.329
2032	57.719	75.560	1.837	135.116
2033 (a)	-	-	115.356	115.356
Total	277.838	269.054	151.864	698.756

(a) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado às transações de compra e venda de mercadorias intercompany. Tendo em vista que essa diferença temporária é perene, isto é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 9º ano. **Taxa de crescimento da receita:** Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 9,6%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de operações administrativas. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 698.756. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16,8% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois, não é possível estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização desse benefício a partir do 9º ano.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais acumulados	739.958	251.586
Despesas tributárias	179.477	61.022
Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos	919.435	312.608

As informações no nível das controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas abaixo:

	2024	Prejuízos fiscais acumulados	Despesas tributárias	Total
Grupo SBF S.A. (Controladora)	Base	180.600	11.603	192.203
	Efeito tributário	61.404	3.945	65.349
	Base	294.392	159.021	453.403
	Efeito tributário	100.990	54.067	154.157
Fisla	Base	71.738	-	71.738
	Efeito tributário	24.391	-	24.391
	Base	193.238	8.853	202.091
	Efeito tributário	65.701	3.010	68.711
	Base	739.958	179.477	919.435
	Efeito tributário	251.586	61.022	312.608
Demais empresas(a)	2023	Prejuízos fiscais acumulados	Despesas tributárias	Total
	Base	160.655	15.057	175.712
	Efeito tributário	54.623	5.119	59.742
	Base	320.004	101.460	421.464
	Efeito tributário	108.801	34.496	143.297
	Base	143.479	-	143.479
	Efeito tributário	48.783	-	48.783
	Base	174.533	14.216	188.748
	Efeito tributário	59.341	4.833	64.174
	Base	798.671	130.732	929.403
	Efeito tributário	271.548	44.449	315.997

(a) Contempladas as empresas Lionne, FitDance, NWB, VBLOG e Premier.

Movimento das diferenças temporárias: A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 01/01/2024	Reconhecido no resultado	Mais imposto corrente	Utilização	Outros resultados	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	401.151	49.384	-	(3.358)	-	447.177
Provisões gerais e contingências	119.917	(36.257)	-	-	-	83.660
Provisão para estoques	18.127	(8.346)	-	-	-	9.781
Provisão de bônus	20.788	17.207	-	-	-	37.995
Depreciação/arrendamento	124.666	89	-	-	-	124.755
Agio	9.473	(9.473)	-	-	-	-
Mais valia FitDance	-	-	352	-	-	352
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	(93.660)	-	-	-	-	(93.660)
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	13.887	-	-	(49.227)	(35.340)	-
Lucro nos estoques	131.305	(18.173)	-	-	-	113.132
Imposto líquido ativo (passivo)	744.512	(5.569)	352	(3.358)	(49.227)	686.710

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora	Consolidado
Lucro antes dos impostos	536.252	169.146
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(182.326)	(57.510)
Adições permanentes:		
Despesas dedutíveis	20	-
Exclusões permanentes:		
Incentivo fiscal exercício corrente	-	34.645
Incentivo fiscal exercícios anteriores - redução de base (a)	-	67.942
Recursos não tributáveis	4	17.584
Outros itens:		
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	186.566	63.805
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(4.254)	(5.995)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias de anos anteriores reconhecidos no ano corrente	-	44.244
Efeito IR sobre gratificação a administradores	-	(525)
Outros	(2)	(305)
Imposto de renda e contribuição social corrente	4	(11)
Diferido	4	(1)
Alíquota efetiva	0%	0%

GRUPO SBF
GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11



Demonstrações Financeiras 2024

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Participação	31/12/2023					Equivalência
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	
SBF Comércio	100%	6.319.360	3.762.907	2.556.453	(206.813)	173.880
VBLOG	100%	90.175	72.769	17.406	(1.776)	15.630
Premier	100%	332.362	326.080	6.282	-	6.282
Network	100%	16.014	8.053	7.961	-	7.961
Total		6.757.911	4.169.809	2.588.102	(208.589)	2.379.513

16. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. **As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício:**

	Saldo em 01/01/2023	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Contribuição de capital	Distribuição de dividendos/JSCP	Amortização PPA	Equivalência	Saldo em 31/12/2023
SBF Comércio	2.205.672	-	(11.801)	4.195	(25.561)	-	177.135	2.349.640
VBLOG	28.122	-	-	-	(1.478)	-	15.630	41.274
Premier	(24.213)	-	-	-	-	-	30.495	6.282
Network	64.450	6.300	-	-	-	(2.286)	(6.668)	61.796
Total	2.274.031	6.300	(11.801)	4.195	(27.039)	(2.286)	189.948	2.433.348

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Fundo de comércio	18.254	-	-	-	18.254
Software	635.451	14.767	(168.121)	106.227	588.324
Marcas direito e patente	7.425	-	-	-	7.425
Software em andamento	82	106.679	-	(106.227)	534
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	4.024	-	-	-	4.024
Tecnologia	11.618	-	-	-	11.618
Agio por expectativa de rentabilidade futura	53.541	-	-	-	53.541
Custo do intangível	895.216	121.446	(168.121)	-	848.541
Fundo de comércio	(12.666)	(1.514)	-	-	(14.180)
Software	(303.092)	(95.497)	167.916	-	(230.673)
Marcas direito e patente	(339)	(297)	-	-	(636)
Contrato de distribuição	(50.820)	(16.482)	-	-	(67.302)
Carteira de clientes	(1.418)	(654)	-	-	(2.072)
Tecnologia	(3.292)	(1.162)	-	-	(4.454)
Amortização	(371.825)	(115.606)	167.916	-	(319.515)
Total do intangível líquido	523.391	5.840	(205)	-	529.226

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Fundo de comércio	18.502	-	(248)	-	18.254
Software	504.701	6.343	(2.802)	127.209	635.451
Marcas direito e patente	7.425	-	-	-	7.425
Software em andamento	472	126.819	-	(127.209)	82
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	4.024	-	-	-	4.024
Tecnologia	11.618	-	-	-	11.618
Agio por expectativa de rentabilidade futura	54.539	-	(998)	-	53.541
Custo do intangível	766.102	133.162	(4.048)	-	895.216
Fundo de comércio	(11.201)	(1.713)	248	-	(12.666)
Software	(230.175)	(75.718)	2.801	-	(303.092)
Marcas direito e patente	(43)	(296)	-	-	(339)
Contrato de distribuição	(34.338)	(16.482)	-	-	(50.820)
Carteira de clientes	(762)	(654)	-	-	(1.416)
Tecnologia	(2.130)	(1.162)	-	-	(3.292)
Amortização	(278.649)	(96.025)	3.049	-	(371.625)
Total do intangível líquido	487.453	37.137	(999)	-	523.391

Composição do ágio: O ágio por expectativa de rentabilidade futura é proveniente das aquisições das seguintes empresas adquiridas:

	31/12/2024
Network	46.852
FitDance	6.699
Total	53.541

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, o valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados indícios de Impairment no ágio. A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos.

16.2 Composição:

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Computadores e periféricos	20	238.020	(174.692)	63.328	64.706
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	85.411	(50.305)	35.106	28.120
Móveis e utensílios	8	328.421	(161.439)	166.982	166.927
Veículos	20	2.575	(2.575)	-	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	10	991.648	(608.150)	383.498	350.540
Imobilizado em andamento	(a)	1.004	-	1.004	172
Total		1.647.079	(997.161)	649.918	610.429

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Computadores e periféricos	224.381	173	(9.133)	22.599	238.020
Máquinas, equipamentos e ferramentas	75.324	82	(1.609)	11.614	85.411
Móveis e utensílios	312.589	2	(5.184)	21.014	328.421
Veículos	2.727	-	(152)	-	2.575
Benefitórias em imóveis de terceiros	935.178	82	(32.174)	88.562	991.648
Imobilizado em andamento	172	144.821	-	(143.789)	1.004
Custo do imobilizado	1.550.371	144.960	(48.252)	-	1.647.079
Computadores e periféricos	(159.675)	(23.147)	8.130	-	(174.692)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(47.204)	(4.475)	1.374	-	(50.305)
Móveis e utensílios	(145.662)	(20.088)	4.311	-	(161.439)
Veículos	(2.727)	-	152	-	(2.575)
Benefitórias em imóveis de terceiros	(584.574)	(46.965)	23.489	-	(608.150)
Depreciação	(939.942)	(94.676)	37.456	-	(997.161)
Total do imobilizado líquido	610.429	50.285	(10.796)	-	649.918

17. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

17.1 Política contábil: Fundo de comércio: Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estes estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **Marcas e patentes:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **Contrato de distribuição:** O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Fisia. **Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva. **Tecnologia (Know-how):** Juntamente com a aquisição do grupo Network ("NW"), o Grupo SBF adquiriu um contrato de criação de conteúdo digital direcionado ao público do esporte. Para que a maior parte da receita da NWB aconteça, faz-se necessário um conjunto de conhecimentos, capacidades e habilidades que somadas (know-how) são capazes de produzir conteúdo em formato áudio visual atrativos para o público alvo de cada canal próprio da NWB. Esse contrato foi mensurado na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios e sua vida útil definida foi de 10 anos. **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado para impairment anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável. O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Computadores e periféricos	208.628	3.154	(792)	13.391	224.381
Máquinas, equipamentos e ferramentas	68.839	491	(2.586)	8.580	75.324
Móveis e utensílios	272.661	982	(4.108)	43.054	312.589
Veículos	2.727	-	-	-	2.727
Benefitórias em imóveis de terceiros	878.704	2.662	(17.698)	71.510	935.178
Imobilizado em andamento	18.342	118.365	-	(136.535)	172
Custo do imobilizado	1.449.901	125.654	(25.184)	-	1.550.371

Computadores e periféricos (139.191) (21.252) 768 - (159.675)
Máquinas, equipamentos e ferramentas (46.123) (3.597) 2.516 - (47.204)
Móveis e utensílios (130.479) (18.648) 3.465 - (145.662)
Veículos (2.727) - - - (2.727)
Benefitórias em imóveis de terceiros (584.574) (42.523) 17.279 - (608.150)
Depreciação (877.950) (86.020) 24.028 - (939.942)
Total do imobilizado líquido 571.951 39.634 (1.156) - 610.429

17.2 Composição:

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(14.180)	4.074	5.588
Software	20	588.324	(230.673)	357.651	332.359
Marcas direito e patente	10	7.425	(636)	6.789	7.086
Software em andamento	-	534	-	534	82
Contrato de distribuição	-	164.821	(67.302)	97.519	114.001
Carteira de clientes	-	4.024	(2.070)	1.954	2.008
Tecnologia	10	11.618	(4.454)	7.164	8.326
Agio por expectativa de rentabilidade futura	-	53.541	-	53.541	53.541
Total		848.541	(319.315)	529.226	523.591

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

18.1 Política contábil: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há o pagamento de arrendamento revisado cujo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de percentagens de vendas. Tais condições são usadas para uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **18.2 Composição:** O Grupo possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

	Quantidade contratos
Centros de distribuição	7
Edifícios administrativos	8
Veículos	79
Lojas	256
Total	350

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Direito de uso: A movimentação do ativo de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	01/01/2024	Adições	Pagamento principal	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2024
Capital de giro	196.452	-	(26.190)	(24.484)	24.459	174



Demonstrações Financeiras 2024

(Em milhares de Reais)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

22. IMPOSTOS PARCELADOS - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos de tributos Estaduais	158.535	12.836
Parcelamentos de tributos Federais	83.429	83.237
Total impostos parcelados	241.963	96.073
Passivo circulante	44.078	31.677
Passivo não circulante	197.885	64.396

As movimentações dos impostos parcelados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	96.073	112.389
Adesão dos impostos Estaduais (a)	167.455	6.259
Adesão dos impostos Federais	1.237	—
Juros sobre parcelamento de tributos	13.903	8.105
Parcelas pagas	(36.705)	(30.680)
Saldo em 31 de dezembro	241.963	96.073

(a) Adesão ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.483/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado, ocorrida em maio de 2024.

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Não Circulante		Total		2028 em diante	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
RJ	2.113	694	2.807	2.113	694	—
MG	2.768	8	2.776	2.768	8	—
SP	14.231	138.721	152.952	14.231	16.485	105.751
Total Estaduais	19.112	139.423	158.535	19.112	17.187	105.751
Parcelamentos ordinários	57	15	72	57	15	—
Refis lei 11.941	22.104	57.507	79.611	22.104	22.104	13.299
Outros	2.805	940	3.745	2.805	414	293
Total Federais	24.966	58.462	83.428	24.966	22.533	13.542
Total parcelamentos	44.078	197.885	241.963	44.078	39.720	119.293

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONSOLIDADO

23.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

23.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de férias e 13º salário	70.330	69.337
Provisões para participação nos lucros	118.100	50.123
Provisões para participação nos lucros - Pessoal chave da Administração (Nota 25)	11.073	2.289
Salários a pagar	26.360	24.827
Obrigações com pessoal a pagar	3.370	1.734
Contribuições a receber	186	172
Obrigações trabalhistas	229.419	148.482
INSS a recolher	19.169	18.251
FGTS a recolher	5.132	4.885
INSS retido a recolher	5.587	2.672
Obrigações previdenciárias	29.888	25.808
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	259.307	174.290

24. DIVIDENDOS

24.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais. **24.2 Composição:** Em 31 de dezembro de 2024, foram apurados R\$ 127.361 de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	536.256	169.145
(-) Reserva legal - 5%	(26.813)	(8.457)
(-) Reserva incentivos fiscais	—	(20.363)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	509.443	140.325
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	127.361	35.081
Dividendos adicionais propostos	—	7.205

A movimentação de dividendos a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo 1º janeiro de 2023	—	33.085
Dividendos mínimos obrigatórios - 2023	—	35.081
Pagamento de dividendos aos acionistas	—	(33.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	35.081
Dividendos adicionais propostos - 2023	—	7.205
Pagamento de dividendos aos acionistas	—	(42.284)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2024	—	127.361
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	127.363

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente. **Operações de compra e venda de mercadorias e fretes.** As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A controlada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a VBLOG e a Fisia e a VBLOG, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há a operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral de SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, está assinado entre SBF e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado. **Aluguéis** - A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a controlada VBLOG do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados. Até fevereiro de 2024, a controlada VBLOG, que atua como operadora logística, subloca para as empresas Fisia e SBF Comércio um armazém localizado em Extrema - MG, local que realiza parte das operações em Minas Gerais, como suas importações, triagem de mercadorias, dentre outras. **Marketplace** - A controlada SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de take rate, porcentagem cobrado sobre cada transação de produto vendido. **Roteio administrativo** - As controladas Fisia e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os raios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas. **Serviços audiovisuais** - As controladas Network, NeoTV e FitDance possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. Os valores referentes às transações descritas acima são demonstrados nos quadros a seguir. **25.2 Composição:** Controladora: Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue: Os valores da controladora estão sendo apresentados na Nota 7, contas a receber.

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	2.408	—
Fisia	3.625	16.998
Total	6.033	16.998

Transações realizadas entre partes relacionadas - eliminadas na consolidação: As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisia, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Contas a receber		Fornecedores	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Grupo SBF	6.033	16.998	(2.617)	(28)
SBF Comércio	163.123	334.111	(226.872)	(397.483)
Premier	30.166	181.791	(119.504)	(289.068)
Fisia	195.778	185.614	(39.537)	(50.960)
VBLOG	975	27.581	(6.882)	(9.674)
Lione	—	183	—	—
Network (a)	—	694	(531)	—
FitDance	22	241	(154)	—
Total	396.097	747.213	(396.097)	(747.213)

	Adiantamento para fornecedores		Adiantamento de clientes	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	200	20.558	—	—
Premier	—	—	—	(4.200)
VBLOG	—	—	—	(16.358)
Network (a)	218	—	—	(75)
Acelerados	—	—	—	(218)
FitDance	—	—	—	(200)
Total	418	20.558	(418)	(20.633)

	Compras		Vendas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	(2.884.872)	(2.937.313)	2.427.677	2.457.546
Premier	(2.427.677)	(2.457.546)	2.444.615	2.486.780
Fisia	—	—	440.257	450.533
Total	(5.312.549)	(5.394.859)	5.312.549	5.394.859

	Serviços logísticos		Aluguéis	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	(5.107)	(29.482)	39	39
Premier	(6.199)	—	—	—
VBLOG	(42.017)	67.163	434	2.815
Fisia	(30.711)	(37.681)	(473)	(2.854)
Total	(83.033)	(99.999)	400	2.815

	Serviços audiovisuais		Roteio administrativo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Grupo SBF	—	16.868	6.229	—
SBF Comércio	(6.893)	—	190.518	170.434
Premier	—	(6.445)	(17.293)	(16.119)
VBLOG	—	—	(19.353)	(33.071)
Fisia	(1.772)	(3.075)	(170.055)	(127.473)
Network (a)	4.141	7.470	(531)	—
Acelerados	(28)	(10)	—	—
FitDance	4.552	2.060	(154)	—
Total	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)

	Comissão marketplace	
	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	36.791	29.927
Fisia	(36.791)	(29.927)
Total	—	—

(a) Conforme apresentado na Nota 3, em 1º de dezembro de 2024, a NeoTV, controlada indireta do Grupo SBF, foi incorporada pela controlada direta Network. Dessa forma, os saldos de transações entre partes relacionadas com a NeoTV, creditados até a data da incorporação, estão apresentados na linha da empresa incorporadora (Network). **Juros sobre capital próprio:** Durante o exercício de 2024, foram deliberadas e aprovadas em Reunião do Conselho de Administração, as destinações de juros sobre o capital próprio entre a controlada indireta Fisia e a controlada SBF Comércio, no montante de R\$ 82.598, liquidados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Saldo em 1º janeiro de 2023** 57.922

Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023 - Fisia 57.963

Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023 - VBLOG 1.256

Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia (125.191)

IRRF sobre juros sobre capital próprio - Fisia (8.694)

Saldo em 31 de dezembro de 2023 1.256

Destinação de juros sobre o capital próprio - 2024 - Fisia 53.627

Pagamento de juros sobre o capital próprio - Fisia (45.578)

Pagamento de juros sobre o capital próprio - VBLOG (1.256)

IRRF sobre juros sobre capital próprio - Fisia (8.049)

Saldo em 31 de dezembro de 2024 —

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a receber	—	—
Saldo 1º janeiro de 2023	235.756	(88.237)
Recebimento de dividendos Fisia	—	25.561
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2023	—	173.080
Dividendos adicionais Fisia - 2023	—	132.058
Recebimento de dividendos Fisia	—	(279.577)
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2024	—	(24.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	149.715

Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Brito Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGP-M.

	31/12/2024	31/12/2023
VBLOG	41	40
Premier	66	65
SBF Comércio	25.275	25.200
Total	25.382	25.305

Remuneração ao pessoal chave da administração: A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	31/12/2024	31/12/2023
Conselho de administração	12.047	9.279
Administração executiva	—	11.073
Conselho de administração	808	4.101
Administração executiva	12.855	24.453
Total	12.855	24.453

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
Comissão de marketing e comunicação	—	29.848
Provisões de parceiros digitais	—	27.020
Fretes/armazenagem	—	34.599
Provisões para despesas com fornecedores	—	8.718
Provisões gerais (a)	368	835
Utilidades e serviços	—	11.282
Obrigações com investimentos (b)	10.455	74.446
Outras obrigações	—	—
Total	10.823	75.281
Circulante	368	836
Não circulante	10.455	74.445

(a) Referem-se substancialmente aos honorários de sucumbência a pagar, atrelados a transação tributária do Governo do Estado de São Paulo - Adesão ao programa de parcelamento de impostos, conforme Nota 14.2; (b) Referem-se a contas a pagar relativas à aquisição da controlada indireta Fisia, da controlada NNBW e ao programa de Recompra Grupo SBF. **Aquisição - Fisia:** Obrigação relativa à aquisição da controlada indireta Fisia, liquidada em 2024 (R\$ 58.011 em 31 de dezembro de 2023). **Aquisição - NNBW:** Composto por contas a pagar relativos à contraprestação depositada em garantia, liquidada em 2024 mediante o levantamento do valor mantido em depósito, e a dívida diferida com os vendedores da NNBW que poderá ser paga em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição. No valor total de R\$ 10.455 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 16.435 em 31 de dezembro de 2023). **Aquisição - Programa de Recompra de Ações Grupo SBF:** Refere-se ao contas a pagar, da controlada indireta Fisia, pela aquisição de ações do Grupo SBF S.A., como parte do Programa de Recompra Grupo SBF, conforme Nota 28.

27. OUTROS PASSIVOS - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
Royalties a amortizar - Aquisição Fisia	93.125	108.882
Patrocínios e royalties	15.904	10.603
Obrigações com clientes (a)	71.124	38.451
Total	180.153	157.936
Circulante	104.381	66.276
Não circulante	75.772	91.660

(a) O saldo de obrigações com clientes refere-se a transações com cartão presente e vale trocas que podem ser utilizadas como forma de pagamento em compras nas plataformas digitais e lojas físicas.

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

28.1 Política contábil: O Grupo está autorizado a aumentar seu capital social até o limite de 300.000 (trezentos mil) ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados



GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11



Demonstrações Financeiras 2024

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Custo da revenda de mercadorias	(3.582.653)	(3.617.938)
Custo de fretes e logística	(24.163)	(24.870)
Custo de serviço de produção audiovisual	(31.773)	(31.192)
Total	(3.638.589)	(3.674.000)

32. DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Despesas com vendas	675.896	(660.192)
Pessoal	(517.712)	(492.702)
Publicidade e propaganda	(246.402)	(145.364)
Fretes e transportes (a)	(165.044)	(183.723)
Depreciação de direito de uso	(140.567)	(140.976)
Utilidades e serviços	(117.828)	(121.866)
Serviços de terceiros (a)	(91.866)	(257.988)
Ocupação	(88.667)	(82.854)
Depreciação e amortização	(88.604)	(83.019)
Informática e telecomunicações	(53.193)	(56.283)
Embalagens e outros materiais	(27.480)	(29.051)
Contencioso e despesas jurídicas	(15.157)	(19.282)
Outras despesas	(2.087)	(4.541)
Total despesas com vendas	(2.230.503)	(2.277.841)

(a) A redução dos custos com serviços de terceiros e o aumento dos custos com fretes e transportes se deve à migração para um centro de distribuição próprio das operações da controlada indireta Fisia.

Despesas administrativas e gerais

	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Despesas administrativas e gerais	(318.270)	(206.452)
Pessoal	(10.264)	(10.966)
Publicidade e propaganda	(558)	(806)
Fretes e transportes	(22.134)	(20.819)
Depreciação de direito de uso	(7.687)	(6.890)
Utilidades e serviços	(26.756)	(25.397)
Serviços de terceiros	(32.855)	(32.698)
Ocupação	(6.558)	(5.954)
Depreciação e amortização	(120.877)	(97.844)
Informática e telecomunicações	(77.626)	(69.354)
Embalagens e outros materiais	(168)	(453)
Contencioso e despesas jurídicas (b)	(51.934)	(30.529)
Outras despesas	(12.667)	(9.438)
Total despesas administrativas e gerais	(688.354)	(517.600)

(b) Em 2024, o montante de R\$ 11.993 refere-se à reversão da Provisão para riscos tributários, líquida da constituição dos Impostos parcelados, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 14. (*) Os saldos originalmente apresentados nessas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As principais alterações foram: (i) de "utilidades e serviços" para "informática e telecomunicações" e "fretes e transportes"; (ii) de "serviços de terceiros" para "utilidades e serviços"; e (iii) de "ocupação" para "utilidades e serviços". As mudanças mencionadas não alteram os totais de despesas com vendas e despesas administrativas.

33. RESULTADO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

33.1 Políticas contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadores de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

33.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	105.563	158.010
Variação cambial ativa	60.805	19.597
Receitas de aplicações financeiras	51.995	35.539
Atualização monetária de impostos	9.091	32.096
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.797	2.457
Juros e multas recebidos	914	979
Outras receitas financeiras	182	689
Descontos obtidos	39	—
Juros sobre multas	(8.856)	—
PIS/COFINS s/ receita financeira	—	—
Total receitas financeiras	221.530	249.367

Despesas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Juros e custo de captação sobre debêntures	(154.335)	(184.664)
Juros de arrendamento mercantil	(126.549)	(134.400)
Variação cambial passiva	(109.909)	(146.188)
Juros sobre contencioso (a)	169.209	(36.190)
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	(27.352)	(34.003)
Juros sobre parcelamento de tributos	(13.903)	(8.105)
Outras despesas financeiras	(11.051)	(13.714)

Despesas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Tarifas e taxas bancárias	(4.578)	(10.176)
Juros sobre atraso de impostos	(5.033)	(1.762)
Juros sobre pagamentos em atraso	(1.593)	(2.970)
Impostos sobre operações financeiras	(416)	(1.524)
Juros sobre operações de venda de recebíveis	(45)	(16.669)
Total despesas financeiras	(285.555)	(590.365)

(a) Em 2024, o montante de R\$ 228.334 refere-se à reversão dos juros sobre contencioso tributário, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 14.

34. COMPROMISSOS

O Grupo SBF possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pelo Grupo como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC - 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidos entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da FitDance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato. Em 2024, houve o pagamento de R\$7.000 referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Adicionalmente, em 2024, foi reconhecido o montante de R\$ 13.000 a pagar aos sócios vendedores como parcela de *Earn-Out* referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

35. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo SBF e suas controladas mantêm apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo SBF e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, ralo, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Frota de veículos	R\$ 500
Transportes	Transportes nacionais	R\$ 14.000.000
Transportes	Transportes internacionais	US\$ 386.185
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R\$ 50.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers	R\$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R\$ 869.542

Diretoria

Pedro Zemel - CEO

José Luís Salazar - CFO

Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O

Relatório Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2024

1. Histórico e Composição: O Comitê de Auditoria do Grupo SBF S.A. ("Companhia") foi constituído e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 ("Comitê"). O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 03 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno"). O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, informações intermediárias e demonstrações financeiras. O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 2 (dois) membros com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor. **2. Atividades do Comitê no Exercício:** Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reuniu-se à sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social. **3. Parecer do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de março de 2025

Membros

Luiz Carlos Nannini

Luiz Alberto Quinta

Eduardo Rogatto Luque

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores:

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, concordando e autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opinião expressos no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores:

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

São Paulo, 14 de março de 2025

Pedro Zemel - Diretor Presidente

José Luís Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Grupo SBF S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Grupo SBF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PORQUE É UM PAA

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 4(c) e 13.2)

As controladas da Companhia possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R\$ 686.710 mil.

As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem, conforme divulgado na Nota 13.2. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros.

Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.

Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 14.2(c))

As controladas da Companhia são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R\$ 153.914 mil, em 31 de dezembro de 2024.

A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 14.2(c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação.

Considerando a complexidade do ambiente tributário, dos valores em discussão e a relevância dos débitos fiscais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos.

Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos.

Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências, incluindo a adesão ao programa de parcelamento.

Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento.

Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações de Valor Adicionado

As Demonstrações de Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 17 de março de 2025

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador - CRC MG091



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023





SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2024

Relatório da Administração sobre os Resultados 2024

O ano de 2024 foi marcado por entregas consistentes e objetivos alcançados com êxito. A Centauro entregou o melhor ano da sua história. Com faturamento recorde e expansão de receita bruta em seus dois canais de atuação e maior margem bruta em um período de um ano, reforçando nosso compromisso com a recomposição da margem bruta após períodos de remarcações mais agressivas no segundo semestre de 2023. Mantivemos uma gestão eficiente do capital de giro, uma de nossas frentes prioritárias, avanço que reflete a otimização dos estoques e a normalização da dinâmica de compras. No início do plano estratégico de 30 meses (273), rapidamente adaptamos nossa estrutura de custos, e aumentamos nossa eficiência operacional através da diluição de despesas. O ano de 2024 da Centauro foi marcado pela expansão da rentabilidade, com foco na maximização do lucro bruto por m², e na eficiência operacional. A Centauro aprimorou a precificação dos produtos,

ampliou a participação de itens de maior margem nos canais físico e digital, reduziu o aging de seus estoques e implementou iniciativas como a venda de combos e expansão da categoria de vestuário no digital. Além disso, a conversão de lojas para o formato G5, a implementação de um projeto com foco em visual merchandising em parceria com marcas estratégicas, e a realização de eventos esportivos, como o circuito de corridas "Centauro Desbrava", impulsionaram o engajamento dos clientes e o crescimento do lucro bruto. A omnicanalidade é um pilar estratégico para a nossa empresa, e em 2024, demos passos importantes para fortalecer a integração entre os canais das nossas unidades de negócios. Através do projeto "Troca Tudo", a Centauro se tornou 100% omnicanal viabilizando a troca de todos os produtos comprados no e-commerce (inclusive 3P) em todas suas lojas físicas. No quarto trimestre do ano, 50% das trocas de produtos do 3P (marketplace) foram realizadas nas lojas e 78% dos clientes que

utilizaram o crédito na loja efetuaram compras com valor superior ao original. Em 2025, pretendemos realizar mais avanços na Centauro para que as operações das unidades de negócio do Grupo SBF sejam 100% integradas no futuro, permitindo assim que a Centauro e a Fisia se potencializem através das suas fortalezas. Encerramos 2024 com avanços significativos em eficiência e rentabilidade, fortalecendo as bases para um crescimento sustentável. Seguimos focados na execução estratégica e na criação de valor para nossos stakeholders, consolidando nossa liderança no mercado esportivo por meio da melhoria contínua de nossa operação e do fortalecimento de parcerias estratégicas. Com disciplina e visão de longo prazo, avançaremos de forma consistente, garantindo uma empresa resiliente e preparada para capturar oportunidades futuras.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	467.769	326.343	945.378
Contas a receber	7	1.033.753	1.182.877	1.726.262
Estoques	8	941.333	883.996	1.958.375
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	165.816
Tributos a compensar	10	82.537	141.708	197.064
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	15.645	-	30.476
Outros ativos	12	38.241	47.962	137.760
Dividendos a receber	25	-	-	245
Total do ativo circulante		2.579.276	2.582.886	5.161.376
Não circulante				
Tributos a compensar	10	102.264	94.859	117.630
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	6.869	6.476	6.900
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	277.838	262.762	546.892
Depósitos judiciais	14	150.929	107.197	611.063
Outros ativos	12	324	324	4.222
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.206	6.984	-
Total do realizável a longo prazo		540.430	478.602	1.282.809
Investimentos	15	1.855.414	1.495.066	43.523
Imobilizado	16	427.107	387.776	630.523
Intangível	17	233.871	252.766	463.394
Direito de uso	18	1.075.066	1.122.264	1.340.879
Total do ativo não circulante		4.131.888	3.736.474	3.761.128
Total do ativo		6.711.166	6.319.360	8.922.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Saldos em 1º de janeiro de 2023	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Dividendos	Lucros	Total
	Capital social	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes			
Lucro líquido do exercício	2.229.971	12.700	31.280	201.766	-	-	-	2.460.560	2.460.560
Hedge de fluxo de caixa de controlada	-	-	-	-	-	(25.689)	-	129.060	(25.689)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	13.888	-	-	13.888
Contribuição de capital da controladora	-	4.195	-	-	-	-	-	-	4.195
Constituição de reserva	-	-	6.453	20.363	76.683	-	-	(103.499)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(25.561)	(25.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.229.971	16.895	37.733	222.129	76.683	(26.958)	-	2.556.453	2.556.453
Saldos em 1º de janeiro de 2024	2.229.971	16.895	37.733	222.129	76.683	(26.958)	-	2.556.453	2.556.453
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	522.755	522.755
Hedge de fluxo de caixa de controlada	-	-	-	-	-	-	-	144.784	144.784
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(49.227)	-	-	(49.227)
Contribuição de capital da controladora	-	11.740	-	-	-	-	-	-	11.740
Constituição de reserva	-	-	26.138	-	369.257	-	-	(395.395)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(124.154)	(124.154)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	3.206	-	3.206
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.229.971	28.635	63.871	222.129	445.940	68.599	3.206	3.062.351	3.062.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos impostos	504.321	131.814	511.103	135.351
Ajustado por:				
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	16,17	144.806	134.635	204.175
Depreciação do direito de uso	18	170.987	192.323	205.835
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	20	1.527	22.630	27.352
Juros e custo de captação sobre debêntures	20	89.805	128.934	154.335
Juros sobre mútuos	-	-	(6.399)	-
Juros sobre parcelamentos de tributos	22	5.010	9.014	13.900
Juros sobre pagamentos em atraso	32	1.291	2.011	1.496
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	-	-	(735)
Juros sobre atraso de impostos	32	1.652	-	5.018
Resultado de equivalência patrimonial	15	(464.686)	(210.407)	(515)
Remuneração baseada em ações		4.963	1.773	11.740
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	16,17	19	18.960	6.393
Resultado da baixa residual arrendamentos	18	(1.592)	(7.438)	(1.592)
Provisão para obsolescência do estoque	8	34.518	(4.251)	51.953
Juros sobre arrendamento mercantil	18	101.077	115.179	124.654
Descontos sobre arrendamentos	18	(1.719)	(2.259)	(2.259)
Constituição (líquida das reversões) de provisões para riscos administrativos e judiciais	14	(45.188)	29.376	(343.662)
546.791	556.385	969.731	955.144	
Variáveis em:				
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	7	149.124	1.523.043	200.657
Estoques	8	(91.855)	(8.037)	6.895
Instrumentos financeiros derivativos ativo	9	-	-	(21.032)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	11	35.728	180.091	249.115
Depósitos judiciais	14	(43.732)	(10.763)	(207.608)
Outros ativos	12	9.721	(20.124)	(29.423)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	19	(158.023)	(1.428.410)	(184.244)
Fornecedores - risco sacado	19	(10.379)	(75.575)	(10.379)
Obrigações tributárias	21	70.300	59.867	263.416
Parcelamentos de tributos	22	53.163	(28.872)	132.072
Instrumentos financeiros derivativos passivo	9	-	-	(87.231)
Contratâncias pagas	14	(44.889)	(19.325)	(64.901)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	64.347	(17.672)	83.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. A SBF Comércio é controlada pelo Grupo SBF S.A. ("Grupo SBF"). O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3". As demonstrações financeiras da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendem a Controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas, denominadas em conjunto ("Consolidado"). A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas, individualmente ou em conjunto, tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, da marca "Nike", a produção audiovisual e a produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2025. As controladas e coligada da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são conforme apresentado abaixo:

Controladas e coligada	Participação societária		Atividade
	Direta	Indireta	
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. ("Lione")	100%	100%	Comércio esportivo
FitDance Entretenimento Ltda. ("FitDance")	100%	100%	Produção de filmes para publicidade
Fisica Comércio de Produtos Esportivos Ltda. ("Fisla")	100%	100%	Comércio atacadista e varejista
X3M Entretenimento S.A. ("X3M")	-	30%	Produção de eventos esportivos

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na Nota 15. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS@ Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC@ Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC@ Interpretations). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas

para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3 Consolidação:** A Companhia detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controlada no patrimônio líquido das controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora. **2.4 Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer pronunciamentos ou interpretações que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Em 2024, a Companhia avaliou as alterações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações são: **a) Alteração ao IAS 1 / CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subseqüentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. **b) Alteração ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Arrendamentos":** alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isso poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem "pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa". **c) Alterações ao IAS 7/CPC "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas líquidas	29	5.939.643	5.826.462	9.516.148
Custo das vendas e dos serviços prestados	30	(4.273.542)	(4.263.658)	(6.131.633)
Lucro bruto		1.666.101	1.562.804	3.384.515
Recargas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	31	(1.157.742)	(1.190.489)	(2.192.049)
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	-	-	735
Despesas administrativas e gerais	31	(400.876)	(221.496)	(640.860)
Outros ganhos, líquidos		49.224	17.396	18.713
Resultado de equivalência patrimonial	15	464.686	211.077	515
Despesas operacionais, líquidas		(1.044.708)	(1.183.512)	(2.812.946)
Lucro operacional		621.393	379.292	571.569
Receitas financeiras	32	62.732	54.352	216.562
Despesas financeiras	32	(179.804)	(301.830)	(277.028)
Resultado financeiro, líquido		(117.072)	(247.479)	(60.466)
Lucro antes dos impostos		504.321	131.814	511.103
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	-	90.906	(1.175)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	18.434	(93.660)	12.827
Lucro líquido do exercício		522.755	129.060	522.755
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia				
Lucro básico por ação (média ponderada)	28	-	-	0,11
Lucro diluído por ação (média ponderada)	28	-	-	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	522.755	129.060	522.755	129.060
Outros resultados abrangentes				
Hedge de fluxo de caixa de controlada	144.784	(40.846)	144.784	(40.846)
Outros resultados abrangentes	144.784	(40.846)	144.784	(40.84



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização e importação de bens e serviços sujeitos à saúde, meio ambiente, nos termos do seu texto complementar. O texto complementar foi concluído e aprovado pelo Conselho Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com veto pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros, consideradas adequadas para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 17. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. **b) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. As contas a receber de clientes atacado (Nota 7) estão sujeitas ao modelo de perdas de crédito esperadas. **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 546.892 (585.267 em 31 de dezembro de 2023) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas geradas pelas controladas da SBF Companhia. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas. **d) Contingências tributárias:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem discussões estaduais referentes à cobrança de ICMS e multa, pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo. Há também discussões de ICMS em outros estados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **e) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utilizada preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **f) Julgamentos críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou exercícios após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Arrendamentos com opções de distribuição e liquidação são tratados de acordo com as opções de distribuição relevantes: Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). Se houver benéficas em imprevistos de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la). Durante o exercício corrente, o efeito financeiro consolidado da revisão dos prazos de arrendamento a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação e rescisão resultou em um aumento de R\$ 139.407 nos passivos de arrendamento e ativos de direito de uso reconhecidos (sem efeito financeiro em 31 de dezembro de 2023).

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: **5.1.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subseqüentemente, os custos de transação são mensurados pelo custo amortizado ao valor justo por meio dos resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente: Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subseqüentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos das contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventos ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subseqüentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas), no exercício em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido é o passivo assumido em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve. Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que este seja baixo ou superior pela agência de rating de crédito Fitch Ratings. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **5.1.2 Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), operações de arrendamento (Nota 18), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 19), empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20) e dividendos a pagar (Nota 24). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando o ativo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado e o risco de crédito e perdas de crédito esperadas de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exibam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (Nota 6)	457.957	307.881	865.117	782.725
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(741)	(6.015)	(172.790)	(201.154)
Debêntures (Nota 20)	(611.258)	(787.276)	(1.119.578)	(1.396.346)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.306.237)	(1.348.529)	(1.604.992)	(1.567.551)
Total	(1.604.297)	(1.833.939)	(2.032.243)	(2.382.326)

Análise de sensibilidade: O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI do Índice DI da B3 (12,15% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

	Controladora		Redução dos juros		Remoto	
	Possível	Remoto	Possível	Remoto	Possível	Remoto
31/12/2024	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Aplicações financeiras (Nota 6)	457.957	55.642	69.553	83.463	41.732	27.821
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(741)	(90)	(113)	(135)	(68)	(45)
Debêntures (Nota 20)	(611.258)	(74.268)	(92.835)	(111.402)	(55.701)	(37.134)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.306.237)	(158.708)	(198.385)	(238.062)	(119.031)	(79.354)
Total	(1.604.297)	(195.007)	(243.759)	(292.511)	(146.255)	(97.504)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e do atacado e por aplicações financeiras. O risco de crédito da Companhia são as administradoras de cartão de crédito, responsáveis por 87,2% (88,5% em 31 de dezembro de 2023) dos recebíveis no balanço da Companhia, enquanto os recebíveis de atacado são responsáveis por 12,8% (11,5% em 31 de dezembro de 2023). Todas as vendas da Companhia são lógicas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, pix, boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. A Companhia registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com a Companhia (não há risco de perda) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, a Companhia não tem apresentado perdas na realização do cartão a receber. A tabela que fornece informações sobre a exposição a risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada na Nota 7. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exibam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos (Nota 6)	9.558	15.480	35.305	51.175
Meios de pagamento (Nota 6)	254	2.982	44.956	39.502
Aplicações financeiras (Nota 6)	457.957	307.881	865.117	782.725
Contas a receber (Nota 7)	1.033.753	1.182.877	1.726.262	1.926.184
Outros ativos (Nota 12)	38.564	48.287	128.064	108.661
Depósitos judiciais (Nota 14)	131.170	107.197	545.994	403.455
Total	1.671.256	1.664.703	3.355.718	3.311.702

Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou líquida e os instrumentos financeiros são mensurados simultaneamente. **Ativos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger

suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associados a transações previstas altamente prováveis, resultando de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de hedge designadas a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. A Companhia monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 1.021.495 (R\$ 1.089.224 em 31 de dezembro de 2023).

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto		Gestão
		Previsão de fluxos de caixa	Previsão de fluxos de caixa	
a) Risco de mercado - moeda	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo	
a) Risco de mercado - taxa de juros	Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise de alavancagem	
b) Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras	
c) Risco de liquidez	Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos	Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ ratings	

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa líquidos de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seu negócio, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **a.1) Risco de moeda:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo, por sua controlada Fisca. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo por sua controlada Fisca, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024		31/12/2023				
	(1.306.684)	(1.438.615)	(1.306.684)	(1.438.615)			
Derivativos operacionais - Notional (NDF) -							
A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de "Outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2024, foi apurado ganho, líquido de impostos, de R\$ 68.599 (perda de R\$ 26.958 em 31 de dezembro de 2023). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.							
Total	3.233.100	3.889.174	981.227	644.548	812.235	795.940	655.224

	31/12/2024		31/12/2023				
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2024							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	967.631	967.631	818.398	149.233	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	46.731	15.865	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	6.015	6.361	2.008	3.757	596	-	-
Debêntures (Nota 21)	787.276	960.618	21.469	244.428	320.520	374.201	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.348.529	1.829.357	43.431	226.810	466.902	417.002	655.212
Impostos parcelados (Nota 22)	15.433	16.991	3.570	4.655	4.217	4.737	12
Outras contas a pagar (Nota 26)	45.620	45.620	45.620	-	-	-	-
Total	3.233.100	3.889.174	981.227	644.548	812.235	795.940	655.224

31 de dezembro de 2023

	31/12/2024		31/12/2023				
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2023							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	1.120.583	1.120.582	898.250	222.332	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	52.217	52.217	19.021	33.196	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	172.790	212.304	12.374	56.207	61.838	81.885	-
Debêntures (Nota 20)	1.119.578	1.304.951	57.106	452.590	458.942	336.313	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.604.992	2.218.875	52.183	270.918	619.392	501.307	775.075
Impostos parcelados (Nota 22)	239.571	239.571	8.015	36.489	40.126	85.406	69.535
Outras contas a pagar (Nota 26)	201.724	201.724	201.724	-	-	-	-
Total	4.511.455	5.350.224	1.248.673	1.071.732	1.180.298	1.004.911	844.610

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (Nota 6)	457.957	307.881	865.117	782.725
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(741)	(6.015)	(172.790)	(201.154)
Debêntures (Nota 20)	(611.258)	(787.276)	(1.119.578)	(1.396.346)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.306.237)	(1.348.529)	(1.604.992)	(1.567.551)
Total	(1.604.297)	(1.833.939)	(2.032.243)	(2.382.326)

	Controladora		Redução dos juros		Remoto	
	Possível	Remoto	Possível	Remoto	Possível	Remoto
31/12/2024	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Aplicações financeiras (Nota 6)	457.957	55.642	69.553	83.463	41.732	27.821
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(741)	(90)	(113)	(135)	(68)	(45)
Debêntures (Nota 20)	(611.258)	(74.268)	(92.835)	(111.402)	(55.701)	(37.134)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.306.237)	(158.708)	(198.385)	(238.062)	(119.031)	(79.354)
Total	(1.604.297)	(195.007)	(243.759)	(292.511)	(146.255)	(97.504)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos (Nota 6)	9.558	15.480	35.305	51.175
Meios de pagamento (Nota 6)	254	2.982	44.956	39.502
Aplicações financeiras (Nota 6)	457.957	307.881	865.117	782.725
Contas a receber (Nota 7)	1.033.753	1.182.877	1.726.262	1.926.184
Outros ativos (Nota 12)	38.564	48.287	128.064	108.661
Depósitos judiciais (Nota 14)	131.170	107.197	545.994	403.455
Total	1.671.256	1.664.703	3.355.718	3.311.702

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65

*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Hierarquia de valor justo	Controladora 31/12/2023		
	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos			
Caixa e bancos (Nota 6)	15.480	15.480	
Meios de pagamento (Nota 6)	2.982	2.982	
Aplicações financeiras (Nota 6)	307.881	307.881	
Contas a receber (Nota 7)	1.182.877	1.182.877	
Depósitos judiciais (Nota 14)	107.197	107.197	
Total	1.616.417	307.881	1.308.536
Passivos			
Fornecedores (Nota 19)	967.631	967.631	
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	6.015	6.015	
Debêntures (Nota 20)	787.276	787.276	
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.348.529	1.348.529	
Impostos parcelados (Nota 22)	15.433	15.433	
Total	3.187.480		3.187.480

Hierarquia de valor justo	Consolidado 31/12/2024		
	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos			
Caixa e bancos (Nota 6)	35.305	35.305	
Meios de pagamento (Nota 6)	44.956	44.956	
Aplicações financeiras (Nota 6)	865.117	865.117	
Contas a receber (Nota 7)	1.726.262	1.726.262	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	165.816	165.816	
Depósitos judiciais (Nota 14)	611.063	611.063	
Total	3.448.519	1.030.933	2.417.586
Passivos			
Fornecedores (Nota 19)	1.120.583	1.120.583	
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	52.217	52.217	
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	172.790	172.790	
Debêntures (Nota 20)	1.119.578	1.119.578	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	573	573	
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.604.992	1.604.992	
Impostos parcelados (Nota 22)	239.571	239.571	
Total	4.310.304	573	4.309.731

Hierarquia de valor justo	Consolidado 31/12/2023		
	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos			
Caixa e bancos (Nota 6)	51.175	51.175	
Meios de pagamento (Nota 6)	39.502	39.502	
Aplicações financeiras (Nota 6)	782.725	782.725	
Contas a receber (Nota 7)	1.926.184	1.926.184	
Depósitos judiciais (Nota 14)	403.455	403.455	
Total	3.203.041	782.725	2.420.316
Passivos			
Fornecedores (Nota 19)	1.297.370	1.297.370	
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	201.154	201.154	
Debêntures (Nota 20)	1.396.346	1.396.346	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	87.804	87.804	
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.567.551	1.567.551	
Impostos parcelados (Nota 22)	93.599	93.599	
Total	4.706.420	87.804	4.618.616

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, são representadas por Certificados de Depósito Bancário - "CDB" remunerados por taxas que variam aproximadamente em 97,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - "CDI" para aplicações diárias (89,91% em 31 de dezembro 2023). **6.2 Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	5.161	4.090	7.144	6.061
Bancos	4.397	11.390	28.161	45.114
Meios de pagamento (a)	254	2.982	44.956	39.502
Aplicações financeiras	457.957	307.881	865.117	782.725
Total	467.769	326.343	945.378	873.402

(a) Meios de pagamento referem-se as carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **7.2 Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Administradora de cartão de crédito (a)	866.244	840.994	1.392.681	1.413.651
Duplicatas a receber - atacado/serviços	4.386	7.775	204.339	183.443
Subtotal	870.630	848.769	1.597.020	1.597.094
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 24)	163.123	334.108	129.379	329.982
Subtotal	1.033.753	1.182.877	1.726.399	1.927.056
Provisão para perda esperada do contas a receber	-	(137)	-	(872)
Total	1.033.753	1.182.877	1.726.262	1.926.184

(a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. A Companhia possui contratos que permitem a venda de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações são efetuadas sempre que a Companhia entende que tem a necessidade de caixa imediato. O valor das comissões sobre as operações de vendas de recebíveis realizadas ao longo do ano, sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 32 no montante de R\$ 45 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 16.669 em 31 de dezembro de 2023). As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	-	(166)	(872)	(1.434)
Constituição	-	(1.720)	(5.154)	-
Reversões	-	2.331	4.049	-
Perda efetiva	-	124	1.485	-
Baixas	-	166	182	-
Total	-	-	(137)	(872)

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	Saldo contábil bruto 31/12/2024	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado/serviços	204.339	0,07%	(137)	Não
Recebíveis de varejo	1.392.681	0,00%	-	Não
Total	1.597.020		(137)	

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	Saldo contábil bruto 31/12/2023	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	25	100,00%	(25)	Sim
Recebíveis de atacado/serviços	183.418	0,46%	(847)	Não
Recebíveis de varejo	1.413.651	0,00%	-	Não
Total	1.597.094		(872)	

A seguir apresentamos o aging list:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Aging		
Vencidos acima de 120 dias	1.539	224
Vencidos de 91 a 120 dias	90	74
Vencidos de 61 a 90 dias	198	74
Vencidos de 31 a 60 dias	133	18
Vencidos até 30 dias	187	1.535
A vencer até 30 dias	348.589	391.420
A vencer de 31 a 60 dias	177.930	180.510
A vencer de 61 a 90 dias	128.393	106.385
A vencer de 91 a 120 dias	74.143	72.866
A vencer de 121 a 180 dias	77.136	65.863
A vencer de 181 a 365 dias	62.292	29.800
Total	870.630	848.769

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aging		
Vencidos acima de 120 dias	2.434	7.456
Vencidos de 91 a 120 dias	128	916
Vencidos de 61 a 90 dias	335	1.001
Vencidos de 31 a 60 dias	731	1.224
Vencidos até 30 dias	1.617	4.361
A vencer até 30 dias	682.425	770.711
A vencer de 31 a 60 dias	339.070	318.513
A vencer de 61 a 90 dias	211.006	188.117
A vencer de 91 a 120 dias	118.478	121.480
A vencer de 121 a 180 dias	123.881	112.818
A vencer de 181 a 365 dias	116.915	70.497
Total	1.597.020	1.597.094

8. ESTOQUES

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. O ajuste ao valor realizável dos estoques da Companhia é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. **8.2 Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Mercadoria de revenda (lojas)	624.044	696.239	761.929	906.378
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	279.324	176.138	989.657	1.054.119
Importação em andamento	34.798	7.843	216.645	67.195
Almoxarifado	12.902	9.382	14.670	10.217
Subtotal	951.068	889.602	1.962.901	2.037.909
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(9.735)	(5.606)	(24.526)	(20.686)
Total	941.333	883.996	1.938.375	2.017.223

(*) Os saldos originalmente apresentados nessas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As alterações foram de "Mercadoria de revenda (lojas)" para "mercadoria de revenda (centros de distribuição)". As mudanças mencionadas não alteram o total de estoques na respectiva data-base.

Movimentação das perdas nos valores realizáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	(5.606)	(1.355)	(20.686)	(8.613)
Adição	(34.518)	(36.296)	(51.953)	(68.002)
Perdas efetivas nos estoques	30.389	32.045	48.113	56.529
Saldo final	(9.735)	(5.606)	(24.526)	(20.686)

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil: A contratação e operação de hedge da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Ativo	165.816	-
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Passivo	(573)	(87.804)
Total	165.243	(87.804)

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de proteção e não como investimentos especulativos.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS (a)	140.138	123.754	237.033	365.102
PIS	4.504	14.406	7.225	19.743
COFINS	20.743	66.357	33.505	87.034
IRRF	18.484	28.280	27.909	30.989
INSS	916	3.753	8.850	10.731
Outros	16	17	172	68
Total	184.801	236.567	314.694	513.667
Circulante	82.537	141.708	197.064	337.026
Não circulante	102.264	94.859	117.630	176.641

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo consolidado dos créditos a serem compensados era de R\$ 237.033, sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R\$ 125.333 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Compensação	
	Controladora	Consolidado
Até 12 meses	41.687	125.333
Acima de 12 meses	98.451	111.700
Total	140.138	237.033

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL sobre Selic	-	-	30.764	12.714
IRPJ/CSLL	22.514	6.476	37.376	43.278
Total	22.514	6.476	37.376	43.278



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	
Cível/Consumidor (a)	5.149	40.706	(17.303)	(2.780)	25.772
Trabalhistas (b)	25.813	12.725	(11.860)	(5.153)	21.525
Tributário (c)	507.547	53.651	(35.738)	(442.817)	82.649
Total	538.509	107.088	(64.901)	(450.750)	129.946

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações de provisões. Os pagamentos representam processos em que a Companhia pediu ajuízo judicial e as reversões representam processos em que houve ganho de causa para o Grupo quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os exercícios (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota). As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	
Cível/Consumidor (a)	4.968	6.927	(6.498)	(1.471)	3.926
Trabalhistas (b)	27.275	10.472	(11.267)	(2.888)	23.592
Tributário (c)	135.555	16.336	(1.560)	—	150.331
Total	167.798	33.735	(19.325)	(4.359)	177.849

	Consolidado				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	
Cível/Consumidor (a)	11.715	9.587	(9.678)	(6.874)	5.149
Trabalhistas (b)	29.890	11.152	(12.109)	(3.120)	25.813
Tributário (c)	455.645	53.651	(1.659)	(90)	507.547
Total	497.250	74.390	(23.447)	(10.084)	538.509

(a) Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações civis e de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo consolidado de R\$ 25.772 (R\$ 5.149 em 31 de dezembro de 2023) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor e cível, provisionado. O montante não provisionado referente aos valores com chances de perda possível é de R\$ 49.503 (R\$ 76.549 em 31 de dezembro de 2023) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos da Companhia. **(b) Processos de natureza trabalhista:** Trata-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui R\$ 21.525 (R\$ 25.813 em 31 de dezembro de 2023) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 91.527 (R\$ 96.293 em 31 de dezembro de 2023) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. **(c) Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2024, o total de débitos tributários classificados como perda provável, por meio do montante de R\$ 82.649 (R\$ 507.547 em 31 de dezembro de 2023). Os valores envolvem a cobrança de ICMS pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo, na qual se discute a transferência de saldo credor entre estabelecimentos, além de discussões que envolvem ICMS Substituição Tributária, créditos de ICMS nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro, Diferencial de Alíquota em alguns Estados, multa punitiva federal e discussões acerca de desoneração de verbas previdenciárias. **Adesão ao programa de parcelamento de impostos:** A Companhia aderiu ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de ICMS que estavam em discussão com o Estado de São Paulo. O acordo firmado proporcionou descontos sobre as multas e juros, bem como o pagamento em até 120 parcelas atualizáveis pela SELIC. Os principais benefícios publicados no Edital foram: (i) desconto de 100% dos juros incorridos e (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal. A análise para inclusão de quais débitos foram regularizados foi feita de forma individualizada de cada débito e a ponderação do prognóstico de êxito com os assessores externos. Os impactos contábeis dessa transação foram mensurados pela Companhia e estão evidenciados conforme notas: impostos parcelados - adesão à parcelamento de impostos (Nota 22), despesas por natureza (Nota 31) e resultado financeiro - juros sobre contencioso (Nota 32). **Passivos contingentes: Processos federais:** Os processos federais em que as empresas da Companhia figuram no polo passivo e ativo contábil (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R\$ 935.002 (R\$ 811.269 em 31 de dezembro de 2023), conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

	Controladora				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	
Imposto					
FGTS (a)	105.359	101.209	105.359	101.209	
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	127.431	179.804	129.956	181.409	
IRPJ e CSLL (c)	56.830	123.931	59.270	124.055	
PIS/COFINS (d)	283.527	218.211	323.479	245.173	
IOF (e)	4.772	8.781	4.772	8.781	
INSS (f)	293.623	144.038	294.052	144.417	
Outros (g)	14.777	2.020	18.972	6.225	
Total	886.319	777.994	935.000	811.269	

Abertura dos saldos consolidados: (a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito de FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017. (b) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - Existem discussões no montante de R\$ 127.431 (R\$ 116.516 em 31 de dezembro de 2023) por débitos incluídos no programa especial de regularização tributária e no montante de R\$ 1.665 (R\$ 1.606 em 31 de dezembro de 2023) referente à multa agravada. Ainda, existiam saldos em discussão sobre a cobrança de IRPJ e CSLL, referentes às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por credenciamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB, no montante de R\$63.287 em 31 de dezembro de 2023, classificados como remotos pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2024. (c) IRPJ e CSLL - A Companhia possui discussões no montante de R\$ 56.733 (R\$ 41.183 em 31 de dezembro de 2023), sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes de falta de consideração na base de cálculo, discussões referentes à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, compensações não homologadas, entre outros. Discute-se também o montante de R\$ 2.537 (R\$ 1.617 em 31 de dezembro de 2023) acerca do pagamento de IRRF, cujas compensações não foram homologadas. Em 31 de dezembro de 2023, discutia-se o montante de

R\$ 81.255, por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo do ano de 2015 a título de incentivos fiscais, classificado como remoto pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2024. (d) PIS/COFINS - Discute-se o montante de R\$ 43.870 (R\$ 29.313 em 31 de dezembro de 2023) acerca de compensações não homologadas referentes aos períodos entre 2008, 2012 a 2017, 2021 e 2024 em razão de supostas inconsistências nas declarações e R\$ 235.905 (R\$ 215.860 em 31 de dezembro de 2023) referente a discussões de tese da ação rescisória contra ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS. Além disso, há a discussão de R\$ 43.701 referente ao aproveitamento de créditos. Ainda, em relação à operação da Companhia, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp. 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 51.943 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 69.891 em 31 de dezembro de 2023) (reconhecimento em outras receitas e despesas operacionais). (e) IOF - Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico do período de 2015. (f) INSS - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R\$ 3.447 (R\$ 3.127 em 31 de dezembro de 2023). Discute-se ainda o montante de R\$ 245.722 (R\$ 141.290 em 31 de dezembro de 2023), referentes a compensações não homologadas e multa, relativas a verbas previdenciárias de 2013 a 2023. Além disso, há discussão no montante de R\$ 5.077 acerca de desoneração de verbas remuneratórias. Por fim, há discussão referente à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, no valor de R\$ 39.806. (g) IRPJ e CSLL/Outros - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedidos de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e I, entre outras discussões. **Processos estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados, acima mencionados, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 66,3% (17% em 31 de dezembro de 2023) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Trata-se de processos de cobrança de ICMS decorrentes de atuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo os principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 373.550 (R\$ 342.573 em 31 de dezembro de 2023), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditação ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas atualizações realizadas pela Companhia, considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual. Os processos estaduais classificados com perda possível também foram impactados pelo programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, aderido pela Companhia, que concedeu descontos nos pagamentos das dívidas de ICMS inscritas em dívida ativa. **Processos municipais:** A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 369 (R\$ 329 em 31 de dezembro de 2023), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema - MG para os períodos de 2014 a 2016.

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADORA

15.1 Política contábil: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. (i) **Controladas:** As controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. (ii) **Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** As coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. (iii) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre partes relacionadas intercompanhia, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intercompanhia, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. (iv) **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** - Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; - Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada; - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e - Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas.

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de comércio	1.830.802	1.483.597
Software	12.983	5.457
Marcas, direitos e patentes	11.629	6.012
Contrato de distribuição	1.855.414	1.495.066
Carteira de clientes	28.130	1.830.802
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	12.983	—
Outros	2.308	9.321
Total	1.874.223	(18.809)

Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas:

	31/12/2024				Saldo em 31/12/2024
	Participação	Ativo	Passivo	Prejuízo	
Fisica	100%	4.106.647	2.207.535	1.899.112	(40.180)
Lione	100%	115.500	102.517	12.983	—
FitDance	100%	9.112	6.804	2.308	—
Total		4.231.259	2.316.856	1.914.403	(40.180)

	31/12/2024				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	
Fundo de comércio	1.483.597	—	—	—	1.483.597
Software	5.457	860	—	—	6.317
Marcas, direitos e patentes	6.012	7.124	—	—	13.136
Contrato de distribuição	1.495.066	7.984	95.557	6.777	1.601.820
Carteira de clientes	—	—	—	—	—
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—
Total	1.495.066	7.984	95.557	6.777	(214.656)

(*) A rubrica "resultado de equivalência patrimonial" no resultado do exercício é igual ao somatório dos saldos de "amortização PPA" e "equivalência patrimonial" apresentados no quadro acima.

	31/12/2023				Saldo em 31/12/2023
	Participação	Ativo	Passivo	Prejuízo	
Fisica	100%	4.002.866	2.446.698	1.556.168	(44.821)
Lione	100%	109.710	104.254	5.456	—
FitDance	100%	10.124	13.715	(3.591)	—
Total		4.122.700	2.564.667	1.558.033	(44.821)

	31/12/2023				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	
Fundo de comércio	1.332.891	—	—	—	1.332.891
Software	3.055	1.820	—	—	4.875
Marcas, direitos e patentes	13.236	1.000	—	—	14.236
Contrato de distribuição	1.349.182	2.820	—	—	1.352.002
Carteira de clientes	—	—	—	—	—
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—
Total	1.349.182	2.820	—	—	(57.964)

(*) A rubrica "resultado de equivalência patrimonial" no resultado do exercício é igual ao somatório dos saldos de "amortização PPA" e "equivalência patrimonial" apresentados no quadro acima.

Recuperação de ações - Consolidado: Em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da controladora Grupo SBF S.A. aprovou o Programa de Recuperação Grupo SBF com a realização de compra de ações por suas controladas SBF Comércio e Fisica, no limite de 14.289.617 ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, por meio de sua controlada Fisica, realizou a compra de 3.604.000 ações ordinárias da sua controladora, Grupo SBF S.A., pelo montante de R\$ 39.173.

16. IMOBILIZADO

16.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

	Controladora				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	
Computadores e periféricos	168.568	3.062	(722)	5.724	176.632
Máquinas, equipamentos e ferramentas	58.530	214	(2.549)	3.446	59.641
Móveis e utensílios	214.345	188	(3.455)	6.658	217.736
Veículos	135	—	—	—	135
Benefitárias em imóveis de terceiros	729.378	1.263	(16.790)	24.190	738.041
Imobilizado em andamento	3.541	36.477	—	(40.018)	17.000
Custo do imobilizado	1.174.497	41.204	(23.516)	—	1.192.185

Computadores e periféricos (114.877) (17.167) 701 — (131.343)
Máquinas, equipamentos e ferramentas (42.938) (2.851) 2.479 — (43.310)
Móveis e utensílios (101.729) (13.989) 3.178 — (111.540)
Veículos (135) — — — (135)
Benefitárias em imóveis de terceiros (502.358) (31.128) 16.399 — (517.087)
Depreciação (762.031) (65.135) 22.757 — (804.409)
Total do imobilizado líquido **412.466** **(23.931)** **(759)** **—** **387.776**

A movimentação do imobilizado do consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	
Computadores e periféricos	220.575	112	(1.641)	22.383	235.429
Máquinas, equipamentos e ferramentas	70.963	50	(7.531)	11.485	80.965
Móveis e utensílios	307.967	4	(4.519)	20.932	324.384
Veículos	135	—	—	—	135
Benefitárias em imóveis de terceiros	918.272	82	(28.591)	88.549	978.667
Imobilizado em andamento	173	144	—	(143.349)	1.004
Custo do imobilizado	1.518.440	144.428	(42.284)	—	1,620,584

	Consolidado				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	
Computadores e periféricos	204.939	3.174	(792)	13.254	220.575
Máquinas, equipamentos e ferramentas	64.714	441	(2.586)	8.394	70.963
Móveis e utensílios	268.472	257	(4.087)	43.235	307.967
Veículos	135	—	—	—	135
Benefitárias em imóveis de terceiros	864.342	1,800	(17,671)	69,636	918,272
Imobilizado em andamento	18.342	116,440	—	(134,609)	1,004
Custo do imobilizado	1,421,464	122,112	(25,136)	—	1,518,440

	Controladora				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	
Fundo de comércio	18.254	—	—	—	18.254
Software	624.914	14.767	(167.999)	106.227	577.909
Marcas, direitos e patentes	2.039	—	—	—	2.039
Software em andamento	82	106.678	—	(106.227)	533
Carteira de clientes	164.821	—	—	—	164.821
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	2.016	—	—	—	2.016
Outros	6.689	—	—	—	6.689
Total	818.815	121,445	(167,999)	—	772,261

	Controladora				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	
Fundo de comércio	18.254	—	—	—	18.254
Software	624.914	14.767	(167.999)	106.227	577.909
Marcas, direitos e patentes	2.039	—	—	—	2.039
Software em andamento	82	106.678	—	(106.227)	533
Carteira de clientes	164.821	—	—	—	164.821
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	2.016	—	—	—	2.016
Outros	6.689	—	—	—	6.689
Total	818.815	121,445	(1		

**SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.**
CNPJ 06.347.409/0001-65**Demonstrações
Financeiras 2024**

(Em milhares de Reais)

*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

implícita no arrendamento. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: – pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; – pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índices ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e – valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e – o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **18.2 Composição:** A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

	Controladora	Consolidado
Centros de distribuição	4	5
Edifícios administrativos	4	8
Lojas	227	256
Total	235	269

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a) **Direito de uso:** A movimentação do ativo de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
Ativo - direito de uso	1.122.264	1.318.745
Saldo em 1º de janeiro de 2024	129.598	233.778
(+) Novos contratos e renemuração	(170.987)	(205.835)
(-) Depreciação	(5.909)	(5.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.075.066	1.340.879

A movimentação do ativo de direito de uso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
Ativo - direito de uso	1.293.390	1.397.320
Saldo em 1º de janeiro de 2023	80.449	205.274
(+) Novos contratos e renemuração	(192.323)	(224.597)
(-) Depreciação	(59.252)	(59.252)
(-) Baixas de contratos	1.122.264	1.318.745
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.293.390	1.397.320

b) **Arrendamentos a pagar:** A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
Passivo - arrendamento a pagar	1.348.529	1.567.551
Saldo em 1º de janeiro de 2024	129.598	233.778
(+) Novos contratos e renemuração	101.077	124.654
(-) Apropriação juros incorridos	(263.947)	(311.871)
(-) Descontos obtidos	(1.719)	(1.719)
(-) Baixas de contratos	(7.401)	(7.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.348.529	1.567.551

Circulante

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
Passivo - arrendamento a pagar	1.489.084	1.603.956
Saldo em 1º de janeiro de 2023	80.449	205.274
(+) Novos contratos e renemuração	115.179	131.813
(-) Apropriação juros incorridos	(267.234)	(304.543)
(-) Pagamentos passivos de arrendamento	(2.259)	(2.259)
(-) Descontos obtidos	(66.690)	(66.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.348.529	1.567.551

Não circulante

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	205.008	237.040
Entre 1 e 5 anos	785.549	932.907
Mais de 5 anos	315.680	435.045
Grupo como arrendatário	1.306.237	1.604.992

Pagamentos de arrendamentos de aluguel variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 93.894 (R\$ 88.530 em 31 de dezembro de 2023) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguel variáveis, conforme Nota 31 - despesas de ocupação. **Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	205.008	168.663	175.048	181.431	576.087
Fluxo com projeção de inflação	215.053	177.029	182.067	188.379	597.364
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	1.075.066	899.394	730.411	568.330	427.266
Fluxo com projeção de inflação	1.127.745	944.004	759.700	590.097	443.631
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	101.077	104.466	89.520	74.051	207.504
Fluxo com projeção de inflação	106.030	109.648	93.110	76.888	215.452
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	170.987	175.672	168.984	162.081	568.329
Fluxo com projeção de inflação	179.365	184.385	175.760	168.289	590.096
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	237.040	195.438	203.819	210.674	758.021
Fluxo com projeção de inflação	248.655	205.131	211.992	218.743	787.053
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	1.340.879	1.131.909	929.627	736.169	567.170
Fluxo com projeção de inflação	1.406.582	1.188.052	966.905	764.364	588.893
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	124.654	129.284	111.879	93.786	282.717
Fluxo com projeção de inflação	130.762	135.697	116.365	97.378	293.545
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	205.834	208.970	202.282	193.458	736.170
Fluxo com projeção de inflação	215.920	219.335	210.393	200.867	764.365
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

	Controladora	Consolidado
19. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO		
Forneecedores de mercadorias para revenda	528.146	482.475
Forneecedores de materiais de consumo	64.271	90.681
Subtotal	592.417	573.156

	Controladora	Consolidado
Forneecedores de mercadorias - partes relacionadas (Nota 25)	224.443	394.475
Subtotal	816.860	967.631

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Operações de "risco sacado" (a)					
Operações de "risco sacado" (a)	52.217	62.596	52.217	62.596	62.596
Subtotal	52.217	62.596	52.217	62.596	62.596

(a) A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas da Companhia. Nesta operação, as instituições financeiras pagam antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre a instituição financeira e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e temporalidade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **19.2 Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	Controladora	Consolidado
Forneecedores de mercadorias para revenda	528.146	482.475
Forneecedores de materiais de consumo	64.271	90.681
Subtotal	592.417	573.156

Forneecedores de mercadorias - partes relacionadas (Nota 25) 224.443 394.475 30.985 211.556

Subtotal 816.860 967.631 1.120.583 1.297.370

Operações de "risco sacado" (a) 52.217 62.596 52.217 62.596

Subtotal 52.217 62.596 52.217 62.596

Total 869.077 1.030.227 1.172.800 1.359.966

(a) A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas da Companhia. Nesta operação, as instituições financeiras pagam antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre a instituição financeira e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e temporalidade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

20.1 Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **20.2 Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante				
Capital de giro	136	1.129	48.800	24.404
Financiamento de bens	605	4.306	605	4.306
Empréstimos e financiamentos	741	5.435	49.405	28.710
Debêntures	278.451	188.672	409.190	595.294
Passivo não circulante	279.192	194.107	458.595	624.004
Capital de giro	-	184	123.385	172.048
Financiamento de bens	-	396	-	396
Empréstimos e financiamentos	-	580	123.385	172.444
Debêntures	332.807	598.604	710.388	801.052
Total passivo não circulante	332.807	599.184	833.773	973.496
Total empréstimos e financiamentos	741	6.015	172.790	201.154
Total debêntures	611.258	787.276	1.119.578	1.396.346
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	611.999	793.291	1.292.368	1.597.500

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Amortização		Saldo em	
	01/01/2024	de principal	de juros	de juros	captação	31/12/2024
Capital de giro	1.313	(1.171)	(588)	582	-	136
Financiamento de bens	4.702	(4.063)	(979)	945	-	605
Empréstimos e financiamentos	6.015	(5.234)	(1.567)	1.527	-	741
Debêntures	787.276	(176.667)	(89.156)	88.181	1.624	611.258
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	793.291	(181.901)	(90.723)	89.708	1.624	611.999

	Controladora		Amortização		Saldo em	
	01/01/2023	de principal	de juros	de juros	captação	31/12/2023
Capital de giro	196.452	-				



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2024

*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
FitDance	4.552	2.106
SBF Comércio	(4.552)	(91)
Fisla	-	(2.015)
Total	-	-

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	23.815	24.196
Fisla	(23.815)	(24.196)
Total	-	-

(a) Em 1º de dezembro de 2024, a NeoTV, controlada indireta do Grupo SBF, foi incorporada pela Network. Dessa forma, os saldos de transações entre partes relacionadas com a NeoTV, ocorridos até a data da incorporação, estão apresentados na linha da empresa incorporadora (Network). **Juros sobre capital próprio a receber:** O Juro sobre capital próprio é realizado com base na aprovação da administração da Companhia, em reunião junto ao Conselho de Administração, o qual, a distribuição a seus acionistas é calculada com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP).

Saldo em 1º janeiro de 2023 75.922
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023 57.963
Recebimento de juros sobre capital próprio (125.191)
IRRF sobre juros sobre capital próprio (8.694)

Saldo em 31 de dezembro de 2023 82.598
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2024 (70.203)
Recebimento de juros sobre capital próprio (12.390)

Dividendos a receber 5

Saldo em 31 de dezembro de 2023 -
Dividendos adicionais Fisla - 2023 (132.058)
Recebimento de dividendos Fisla 132.058
Dividendos mínimos obrigatórios X3M - 2024 245

Saldo em 31 de dezembro de 2024 245
Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGP-M.

Despesas com aluguéis 25.275 25.200

Total 25.275 25.200
Remuneração ao pessoal-chave da Administração: A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	Administração executiva	
	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Salários e pró labore	5.032	9.705
Participação nos lucros e resultados	5.055	1.235
Pagamento baseado em ações	1.733	891
Total	11.820	6.823

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de marketing e comunicação	12.412	8.856
Comissão de parceiros digitais	-	27.020
Fretes/armazenagem	10.606	7.346
Provisões benefícios a empregados	3.887	5.126
Provisões gerais (a)	48.493	11.048
Utilidades e serviços	10.390	11.069
Obrigações com investimento (b)	-	12.087
Outras obrigações	85.788	45.820
Total	113.359	113.359

(a) Referem-se substancialmente aos honorários de sucumbência a pagar, atreladas a transação tributária do Governo do Estado de São Paulo - Adesão ao programa de parcelamento de impostos, conforme Nota 14.21. (b) Competerem-se a aquisição de ações do Grupo SBF S.A., pela controlada indireta Fisla, como parte do Programa de Recomprou Grupo SBF, conforme Nota 15.

27. OUTROS PASSIVOS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Royalties a amortizar - Aquisição Fisla	-	93.125
Patrocínios e royalties	-	15.904
Obrigações com clientes (a)	47.124	39.308
Total	47.124	147.274

Passivo não circulante 47.124 147.274
Passivo não circulante 75.772 91.511

(a) O saldo de obrigações com clientes refere-se a transações com cartão presente e vale troca que podem ser utilizados como forma de pagamento em compras nas plataformas digitais e lojas físicas.

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital Social: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 2.229.971 dividido em 4.809.277.645 ações ordinárias sem valor nominal. O controle acionário da Companhia, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024:

	Quantidade	%
Grupo SBF	4.809.277.645	100,00%
Total	4.809.277.645	100,00%

b) Lucro por ação - Consolidado: Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. **Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	522.755	129.060
Média ponderada de ações ordinárias	4.809.278	4.809.278
Resultado básico por ação - R\$	0,11	0,03
Lucro líquido do exercício	522.755	129.060
Média ponderada de ações ordinárias	4.809.278	4.809.278
Resultado diluído por ação - R\$	0,11	0,03

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os lucros diluídos por ação ordinária são juros sobre prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antilíquido das opções de ações em circulação. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da reserva legal era de R\$ 63.871 (R\$ 37.733 em 31 de dezembro de 2023). **d) Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2024 foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 369.257 (R\$ 76.683 em 31 de dezembro de 2023). **e) Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia e sua controlada Fisla são titulares de incentivos fiscais concedidos por diversos Estados brasileiros, especialmente na forma de crédito presumido de ICMS. Em relação ao resultado desse incentivo, o STJ já havia formado sólida jurisprudência - I.e ERESE 1.517.492,

	31/12/2024	31/12/2023
Lojas físicas	3.449.830	3.267.363
Atacado	925.566	905.912
Plataforma digital	4.375.396	4.173.275
Total	8.750.792	8.446.648

Recita bruta de vendas 8.750.792 8.446.648
Sazonalidade trimestral da receita líquida
O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo, ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Receita líquida	2.133.793	2.182.403	5.595.505	5.534.587

Recita bruta de vendas 8.750.792 8.446.648
Sazonalidade trimestral da receita líquida
O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo, ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Receita líquida	2.133.793	2.182.403	5.595.505	5.534.587

Recita bruta de vendas 8.750.792 8.446.648
Sazonalidade trimestral da receita líquida
O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo, ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Recita bruta de vendas 8.750.792 8.446.648
Sazonalidade trimestral da receita líquida
O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo, ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Recita bruta de vendas 8.750.792 8.446.648
Sazonalidade trimestral da receita líquida
O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo, ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Recita bruta de vendas 8.750.792 8.446.648
Sazonalidade trimestral da receita líquida
O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo, ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Recita bruta de vendas 8.750.792 8.446.648
Sazonalidade trimestral da receita líquida
O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo, ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2017 - reconhecendo, em caráter não vinculante, que os créditos presumidos de ICMS podem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independente da constituição da reserva de incentivo fiscal. Neste sentido, corroborado ainda pela revogação do artigo 30, da Lei 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais. **f) Dividendos propostos:** A Companhia realizou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios em conformidade com o disposto em seu Estatuto Social, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os cálculos correspondentes estão apresentados na Nota 24. O valor de R\$ 3.206 de dividendos adicionais propostos, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 será transferido para o passivo circulante após a aprovação pela assembleia de acionistas.

29. RECEITAS LÍQUIDAS

29.1 Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. **Venda de mercadorias no atacado:** a Companhia opera como a distribuidora dos produtos da marca "Nike" em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente, isso ocorre quando os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados no centro de distribuição o cliente esteja de acordo com o contrato de venda. Os produtos da Nike são frequentemente vendidos com desconto por volume, os clientes têm o direito de devolver os produtos com defeitos no mercado atacadista, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes e das devoluções estimadas na época da venda. **Venda de mercadorias no varejo:** a Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de calçados, vestuários, acessórios e equipamentos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia vende um produto e transfere o controle e a propriedade dos bens para o cliente. As vendas no varejo são realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito, pix ou em dinheiro. **Venda de mercadorias por meio da plataforma digital:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens foram transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. **Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade:** Na empresa FitDance, o reconhecimento das receitas ocorre na realização dos cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo realizadas por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato. **Subvenção governamental:** A Companhia realiza investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico. Em 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permaneceu com a sistemática de crédito presumido de ICMS. A partir de julho de 2021, a controlada Fisla efetuou a migração das operações da plataforma digital da controlada Fisla (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de vendas para consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS, nos termos do regime especial concedido pelo STJ em decisão repetitiva, Tema 1182. A Companhia reconheceu o incentivo fiscal dessas operações em sua controlada Fisla. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 somaram o montante de R\$ 343.783 correspondente ao incentivo fiscal de crédito presumido (R\$ 301.561 em 31 de dezembro de 2023, dos quais R\$ 281.199 correspondem ao incentivo fiscal de crédito presumido e R\$ 20.363 incentivo fiscal de redução de base). **29.2 Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com terceiros	4.375.396	2.939.490	7.314.886	4.173.275
Transações com company - Premier	110.088	-	104.119	104.119
Total	4.485.484	2.939.490	7.419.005	4.277.394

Recita operacional bruta 4.485.484 2.939.490
Venda de mercadorias 4.375.396 2.939.490
Prestação de serviços 110.088 -
Impostos incidentes (1.058.275) (511.812) (1.570.087) (998.145) (508.976) (1.057.121)
ICMS - Incentivo fiscal 180.722 - 180.722 158.242 - 158.242
(-) PIS e COFINS (16.502) - (16.502) - - -
Venda de mercadorias (16.502) - (16.502) - - -
Prestação de serviços (11.497) - (11.497) (10.999) - (10.999)

Devoluções (67.967) - (67.967) (57.003) - (57.003)
Recitas líquidas 3.511.965 2.427.678 5.939.643 3.369.489 2.456.973 5.826.462

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com terceiros	4.375.396	2.939.490	7.314.886	4.173.275
Transações com company - Premier	110.088	-	104.119	104.119
Total	4.485.484	2.939.490	7.419.005	4.277.394

Recita operacional bruta 4.485.484 2.939.490
Venda de mercadorias 4.375.396 2.939.490
Prestação de serviços 110.088 -
Impostos incidentes (1.058.275) (511.812) (1.570.087) (998.145) (508.976) (1.057.121)
ICMS - Incentivo fiscal 180.722 - 180.722 158.242 - 158.242
(-) PIS e COFINS (16.502) - (16.502) - - -
Venda de mercadorias (16.502) - (16.502) - - -
Prestação de serviços (11.497) - (11.497) (10.999) - (10.999)

Devoluções (67.967) - (67.967) (57.003) - (57.003)
Recitas líquidas 3.511.965 2.427.678 5.939.643 3.369.489 2.456.973 5.826.462

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com terceiros	4.375.396	2.939.490	7.314.886	4.173.275
Transações com company - Premier	110.088	-	104.119	104.119
Total	4.485.484	2.939.490	7.419.005	4.277.394

Recita operacional bruta 4.485.484 2.939.490
Venda de mercadorias 4.375.396 2.939.490
Prestação de serviços 110.088 -
Impostos incidentes (1.058.275) (511.812) (1.570.087) (998.145) (508.976) (1.057.121)
ICMS - Incentivo fiscal 180.722 - 180.722 158.242 - 158.242
(-) PIS e COFINS (16.502) - (16.502) - - -
Venda de mercadorias (16.502) - (16.502) - - -
Prestação de serviços (11.497) - (11.497) (10.999) - (10.999)

Devoluções (67.967) - (67.967) (57.003) - (57.003)
Recitas líquidas 3.511.965 2.427.678 5.939.643 3.369.489 2.456.973 5.826.462

Recita operacional bruta 4.485.484 2.939.490
Venda de mercadorias 4.375.396 2.939.490
Prestação de serviços 110.088 -
Impostos incidentes (1.058.275) (511.812) (1.570.087) (998.145) (508.976) (1.057.121)
ICMS - Incentivo fiscal 180.722 - 180.722 158.242 - 158.242
(-) PIS e COFINS (16.502) - (16.502) - - -
Venda de mercadorias (16.502) - (16.502) - - -
Prestação de serviços (11.497) - (11.497) (10.999) - (10.999)

Devoluções (67.967) - (67.967) (57.003) - (57.003)
Recitas líquidas 3.511.965 2.427.678 5.939.643 3.369.489 2.456.973 5.826.462

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com terceiros	4.375.396	2.939.490	7.314.886	4.173.275
Transações com company - Premier	110.088	-	104.119	104.119
Total	4.485.484	2.939.490	7.419.005	4.277.394

Recita operacional bruta 4.485.484 2.939.490
Venda de mercadorias 4.375.396 2.939.490
Prestação de serviços 110.088 -
Impostos incidentes (1.058.275) (511.812) (1.570.087) (998.145) (508.976) (1.057.121)
ICMS - Incentivo fiscal 180.722 - 180.722 158.242 - 158.242
(-) PIS e COFINS (16.502) - (16.502) - - -
Venda de mercadorias (16.502) - (16.502) - - -
Prestação de serviços (11.497) - (11.497) (10.999) - (10.999)

Devoluções (67.967) - (67.967) (57.003) - (57.003)
Recitas líquidas 3.511.965 2.427.678 5.939.643 3.369.489 2.456.973 5.826.462

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com terceiros	4.375.396	2.939.490	7.314.886	4.173.275
Transações com company - Premier	110.088	-	104.119	104.119
Total	4.485.484	2.939.490	7.419.005	4.277.394

Recita operacional bruta 4.485.484 2.939.490
Venda de mercadorias 4.375.396 2.939.490
Prestação de serviços 110.088 -
Impostos incidentes (1.058.275) (511.812) (1.570.087) (998.145) (508.976) (1.057.121)
ICMS - Incentivo fiscal 180.722 - 180.



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2024

★ continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

PORQUE É UM PAA

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 14.2(c))

A Companhia e sua controlada são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R\$ 82.649 mil, em 31 de dezembro de 2024.

A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 14.2(c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação.

Considerando a complexidade do ambiente tributário, dos valores em discussão e a relevância dos débitos fiscais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências, incluindo a adesão ao programa de parcelamento.

Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento.

Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 17 de março de 2025

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador - CRC MG091301/O-2



Demonstrações Financeiras 2024

Juntos Somos Mais Fidelização S.A. - CNPJ/MF nº 29.894.630/0001-39

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

<https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2024, 31/12/2023.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	23.552	23.087	26.124	25.729	Fornecedores	9.407	10.430	9.451	10.442	
Aplicações financeiras	8	14.577	4.115	14.585	4.121	Tributos a recolher	1.699	1.890	1.840	2.085	
Contas a receber de clientes	9	8.753	18.431	8.753	18.431	Salários e encargos sociais	17.927	17.095	17.927	17.095	
Outros ativos		5.134	4.149	5.175	4.246	Partes relacionadas	10(b)	213	190	213	
		52.016	49.782	54.637	52.527	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10(b)		13.200	13.200	
						Receita diferida	15	32.352	39.081	32.352	39.081
						Outros passivos		1.201	1.505	1.212	2.099
								62.799	83.391	62.995	84.192
Investimento	11	2.442	1.991			Não circulante					
Imobilizado	12	1.284	1.187	1.301	1.234	Partes relacionadas	10(b)	271		271	
Intangível	13	364	18.754	364	18.754	Provisões		57		57	
Total do ativo não circulante		4.090	21.932	1.665	19.988	Total do passivo não circulante		328		328	
						Patrimônio líquido	17				
						Capital social		209.415	166.047	209.415	166.047
						Reserva de capital		2.015	1.750	2.015	1.750
						Prejuízos acumulados		(218.525)	(179.474)	(218.525)	(179.474)
						Ajustes de avaliação patrimonial		74		74	
						Total do patrimônio líquido		(7.021)	(11.677)	(7.021)	(11.677)
Total do ativo		56.106	71.714	56.302	72.515	Total do passivo e patrimônio líquido		56.106	71.714	56.302	72.515

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(39.051)	(38.980)	(39.051)	(38.980)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Perda na venda de imobilizado e intangível, líquido	20	14.013		14.013	
Equivalência patrimonial	11(b)	5.149	5.278		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	21(b)	(4.093)	(4.811)	(4.093)	(4.811)
Depreciação e amortização	19	3.720	3.646	3.742	3.665
Pagamento baseado em ações		265	323	265	323
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	9(b)	119	(824)	119	(824)
Constituição de provisões de processos cíveis		57	2	57	2
Outros componentes do resultado financeiro		(17)	(41)	(17)	(41)
Demais itens que não afetam caixa		(19.838)	(35.541)	(24.965)	(40.800)
(Acréscimo) decréscimo em ativos		2.816	(31.077)	2.816	(31.077)
Contas a receber de clientes		516	1.864	580	1.821
Outros ativos					
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		(1.023)	3.402	(991)	3.383
Tributos a recolher		(191)	287	(245)	407
Salários e encargos sociais		832	1.360	832	1.360
Outros passivos		(10)	105	(593)	690
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(16.898)	(59.600)	(22.566)	(64.216)
Juros recebidos		14	165	14	165
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(16.884)	(59.435)	(22.552)	(64.051)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
(Aplicações) resgates de aplicações financeiras		(6.369)	26.648	(6.371)	26.644
Aumento de capital em investida	11(b)	(5.526)	(5.274)		
Aquisição de imobilizado	12(b)	(577)		(577)	(16)
Aquisição de intangível	13(b)	(347)		(347)	
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		(12.819)	21.374	(7.295)	26.628
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital		3.1	30.086		30.086
Aumento de participação de acionistas não controladores	3.1	82	41	82	41
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC			21.450		21.450
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		30.168	21.491	30.168	21.491
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		465	(16.570)	321	(15.932)
Efeito de oscilações nas taxas cambiais					74
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.087	39.657	25.729	41.661
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		23.552	23.087	26.124	25.729

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Receita líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	18	124.540	124.406	124.540	124.406
Custos com direitos de resgates e fretes	19	(30.335)	(31.595)	(30.335)	(31.595)
Lucro bruto		94.205	92.811	94.205	92.811
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	19	(61.160)	(65.556)	(66.160)	(70.829)
Tecnologia e desenvolvimento	19	(49.578)	(61.742)	(49.578)	(61.742)
Com vendas	19	(12.357)	(10.111)	(12.357)	(10.111)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	20	(9.079)	6.125	(9.228)	6.120
		(132.174)	(131.234)	(137.323)	(136.512)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e resultado financeiro		(37.969)	(38.423)	(43.118)	(43.701)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11	(5.149)	(5.278)		
Resultado financeiro líquido	21				
Receitas financeiras		4.213	5.396	4.213	5.396
Despesas financeiras		(318)	(675)	(318)	(675)
Variações cambiais		172		172	
		4.067	4.721	4.067	4.721
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(39.051)	(38.980)	(39.051)	(38.980)
Imposto de renda e contribuição social	14				
Prejuízo do exercício		(39.051)	(38.980)	(39.051)	(38.980)
Quantidade média ponderada de ações, em milhares		61.135	46.411	61.135	46.411
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(0,64)	(0,84)	(0,64)	(0,84)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Prejuízo do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício		(39.051)	(38.980)	(39.051)	(38.980)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Variações cambiais de operações localizadas no exterior (Nota 11 (b))		74		74	
Total do resultado abrangente do exercício		(38.977)	(38.980)	(38.977)	(38.980)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 1º de janeiro de 2023	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023



Demonstrações
Financeiras 2024

(Em milhares de Reais)

Relatório da Administração sobre os Resultados

O ano de 2024 foi marcado por entregas consistentes e objetivos alcançados com êxito. A Fisia registrou receita bruta de R\$ 5,1 bilhões, crescimento de 0,4% vs 2023 e expansão de 5,6% de lucro líquido, levando sua margem bruta para 43,7% (vs 41,6% no ano anterior). O desempenho nosso compromisso com a recomposição da margem bruta após períodos de remarcações mais agressivas no segundo semestre de 2023. Os canais DTC da Fisia apresentaram crescimento em linha com a expansão de margem, e em comparação com 2023, a receita das lojas (NVS e NDIS) cresceu 7,1% e a receita do canal digital expandiu 3,6%. Já o canal de atacado registrou decréscimo de 7,8% em seu faturamento, refletindo os ajustes na frente de estoques realizados no segundo semestre de 2023, porém com expansão de 0,5 pontos percentuais de margem bruta. Mantivemos uma gestão eficiente do capital de giro, uma de nossas frentes prioritárias. Esse avanço refletiu a otimização dos estoques e a normalização da dinâmica de compras impactando a linha de contas a pagar.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	476.922	546.460
Contas a receber	7	921.614	930.061
Estoques	8	1.053.754	1.174.842
Instrumentos financeiros derivativos	9	165.816	187.867
Tributos a compensar	10	107.106	187.867
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	14.819	36.774
Outros ativos	12	99.293	55.036
Total do ativo circulante		2.839.324	2.931.040
Não circulante			
Tributos a compensar	10	13.672	80.179
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	31	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	268.057	322.509
Depósitos judiciais	14	358.517	200.315
Outros ativos	12	-	3.898
Total do realizável a longo prazo		641.277	606.929
Investimentos	15	39.173	-
Imobilizado	16	202.906	196.408
Intangível	17	121.326	76.369
Adiões de uso	18	262.641	192.150
Total do ativo não circulante		1.267.323	1.071.826
Total do ativo		4.106.647	4.002.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Reservas de capital		Reservas de lucro		Ajuste de avaliação patrimonial		Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de reservas	Outros resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.168.847	-	17.189	29.051	156.254	-	-	1.356.855	(14.486)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	267.327	267.327
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(26.360)	(26.360)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	13.888	13.888
Contribuição de capital da controladora	-	2.422	-	-	-	-	-	-	2.422
Constituição de reservas	-	-	13.366	63.939	-	-	-	(77.305)	-
Destinação de reserva estatutária	-	-	-	156.254	(156.254)	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(57.964)	(57.964)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	132.058	(132.058)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.168.847	2.422	30.555	249.244	-	-	132.058	1.356.855	(15.566)
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.168.847	2.422	30.555	249.244	-	-	132.058	1.356.855	(15.566)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	455.266	455.266
Aumento de capital	249.244	-	-	(249.244)	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	144.784	144.784
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(49.227)	(49.227)
Contribuição de capital da controladora	-	6.777	-	-	-	-	-	-	6.777
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(132.058)	(132.058)	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(82.598)	(82.598)	-
Constituição de reservas	-	-	22.763	222.544	-	-	-	(245.307)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	127.361	(127.361)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.418.091	9.199	53.318	222.544	-	-	127.361	1.899.112	1.899.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado de São Paulo. A Fisia é uma Companhia controlada pela SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A., que por sua vez é controlada pelo Grupo SBF S.A. ("Grupo SBF"). O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3". A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, o comércio, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, todos da marca "Nike". Os produtos comercializados pela Fisia são adquiridos majoritariamente de empresas localizadas no exterior, as quais possuem contratos com a Nike Inc. Conseqüentemente, os saldos das rubricas de estoques, custo dos produtos vendidos e fornecedores estrangeiros são impactados diretamente pela política de preços da fornecedora estrangeira, bem como pelos efeitos decorrentes das variações na cotação do dólar dos Estados Unidos da América, principal moeda de referência nessas transações de compras. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade são bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.3 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de conhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **2.4 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Em 2024, a Companhia avaliou as alterações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações são: **a) Alteração ao IAS 1/ CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. **b) Alteração ao IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **c) Alterações ao IAS 7/ CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidênciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos de financiamento de fornecedores são acordos de pagamento estendidos, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. A adoção dessas normas não impactou de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia. **2.5 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **a) Alteração ao IAS 21 - Falta de reversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é reversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de reversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. **b) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidênciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresa em geral e não apenas às instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. **c) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de

O ano de 2024 da Fisia foi marcado pela recomposição de preços e pela melhoria da rentabilidade em todos os canais, com uma expansão histórica da margem bruta. A Fisia reduziu estoques e markdwns, melhorando sua margem bruta para 43,7% (vs 41,6% no ano anterior). O desempenho nosso compromisso com a recomposição da margem bruta após períodos de remarcações mais agressivas no segundo semestre de 2023. Os canais DTC da Fisia apresentaram crescimento em linha com a expansão de margem, e em comparação com 2023, a receita das lojas (NVS e NDIS) cresceu 7,1% e a receita do canal digital expandiu 3,6%. Já o canal de atacado registrou decréscimo de 7,8% em seu faturamento, refletindo os ajustes na frente de estoques realizados no segundo semestre de 2023, porém com expansão de 0,5 pontos percentuais de margem bruta. Mantivemos uma gestão eficiente do capital de giro, uma de nossas frentes prioritárias. Esse avanço refletiu a otimização dos estoques e a normalização da dinâmica de compras impactando a linha de contas a pagar.

(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	19	496.053	514.831
Empréstimos	20	48.664	23.256
Debêntures	20	130.739	406.622
Arrendamentos a pagar	9	573	97.804
Obrigações tributárias	18	30.636	18.895
Obrigações tributárias	21	411.831	214.839
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	2.589	-
Impostos parcelados	22	7.549	38
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	43.142	23.926
Dividendos a pagar	24	-	147.520
Juros sobre capital próprio a pagar	24	5	-
Outras contas a pagar	26	114.917	67.164
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	39.258	47.168
Outros passivos	27	37.004	12.489
Total do passivo circulante		1.362.960	1.570.552
Não circulante			
Empréstimos	20	123.385	171.863
Debêntures	20	377.591	202.448
Arrendamentos a pagar	18	264.679	189.578
Impostos parcelados	22	74.644	107
Provisão para riscos administrativos e judiciais	14	4.286	312.150
Total do passivo não circulante		844.575	876.146
Patrimônio líquido			
Capital social	28	1.418.091	1.168.847
Reservas de capital	-	9.199	2.422
Reservas de lucro	-	275.862	279.799
Ajuste de avaliação patrimonial	-	68.599	(26.958)
Dividendos propostos	-	127.361	132.058
Total do patrimônio líquido		1.899.112	1.556.168
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.106.647	4.002.866

O ano de 2024 da Fisia foi marcado pela recomposição de preços e pela melhoria da rentabilidade em todos os canais, com uma expansão histórica da margem bruta. A Fisia reduziu estoques e markdwns, melhorando sua margem bruta para 43,7% (vs 41,6% no ano anterior). O desempenho nosso compromisso com a recomposição da margem bruta após períodos de remarcações mais agressivas no segundo semestre de 2023. Os canais DTC da Fisia apresentaram crescimento em linha com a expansão de margem, e em comparação com 2023, a receita das lojas (NVS e NDIS) cresceu 7,1% e a receita do canal digital expandiu 3,6%. Já o canal de atacado registrou decréscimo de 7,8% em seu faturamento, refletindo os ajustes na frente de estoques realizados no segundo semestre de 2023, porém com expansão de 0,5 pontos percentuais de margem bruta. Mantivemos uma gestão eficiente do capital de giro, uma de nossas frentes prioritárias. Esse avanço refletiu a otimização dos estoques e a normalização da dinâmica de compras impactando a linha de contas a pagar.

atva, já no primeiro mês, 8% das trocas foram realizadas em loja, gerando aumento no ticket médio e melhoria no NPS em relação às trocas via Correios. Em 2025, pretendemos realizar mais avanços na Fisia para que as operações das unidades de negócio do Grupo SBF sejam 100% integradas no futuro, permitindo assim que a Centauro e a Fisia se potencializem através das suas fortalezas. Encerramos 2024 com avanços significativos em eficiência e rentabilidade, fortalecendo as bases para um crescimento sustentável. Seguimos focados na execução estratégica e na criação de valor para nossos stakeholders, consolidando nossa liderança no mercado esportivo por meio da melhoria contínua de nossa operação e do fortalecimento de parcerias estratégicas. Com disciplina e visão de longo prazo, avançaremos de forma consistente, garantindo uma empresa resiliente e preparada para capturar oportunidades futuras.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas líquidas	29	4.059.534	4.044.088
Custo das vendas	30	(2.291.482)	(2.363.109)
Lucro bruto		1.768.052	1.680.979
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	31	(1.114.122)	(1.121.884)
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	735	380
Despesas administrativas e gerais	31	(211.602)	(193.469)
Outras perdas, líquidas	-	(30.996)	(2.147)
Lucro operacional		412.067	363.859
Receitas financeiras	32	147.667	188.478
Despesas financeiras	32	(99.690)	(283.120)
Resultado financeiro, líquido		48.598	(94.642)
Lucro antes dos impostos		460.665	269.217
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(1.175)	(68)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	(4.225)	(1.822)
Lucro líquido do exercício		455.266	267.327
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia			
Lucro básico por ação (média ponderada)	28	0,39	0,23
Lucro diluído por ação (média ponderada)	28	0,39	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

		31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		455.266	267.327
Outros resultados abrangentes			
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:			
Hedge de fluxo de caixa		144.784	(40.846)
Outros resultados abrangentes		144.784	(40.846)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa		(49.227)	13.888
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos		95.557	(26.958)
Resultado abrangente do exercício		550.823	240.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		460.665	269.217
Ajustado por:			
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	16, 17	42.092	25.576
Juros e custo de captação sobre empréstimos	20	35.505	31.402
Juros e custo de captação sobre debêntures	20	25.825	12.072
Juros sobre mútuos	32	64.530	59.297
Juros sobre parcelamento de tributos	32	-	6.399
Juros sobre pagamentos em atraso	32	5.954	12
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	178	447
Contribuição de capital da controladora - Pagamento baseado em ações		6.777	2.422
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	16, 17	6.371	348
Perda no valor realizável do estoque	8	17.435	32.306
Juros sobre arrendamento mercantil	18	23.248	16.369</

FISIADISTRIBUIDORA
OFICIAL
NO BRASIL**FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.**

CNPJ 59.546.515/0001-34

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dos créditos a serem compensados era de R\$ 96.792 sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R\$ 83.543 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	31/12/2024	31/12/2023
Até 12 meses	83.543	—
Acima de 12 meses	13.249	—
Total	96.792	—

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

	31/12/2024	31/12/2023
11.2 Composição:		
IRPJ/CSLL sobre Selic	—	30.753
IRPJ/CSLL	14.850	6.039
Total	14.850	36.802
Circulante	14.819	36.774
Não circulante	31	28

12. OUTROS ATIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Marketing a apropriar	86.646	37.728
Despesas antecipadas	7.989	16.041
Prêmios de seguros a apropriar	4.200	3.230
Adiantamento para colaboradores	252	475
Adiantamento para fornecedores	206	370
Outros valores a receber	—	1.090
Total	99.293	58.934
Circulante	99.293	58.936
Não circulante	—	3.998

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

13.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades da Companhia que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 13.2. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - Income taxes), que introduziram uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **13.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos possui a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	243.546	220.312	—	—	243.546	220.312
Provisões gerais e contingências	26.829	61.884	—	—	26.829	61.884
Provisão para estoques	5.246	13.592	—	—	5.246	13.592
Provisão de bônus	21.875	6.023	—	—	21.875	6.023
Depreciação	29.028	20.326	(22.128)	(13.516)	6.900	6.810
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	—	13.888	(35.339)	—	(35.339)	13.888
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	326.524	336.025	(57.467)	(13.516)	269.057	322.509
Montante passível de compensação	(57.467)	(13.516)	57.467	13.516	—	—
Imposto líquido ativo	269.057	322.509	—	—	269.057	322.509

As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 11. **Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo fiscal diferido:** As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de realização dos impostos diferidos ativo:** A Companhia preparou um estudo técnico para suportar a realização dos impostos diferidos nos próximos 8 anos, o qual é revisado anualmente. O estudo preparado pela Companhia, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no exercício, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a Companhia. As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. De acordo com a política contábil adotada, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis nos próximos 8 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo:

	31/12/2024
2025	13.937
2026	18.833
2027	23.403
2028	33.311
2029	50.436
2030	55.574
2031	75.563
Total	269.057

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 11,1%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 8 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 269.057. A Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16,8% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois, não é possível estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização desse benefício a partir do 8º ano.

	31/12/2024	31/12/2023
	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	71.740	24.392
Total	71.740	24.391

Movimento das diferenças temporárias

A movimentação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Saldo em 01/01/2024	Resultado no período	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	220.312	23.234	—	243.546
Provisões gerais e contingências	61.884	(35.055)	—	26.829
Provisão para estoques	13.592	(8.346)	—	5.246
Provisão de bônus	6.023	15.852	—	21.875
Depreciação	6.810	90	—	6.900
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	13.888	—	(49.227)	(35.339)
Imposto líquido ativo (passivo)	322.509	(4.225)	(49.227)	269.057

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos impostos	460.665	269.217
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(156.626)	(91.534)

Adições permanentes:

Despesas não dedutíveis	39.305	(6.070)
Exclusões permanentes:		
Incentivo fiscal exercício corrente	55.440	48.728
Incentivo fiscal exercícios anteriores - redução de base (a)	—	67.942
Receitas não tributáveis	2.490	1.248

Outros itens:

Juros sobre capital próprio	28.083	19.708
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	—	(41.926)
Impostos de exercícios anteriores reconhecidos no exercício corrente	25.806	—
Outros	102	14
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(5.400)	(1.890)
Corrente	(1.175)	(68)
Diferido	(4.225)	(1.822)

Alíquota efetiva

(a) Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a Companhia passa a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante retroativo aos últimos 5 anos no montante de R\$ 199.830. Esse reconhecimento ocorreu integralmente no exercício de 2023 e não afetou a apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de exercícios anteriores.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

14.1 Política contábil: Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

14.2 Composição: Depósitos judiciais: As movimentações de depósitos judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais (a)	180.577	133.090	(11)	(1.306)	312.350
Depósitos judiciais - Rendimentos	19.728	26.424	(4)	—	46.148
Bloqueio judicial - Trabalhista	10	15	(6)	—	19
Total	200.315	159.529	(21)	(1.306)	358.517

As movimentações de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	95.001	89.676	(3.744)	(356)	180.577
Depósitos judiciais - Rendimentos	3.843	15.885	—	—	19.728
Bloqueio judicial - Trabalhista	—	10	—	—	10
Total	98.844	105.571	(3.744)	(356)	200.315

(a) Durante o exercício de 2022 foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Em relação a 2023 e 2024, também foram realizados depósitos diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do Diferencial de Alíquota de ICMS - DIFAL, Aínda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pela Companhia. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Cível/Consumidor (a)	1.223	1.627	(1.735)	(153)	962
Trabalhistas (b)	1.910	374	(191)	(237)	1.856
Tributário (c)	309.017	8.485	(14.912)	(301.122)	1.468
Total	312.150	10.486	(16.838)	(301.512)	4.286

As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Cível/Consumidor (a)	1.691	3.058	(3.180)	(346)	1.223
Trabalhistas (b)	2.084	595	(536)	(233)	1.910
Tributário (c)	278.966	30.150	(99)	—	309.017
Total	282.741	33.803	(3.815)	(579)	312.150

(a) Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui R\$ 962 (R\$ 1.223 em 31 de dezembro de 2023) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R\$ 4.165 (R\$ 4.894 em 31 de dezembro de 2023) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

(b) Processos de natureza trabalhista: Trata-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui R\$ 1.856 (R\$ 1.910 em 31 de dezembro de 2023) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R\$ 11.571 (R\$12.785 em 31 de dezembro de 2023) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. **(c) Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2024, o total de débitos tributários, classificados como perda provável, perfaz o montante de R\$ 1.468 (R\$ 309.017 em 31 de dezembro de 2023). Os valores envolvem a cobrança de ICMS pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo, na qual se discute a transferência de saldo credor entre estabelecimentos, além de discussões sobre Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL) do ano de 2022. **Adesão ao programa de parcelamento de impostos:** A Companhia aderiu ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado. A regularização teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de ICMS que estavam em discussão com o Estado de São Paulo. O acordo firmado proporcionou descontos sobre as multas e juros, bem como o pagamento em até 120 parcelas atualizadas pela SELIC. Os principais benefícios publicados no Edital foram: (i) desconto de 100% dos juros incorridos e (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal. A análise para inclusão de quais débitos foram regularizados foi feita de forma individualizada de cada débito e a ponderação do prognóstico de êxito com os assessores externos. Os impactos contábeis dessa transação foram mensurados pela Companhia e estão evidenciados conforme nota impostos parcelados (Nota 22), despesas por natureza (Nota 31) e resultado financeiro-juros sobre contencioso (Nota 32). **Passivos contingentes: Processos Federais:** Os processos federais em que a Companhia figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R\$ 46.888 (R\$ 31.545 em 31 de dezembro de 2023) conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributo		
PIS/COFINS (a)	39.952	26.962
INSS (b)	429	378
IRPJ e CSLL (c)	2.312	—
Outros (d)	4.195	4.205
Total	46.888	31.545

(a) PIS/COFINS - Discute-se o montante de R\$ 39.952 (R\$ 26.962 em 31 de dezembro de 2023) acerca de compensações não homologadas realizadas entre 2012 e 2017, 2021 e 2024 em razão de sucessivas inconsistências nas declarações da Companhia. Aínda, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 44.447 em 31 de dezembro de 2024. **(b) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuições ao RAT, decorrentes de divergências em guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social. **(c) IRPJ e CSLL/Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS COFINS e II, multas relacionadas a Antidumping, CIDE, multa por atraso de entrega de declarações, entre outras discussões. **Processos estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 99,4% (15,4% em 31 de dezembro de 2023) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Trata-se de processos para cobrança de ICMS decorrentes de atuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, no montante de R\$ 257.089 (R\$ 188.309 em 31 de dezembro de 2023) e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, crédito e aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual. Os processos estaduais classificados como perda possível também foram impactados pelo programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, aderido pelo Grupo, que concedeu descontos nos pagamentos das dívidas de ICMS inscritas em dívida ativa.

15. INVESTIMENTOS - RECOMPRA DE AÇÕES

Em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da controladora Grupo SBF S.A. aprovou o Programa de Recompra Grupo SBF com a realização de recompra de ações por suas controladas SBF Comércio e Fisia, no limite de 14.289.617 ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a recompra de 3.604.000 ações ordinárias da sua controladora, Grupo SBF S.A., pelo montante de R\$ 39.173.

16. IMOBILIZADO

16.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, enquanto outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas são as seguintes para o exercício:

Benefitória em imóveis de terceiros	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Imp**

FISIA

DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Arrendamento
Até 1 ano	24.895
Entre 1 e 5 anos	138.428
Mais de 5 anos	51.150
Total	214.473

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 42.667 (R\$ 37.476 em 31 de dezembro de 2023) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme despesas de ocupação (Nota 31). **e) Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	30.636	25.379	28.123	29.244	181.933
Fluxo com projeção de inflação	32.137	26.637	29.250	30.364	188.901
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%
Direito de uso líquido					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	262.641	230.702	198.763	167.840	139.904
Fluxo com projeção de inflação	275.510	242.145	206.734	174.268	145.262
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	23.248	24.592	22.249	19.726	75.213
Fluxo com projeção de inflação	24.388	25.812	23.141	20.482	78.094
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	33.505	31.939	31.939	30.924	167.840
Fluxo com projeção de inflação	35.147	33.523	33.219	32.108	174.269
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

19. FORNECEDORES

19.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros. **19.2 Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de mercadorias para revenda	453.282	471.214
Fornecedores de materiais de consumo	42.493	39.825
Subtotal	495.775	511.039
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 25)	278	3.792
Subtotal	278	3.792
Total	496.053	514.831

20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

20.1 Política contábil: Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		
Capital de giro	48.664	23.256
Empréstimos	48.664	23.256
Debêntures	130.739	406.622
Total passivo circulante	179.403	429.878
Passivo não circulante		
Capital de giro	123.385	171.863
Empréstimos	123.385	171.863
Debêntures	377.581	202.448
Total passivo não circulante	500.966	374.311
Total empréstimos	172.049	195.119
Total debêntures	508.320	609.070
Total empréstimos e debêntures	680.369	804.189

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2024	Adições	Pagamento principal	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2024
Capital de giro	195.119	-	(25.000)	(23.895)	23.876	1.949	172.049
Debêntures	609.070	298.008	(390.507)	(72.781)	61.541	2.989	508.320
Total	804.189	298.008	(415.507)	(96.676)	85.417	4.938	680.369

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2023	Adições	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2023
Capital de giro	194.248	(11.200)	11.405	667	195.120	195.120
Debêntures	586.848	(37.076)	55.730	3.567	609.069	609.069
Total	781.096	(48.276)	67.135	4.234	804.189	804.189

Os termos e condições dos empréstimos e debêntures em aberto são os seguintes:

	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Moeda			
R\$	100% CDI + 1,9% anual	200.000	48.664
Empréstimos		200.000	48.664
R\$	100% CDI + 2,0% anual	574.000	377.581
Total de empréstimos e debêntures		774.000	500.966

Captações ocorridas durante o ano: Em 5 de junho 2024, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fiduciária, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, no valor total de R\$ 300 milhões. O vencimento do contrato iniciará em junho de 2026. O custo da captação do contrato mencionado é de R\$ 1.992. **Resumo dos empréstimos e debêntures conforme vencimento:**

	1 ano	2 anos	3 anos	de 3 anos	Total
Capital de giro	48.664	48.979	49.479	24.927	172.049
Debêntures	130.739	227.773	149.808	58.369	508.320
Total empréstimos e debêntures	179.403	276.752	199.287	24.927	680.369

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 73,6% de sua dívida no longo prazo, o custo médio anual da dívida bancária ficou em CDI + 1,86% a.a. em 2024. **Cláusulas contratuais restritivas - covenants:** A manutenção do vencimento contratual das debêntures e empréstimos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas informações financeiras. Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras: (i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA). A Companhia cumpriu com esses covenants durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2024, a proporção da dívida líquida em relação EBITDA foi de 0,41x (0,77x em 31 de dezembro de 2023).

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	2.210	-
COFINS	10.242	-
ICMS (a)	394.854	210.751
ISS	1.312	1.312
IRRF	1.242	1.987
Outros	1.971	789
Total	411.831	214.839

(a) Há discussões judiciais sobre a legalidade da cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS - DIFAL no que diz respeito a existência ou não de legislação complementar do estado anterior a federal. Por entender que se trata de uma obrigação, a Companhia vem provisionando a parcela do ICMS a recolher, por conta do art. 166 do CTN, tendo como contrapartida depósitos judiciais no mesmo montante dos valores em discussão (vide Nota 14).

22. IMPOSTOS PARCELADOS

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos de tributos Estaduais	82.080	18
Parcelamentos de tributos Federais	113	127
Total impostos parcelados	82.193	145
Passivo circulante	7.549	38
Passivo não circulante	74.644	107

As movimentações dos impostos parcelados consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2024
Saldo em 1º de janeiro	145
Adesão dos impostos Estaduais (a)	88.653
Adesão dos impostos Federais	1.058
Juros sobre parcelamento de tributos	5.770
Parcelas pagas	(13.433)
Saldo em 31 de dezembro	82.193

(a) Adesão ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.483/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado, ocorrida em maio de 2024.

Estado	Circulante	Não circulante	Total	2025	2026	2027	2028 em diante
SP	7.517	74.563	82.080	7.517	8.776	8.777	57.010
Total Estaduais	7.517	74.563	82.080	7.517	8.776	8.777	57.010
Outros	32	81	113	32	21	21	39
Total Federais	32	81	113	32	21	21	39
Total parcelamentos	7.549	74.644	82.193	7.549	8.797	8.798	57.049

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

23.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestação. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-empresariais e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de férias e 13º salário	12.317	10.823
Provisões para participação nos lucros	21.686	5.664
Salários a pagar	3.884	3.187
Obrigações com pessoal a pagar	47	392
Contribuições a recolher	39	34
Obrigações trabalhistas	38.373	20.100
INSS a recolher	2.693	2.312
INSS a recolher	921	759
INSS retido a recolher	1.155	759
Obrigações previdenciárias	4.769	3.829
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	43.142	23.929

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

24.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 0,1% sobre o lucro líquido estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

24.2 Composição: a) Dividendos a pagar: Em 31 de dezembro de 2024, foram apurados dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	455.266	267.327
(-) Reserva legal - 5%	(22.763)	(13.366)
(-) Reserva incentivos fiscais	-	(63.939)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	432.503	190.022
Dividendos mínimos obrigatórios - 0,1%	433	433
Designação de juros sobre o capital próprio (b)	82.398	127.361
Dividendos adicionais propostos (Nota 28)	-	-
Total dividendos	209.959	209.959

A movimentação de dividendos a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	2025	2026	2027	2028
Saldo em 1º janeiro de 2023	235.756			
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(88.236)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	147.520			
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(147.520)			
Pagamento de dividendos à SBF Comércio	(132.058)			
Dividendos adicionais - 2023	132.058			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-			

b) Juros sobre capital próprio: Durante o exercício de 2024, foram deliberadas e aprovadas em Reunião do Conselho de Administração, as destinações de juros sobre o capital próprio entre a controladora indireta Fisia e a controlada SBF Comércio, no montante de R\$ 82.598, liquidados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A movimentação de juros sobre o capital próprio a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	2025	2026	2027	2028
Saldo em 1º janeiro de 2023	75.922			
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023	57.963			
Pagamento de juros sobre capital próprio	(125.191)			
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(8.694)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-			
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2024	82.598			
Pagamento de juros sobre capital próprio	(70.203)			
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(12.390)			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5			

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente. **Operações de venda de mercadorias e fretes -** A Fisia, no âmbito de suas operações comerciais, realiza transações de venda de mercadorias com a empresa relacionada SBF Comércio, operando no segmento de atacado com o propósito de distribuir produtos da marca "Nike". A parte relacionada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e efetua transações comerciais de prestação de serviço de fretes para a Fisia. Essa operação está suportada por um contrato assinado, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há a operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral da SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, está assinado entre SBF Comércio e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado. **Aluguéis -** Até fevereiro de 2024, a VBLOG, que atua como operadora logística, sublocava para a empresa Fisia um armazém localizado em Extrema - MG, local no qual realizava parte da operação da Fisia em Minas Gerais, como suas importações, triagem de mercadorias, dentre outras. **Marketplace -** A controladora SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de *take rate*, porcentagem cobrada sobre cada transação de produto vendido. **Rateio administrativo -** As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os ratios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo do exercício. **Serviços audiovisuais -** As partes relacionadas Network, NeoTV e FiDane possuem contrato de prestação de serviço com Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. Os valores referentes às transações descritas acima estão discriminados no quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber		
31/12/2024	184.323	114.351
SBF Comércio	196.393	184.351
Grupo SBF	2.042	1.245
Total (Nota 7)	198.435	185.596
Fornecedores		
31/12/2024	31/12/2023	
VBLOG	278	1.339
SBF Comércio	-	2.453
Total (Nota 19)	278	3.792

	31/12/2024	31/12/2023
Outras contas a pagar		
31/12/2024	31/12/2023	
VBLOG	389	389
Grupo SBF	3.625	15.258
SBF Comércio	35.633	31.521
Total	39.258	47.168

	31/12/2024	31/12/2023
Vendas líquidas		
31/12/2024	31/12/2023	
SBF Comércio	440.257	450.516
Total	440.257	450.516

	31/12/2024	31/12/2023
Custos com mercadorias vendidas		
31/12/2024	31/12/2023	
SBF Comércio	(321.278)	(320.550)
Total	(321.278)	(320.550)

	31/12/2024	31/12/2023
Comissão marketplace		
31/12/2024	31/12/2023	
SBF Comércio	(36.791)	(29.927)
Total	(36.791)	(29.927)

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços logísticos		
31/12/2024	31/12/2023	
SBF Comércio	(23.815)	(24.187)
Coleta e internalização - SBF Comércio	(6.897)	(9.179)
Fretes e logística - VBLOG	(30.712)	(33.366)
Total	(61.424)	(66.732)

	31/12/2024	31/12/2023
Rateio administrativo		
31/12/2024	31/12/2023	
SBF Comércio	(170.055)	



FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 59.546.515/0001-34



Demonstrações Financeiras 2024

★ continuação

Diretoria

Pedro Zemel - CEO

José Luís Salazar - CFO

Contadora

Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O-2

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, concordando e autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e conclusão expressos no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as informações da Companhia.

São Paulo, 14 de março de 2025

Pedro Zemel - Diretor Presidente

José Luís Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PORQUE É UM PAA

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 4(b) e 13)

A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos de R\$ 269.057 mil.

As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem, conforme divulgado na Nota 13. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros.

Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos.

Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos.

Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação complementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao

fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador - CRC MG091301/O-2

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

TELMEX DO BRASIL S.A.
CNPJ: 02.667.694/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras resumidas da Telmex do Brasil S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Avviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023		2024	2023
Ativo			Passivo		
Circulante	466.360	451.631	Circulante	257.840	228.341
Não circulante	4.718.841	2.249.917	Não circulante	58.130	42.116
Total do ativo	5.185.201	2.701.548	Total do passivo	315.970	270.457
			Total do patrimônio líquido	4.869.231	2.431.091
			Total do passivo e patrimônio líquido	5.185.201	2.701.548

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.670.708	36.250	636.550	-	(246)	2.343.262
Lucro líquido do exercício	-	-	-	123.504	-	123.504
Constituição de reserva legal	-	6.175	-	(6.175)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.173)	-	(1.173)
Dividendos intercalares	-	-	-	(34.503)	-	(34.503)
Constituição de reserva de lucros	-	-	81.653	(81.653)	-	-
Atualização do passivo atuarial	-	-	-	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.670.708	42.425	718.203	-	(245)	2.431.091
Lucro líquido do exercício	-	-	-	232.503	-	232.503
Aumento de capital	2.926.048	-	(718.203)	-	-	2.207.845
Constituição de reserva legal	-	11.625	-	(11.625)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.209)	-	(2.209)
Dividendo adicional proposto	-	-	218.669	(218.669)	-	-
Atualização do passivo atuarial	-	-	-	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.596.756	54.050	218.669	-	(244)	4.869.231

DIRETORIA

José Formoso Martínez - Diretor Presidente
Marcello da Silva Miquel - Diretor Superintendente
José Antônio Guaraldi Félix - Diretor
Roberto Catalão Cardoso - Diretor

CONTADOR

Ricardo Basso Gaiño
CRC-PR-040021/O-0-S-SP

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. As demonstrações financeiras em sua íntegra, acompanhadas do relatório do auditor independente, estão disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>.

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.



Lucas Eduardo Dalcanale

Leiloeiro Oficial - Matrícula: 20/319L - Jucepar
www.donhaleiloes.com

ONLINE

LEILÃO dia 18/03/2025

TERÇA-FEIRA

Leilão 14h00

348 Veículos

COLISÃO - ROUBO/FURTO
ENCHENTE E
VEÍCULOS EM FIM
DE VIDA ÚTIL

41 3134-3450

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2 FIF: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 4 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 130 2010 2011 2 JETTA: 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 7 PALIO: 2016 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE 2017 2018 2 S10: 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2012 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX 2012 6 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 STRALIS 2012 2013 SUPER 2009 TORO 2019 2020 8 UNO: 2010 2011 2005 2006 2013 2011 2012 1991 1990 1993 2013 2014 VECTRA HATCH 2011 VERSA 2012 2013 VERTSALES 1994 1995 VIRTUS 2018 2019 VOYAGE 2014 2015 WEB 2005 X16 2013 2013 YARIS 2019 2020 YBR 125 2007

Nº dos Chassis: 34081269 Normal 53120166 Normal 88950937 Recordado 94254904 Normal 95036798 Normal 14155684 Normal 1C116775 Normal 1P020313 Normal 3C172445 Avariado 4T157345 Normal 54628941 Recordado 5B132807 Normal 5J638395 Recordado 78853046 Normal 7B015340 Normal 7G038478 Recordado 7G242882 Normal 7T093357 Normal 87053946 Normal 88703317 Normal 88943550 Normal 8A006708 Normal 8B053181 Normal 8B514913 Normal 8K192443 Recordado 8Z238534 Normal 91064097 Normal 95216422 Normal 95333114 Normal 95347695 Normal 9B136266 Recordado 9G116821 Normal 9G186948 Normal 9J247860 Normal 9P056122 Normal 9Z122200 Normal A4040629 Normal A403073 Normal AB743152 Normal ABB47375 Normal AFS02745 Normal AG313655 Normal ag510164 Recordado AJ309548 Normal AP034245 Normal AT065375 Normal B4147093 Normal B6486721 Normal B8024531 Normal BB090912 Normal BB116058 Normal BB178376 Normal BB218901 Avariado BB321454 Normal BG076465 Normal BG560829 Normal BJ327544 Recordado BJ329056 Normal BJ817295 Normal BL398956 Normal BM102523 Normal BM107526 Recordado BR160509 Normal BT022022 Normal BZ115716 Normal c0241952 Normal C0327298 Normal C2549212 Normal C3595020 Normal C4104248 Normal C4130730 Recordado C5810702 Normal C6583497 Normal C8224048 Normal C8100462 Normal CB199422 Recordado CB550486 Normal CB560939 Normal CC212362 Normal CCDB66132 Recordado CC47139 Normal CD045124 Normal CE000697 Normal CG033754 Normal CG383197 Normal CJ005203 Normal CJ111097 Normal CJ149792 Normal CJ275401 Normal CJ442078 Normal CL355400 Normal CP026606 Normal CP196837 Normal CR001219 Normal CR155483 Normal CR569060 Normal CZ403718 Normal D0466446 Normal D2012408 Normal D2089039 Avariado D4005646 Normal D4010247 Normal D4034067 Recordado D7581212 Normal D7679087 Normal D8464937 Normal D8474300 Normal D8776846 Normal D8972871 Avariado DB898013 Normal DBS38770 Normal DC450383 Normal D655290 Normal DJ796721 Normal DK200426 Normal DM100754 Normal DP015695 Normal DP100015 Normal DR669176 Normal DT159264 Normal DU476637 Normal DZ101395 Normal DZ125992 Recordado E0507619 Normal E2026192 Normal E2026094 Normal E4085953 Normal E4094474 Normal E4158618 Normal E7004771 Recordado E8100590 Normal EB039266 Recordado EB045253 Normal EB055101 Normal EB061447 Normal EB071144 Normal EB133983 Normal eb154735 Normal EB211113 Normal ED053921 Normal EG113056 Recordado EG150489 Normal EG323813 Normal EJ164104 Normal EJ316189 Normal EJ346797 Normal EJ870715 Recordado EJ967568 Normal EK392327 Normal EL694469 Normal EP185272 Recordado EP212019 Normal EP560458 Normal EP511836 Normal ER124354 Normal ES573132 Normal ET222748 Recordado EU004061 Normal EZ441667 Normal F0001204 Normal F0380119 Normal F0635235 Normal F2072540 Normal F2274866 Normal F4021192 Normal F4048017 Normal F5979724 Normal F5993128 Normal F7501320 Normal FB106109 Normal FB109212 Normal FB224677 Normal FB533308 Normal FB819675 Normal FG504310 Normal FG526103 Normal FJ266766 Normal FJ377736 Normal FJ761853 Normal FJ854672 Normal FL151230 Recordado FM658227 Normal FP485475 Normal FR003415 Normal FT559462 Normal FW516761 Normal FZ127967 Normal FZ249589 Normal G0704938 Normal G1341924 Normal G4065904 Normal G7983168 Normal G8309674 Normal GB532155 Normal GBC48326 Normal GG165371 Normal GJ199115 Normal GJ966791 Normal GP982486 Recordado GK032483 Normal GK039186 Normal GL124085 Normal GT046196 Normal GT055231 Normal H2141899 Normal H4014455 Normal H4A34497 Normal HA967798 Normal HB507903 Normal HCG24361 Normal HG233178 Normal HJ538643 Normal HKH11493 Normal HL497926 Normal HP025417 Normal HP751126 Recordado HY142075 Normal J2095018 Recordado JB125264 Normal JB130954 Recordado JB132022 Normal JB133437 Recordado JB214871 Normal JB226155 Recordado JF147076 Normal JJ314668 Recordado JKH53773 Normal JKH60692 Normal JL341571 Recordado JM107045 Normal JPO29980 Normal JP853986 Normal JP867557 Normal JR141663 Normal JT140455 Recordado JYH43650 Normal JZ121609 Normal JZ258670 Normal K0021314 Normal K2112529 Normal K4014325 Normal K5004912 Recordado K8317535 Normal KB100452 Recordado KB102201 Recordado KC443526 Normal KG262740 Normal KG315895 Normal KG77532 Normal KJ405865 Normal KKJ28985 Normal KL129415 Normal KM700911 Normal kp068297 Recordado KP553134 Normal KP601457 Normal KP935867 Normal KP944815 Normal KR109952 Normal KS050308 Normal L0871595 Normal L4001597 Normal L4017373 Normal L8398805 Recordado LB196018 Normal LB215926 Normal LB237728 Normal LG171785 Normal LG804790 Normal LJ171584 Normal LK276720 Normal LKD10318 Normal LM106688 Normal LP021308 Normal LP028725 Normal LP050976 Recordado LP059605 Normal LT051845 Normal LT101314 Normal LY653707 Normal LYJ62750 Normal LZ102028 Normal LZ129068 Normal LZ131947 Recordado M2459109 Avariado M4079782 Normal M8838928 Normal MG156756 Normal MJ748605 Normal MK393970 Normal MKK37918 Normal MP028065 Normal MP047233 Normal MP119520 Normal MTL082740 Normal MYL16683 Normal MZ206108 Normal N4002517 Normal N4050530 Normal NA801491 Normal NB003024 Normal NB153325 Normal NC422063 Normal NE202588 Normal NJ917697 Normal NKE51465 Normal NKE72816 Normal NKK97221 Normal nk122889 Normal NP276423 Normal NP313760 Normal NYX22885 Normal P0052668 Normal PG172835 Normal PG233074 Normal PK511335 Normal PY822809 Normal PYM83560 Normal R0028868 Normal R0032707 Normal R1DK7279 Normal R5071848 Recordado RB002509 Normal RD405457 Normal RF500077 Normal RG144225 Normal RG172682 Recordado RG258632 Normal RMBP9820 Normal RP026868 Normal RP020196 Normal RYB58628 Normal S0703316 Recordado S9278976 Normal SB512592 Normal SG150518 Normal SM204251 Normal SP004292 Normal SP014680 Normal SP154333 Normal ST189748 Recordado T0135298 Normal WC650545 Normal WR027237 Normal XT062643 Normal YP008738 Normal YT091625 Recordado

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DÉBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATADAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRÍVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR. – LEILOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MERA-MENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450
(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

cenp ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS ADJORNAR

Isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil custará R\$ 27 bi por ano

O aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil por mês custará R\$ 27 bilhões por ano aos cofres públicos, disse na segunda-feira (17) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A estimativa é cerca de R\$ 5 bilhões inferior ao cálculo de R\$ 32 bilhões apresentado no fim do ano passado.

Segundo Haddad, a previsão de impacto fiscal caiu porque o governo fez os cálculos para incluir o aumento do salário-mínimo após a aprovação do Orçamento de 2025, que só deve ser votado em abril. Caso seja aprovado pelo Congresso, o aumento da faixa de isenção só valerá

para 2026, mas os cálculos originais baseavam-se no salário-mínimo de 2024.

“Foi um recálculo, porque este ano haverá uma pequena correção depois do Orçamento. Este ano vai ter uma correção por conta do aumento do salário-mínimo”, disse Haddad.

Pela manhã, Haddad reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir os últimos detalhes do projeto de lei ou da medida provisória da reforma do Imposto de Renda, que vai isentar contribuintes que recebem até R\$ 5 mil por mês. Segundo o ministro, nesta terça-feira (18), Lula se reunirá com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Hugo

Motta, para explicar o texto. Existe a expectativa de a proposta ser divulgada nesta terça, após a reunião com Alcolumbre e Motta. No entanto, o texto pode ser apresentado na quarta-feira (19), porque Lula tem uma viagem marcada para Sorocaba (SP) na tarde desta terça.

Mudanças
Em relação à versão inicial da reforma anunciada em novembro do ano passado, Haddad informou que o novo texto traz duas mudanças determinadas pelo presidente Lula. A primeira é não mexer nas deduções do Imposto de Renda. Na semana passada, o Ministério da Fazenda confirmou ter retirado da proposta o fim da

isenção de IRPF para pessoas com doenças graves que ganham mais que R\$ 20 mil por mês.

A segunda mudança foi a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) no texto final. Haddad não deu detalhes sobre eventuais mudanças na tributação das empresas.

Atualmente, a faixa de isenção do IRPF é de R\$ 2.824, o equivalente pouco menos de dois salários-mínimos. A tabela do Imposto de Renda está congelada, por causa da não aprovação do Orçamento deste ano. Se a ampliação da faixa para R\$ 5 mil entrar em vigor, cerca de 32% dos trabalhadores deixarão de pagar o tributo. (Agência Brasil)

Enel faz mutirão para cliente renegociar débitos

A Enel SP lançou na segunda-feira (17) um plano para renegociação de dívidas. A iniciativa vale até 31 de março. As condições de pagamento variam conforme o caso dos clientes, mas débitos vencidos há mais de 60 dias são possíveis de parcelamento em até sete vezes e entrada a partir de 10%.

Para renegociar o débito, a fatura da conta precisa ter, no mínimo, 60 dias de atraso. O interessado na negociação precisa apresentar seus documentos (RG ou CNH). A negociação do débito pode ser feita de modo online, pelo site da Enel e também pelo aplicativo da companhia, pelo WhatsApp (21 99601-9608) ou pela central de relacionamento 0800-72 72 120.

As famílias inscritas no Cadastro Único dos Benefícios

Sociais (CadÚnico) e na tarifa social de energia elétrica poderão parcelar suas dívidas com a empresa em até 36 vezes, sem juros. Débitos vencidos há 180 dias que forem quitados à vista terão desconto de 10% no total.

A Enel informa que as negociações acontecem conforme a situação de cada devedor, mas há incidência de encargos e juros de parcelamento. Os valores negociados vão ser incorporados às contas mensais dos clientes.

Até 23 de março, o interessado em negociar as dívidas com a Enel poderá tratar de seu caso pessoalmente, na tenda de atendimento no Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo. A iniciativa faz parte do Feirão Limpa Nome da Serasa. (Agência Brasil)

Tesouro paga R\$ 1,33 bi em dívidas de estados e municípios

A União pagou, em fevereiro, R\$ 1,33 bilhão em dívidas atrasadas de estados e municípios, segundo o Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado na segunda-feira (17) pelo Tesouro Nacional. No acumulado do ano, já são R\$ 1,88 bilhões de débitos honrados de entes federados.

Em 2024, o valor chegou a R\$ 11,45 bilhões de dívidas garantidas pela União.

Do total pago no mês passado, R\$ 854,03 milhões são débitos não quitados pelo estado de Minas Gerais; R\$ 319,76 milhões do Rio de Janeiro; R\$ 75,94 milhões de Goiás; R\$ 72,95 milhões do Rio Grande do Sul; R\$ 2,81 milhões do Rio Grande do Norte; e R\$ 73,85 mil do município de

Santanópolis (BA).

De R\$ 1,88 bilhões de dívidas de entes federados honradas pela União em 2025, R\$ 1,07 bilhão são de Minas Gerais; R\$ 399,73 milhões do Rio de Janeiro; R\$ 150,10 milhões de Goiás; R\$ 149,76 milhões do Rio Grande do Sul; R\$ 109,73 milhões do Rio Grande do Norte; e R\$ 140 mil de Santanópolis (BA).

Desde 2016, a União pagou R\$ 77,32 bilhões em dívidas garantidas. Além do relatório mensal, o Tesouro Nacional disponibiliza os dados no Painel de Garantias Honradas.

As garantias representam os ativos oferecidos pela União – representada pelo Tesouro Nacional – para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios

e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Como garantidora das operações, a União é comunicada pelos credores de que não houve a quitação de determinada parcela do contrato.

Recuperação de garantias
Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, o Tesouro compensa os calotes, mas desconta o valor coberto de repasses federais ordinários – como receitas dos fundos de participação e compartilhamento de impostos, além de impedir novos financiamentos. Sobre as obrigações em atraso incidem ainda juros, mora e outros encargos previstos nos contratos de emprés-

timos, também pagos pela União. Há casos, entretanto, de bloqueio na execução das contragarantias pela adoção de regimes de recuperação fiscal, por meio de decisões judiciais que suspenderam a execução ou por legislações de compensação das dívidas. Dos R\$ 77,32 bilhões honrados pela União, cerca de R\$ 68,11 bilhões se enquadram nessas situações.

Desde 2016, a União recuperou R\$ 5,68 bilhões em contragarantias. Os maiores valores são referentes a dívidas pagas pelos estados do Rio de Janeiro (R\$ 2,77 bilhões) e de Minas Gerais (R\$ 1,45 bilhão), além de outros estados e municípios. Em 2025, a União já recuperou R\$ 116,13 milhões em contragarantias. (Agência Brasil)

Banco Central registra o primeiro incidente com chaves Pix neste ano

Um total de 25.349 chaves Pix de clientes da fintech QI SCD tiveram dados expostos, informou na segunda-feira (17) o Banco Central (BC). Esse foi o 18º incidente com dados do Pix desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020, e o primeiro neste ano.

Segundo o BC, o vazamento ocorreu de 23 de fevereiro a 6 de março e abrangeu as seguintes informações:
Nome do usuário
CPF com máscara (CPF parcialmente coberto com asteriscos)
Instituição de relacionamento
Agência
Número e tipo da conta

chamadas telefônicas, SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por e-mail.

A exposição de dados não significa necessariamente que todas as informações tenham vazado, mas que ficaram visíveis para terceiros durante algum tempo e podem ter sido capturadas. O vazamento indica que alguém chegou a consultar os dados.

OBC informou que o caso será investigado e que sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade do caso.

Em todos os 18 incidentes com chaves Pix registrados até agora, foram expostas informações cadastrais, sem a exposição de senhas e de saldos bancários. Por determinação da Lei Geral de Proteção de Dados, a autoridade monetária mantém uma página em que os cidadãos podem acompanhar incidentes relacionados com a chave Pix ou demais dados pessoais em poder do BC.

Em nota, a QI SCD informou que os dados foram expostos por uma “falha pontual, que foi imediatamente corrigida”. A fintech reiterou que, com base nas informações, não é possível ter acesso a contas ou a informações sensíveis.

“As informações obtidas são de natureza cadastral, que não permitem movimentação de recursos, nem acesso às contas ou a outras informações financeiras. Além disso, não permitem a realização de pagamentos ou transferências, nem o acesso a contas ou a outras informações de natureza bancária”, destacou o comunicado. (Agência Brasil)

Dólar cai para R\$ 5,68 e fecha no menor valor em quatro meses

Num dia de euforia no mercado financeiro, o dólar fechou abaixo de R\$ 5,70 e atingiu a menor cotação em quatro meses. A bolsa de valores subiu pela quarta vez seguida e alcançou o maior nível desde o fim de outubro.

O dólar comercial encerrou a segunda-feira (17) vendido a R\$ 5,686, com recuo de R\$ 0,57 (-0,99%). A cotação operou em baixa durante todo o dia, mas acelerou a queda durante a tarde. Na mínima do dia, por volta das 16h, chegou a R\$ 5,66, mas investidores aproveitaram o valor baixo para

comprar moeda norte-americana. Com o desempenho da segunda-feira, o dólar está no menor nível desde 7 de novembro do ano passado, quando fechou a R\$ 5,67. Em 2025, a divisa acumulou queda de 7,99%.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pela forte recuperação. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 131.213 pontos, com alta de 1,46%. No maior patamar desde 28 de outubro, a bolsa brasileira teve alta generalizada nas ações, com destaque para petrolíferas,

mineradoras e bancos. Tanto fatores domésticos como internacionais beneficiaram o mercado financeiro nesta segunda. No cenário interno, a divulgação de que o indicador do Banco Central (BC) que mede a atividade econômica cresceu 0,9% em janeiro, acima das expectativas. O bom desempenho econômico favoreceu ações de empresas ligadas ao consumo.

No cenário internacional, o pacote de estímulos anunciado pela China favoreceu os países emergentes. O país asiático é o

maior consumidor de commodities (bens primários com cotação internacional), o que beneficia países exportadores desses produtos, como o Brasil.

Além disso, a alta do petróleo no mercado internacional beneficiou os mercados emergentes. A cotação do barril do tipo Brent voltou a ficar acima de US\$ 70 por causa dos bombardeios dos Estados Unidos ao Iêmen. A perspectiva de um cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia também foi bem recebida pelos investidores globais. (Agência Brasil)

Lando Norris vence corrida maluca da F-1 na Austrália

Por Tiago Mendonça



Largada do GP da Austrália

A McLaren confirmou o favoritismo e venceu o GP da Austrália, primeira etapa da temporada da F-1, com Lando Norris. Mas a corrida esteve muito, muito longe de ser previsível. A começar pela pista molhada, que embaralhou as estratégias e bagunçou o resultado no domingo, dia da corrida.

A superioridade da atual campeã de Construtores ficou evidenciada na classificação, formando a primeira fila com Lando Norris na pole position e Oscar Piastri em segundo. Max Verstappen, da Red Bull, alinhou em terceiro lugar, com um tempo quase quatro décimos acima da pole.

Mas o domingo amanheceu chuvoso e trouxe uma série de desafios para pilotos e equipes. O estreante Isack Hadjar, da Racing Bulls, por exemplo, bateu ainda na volta de apresentação, atrasando a largada em cerca de 15 minutos. Hadjar chorou ainda de capacete enquanto voltava a pé para os boxes.

Quando a prova finalmente começou, foi a vez de Jack Doohan, da Alpine, encontrar o muro, provocando intervenção do safety-car.

Norris manteve a ponta na lar-

gada, e Verstappen superou Piastri nos primeiros metros de corrida. Mas foi por pouco tempo: na 17ª volta, Verstappen passou reto na curva 11, permitindo que Piastri reassumisse o segundo lugar.

A partir daí, tudo parecia caminhar para uma dobradinha da McLaren, e a equipe chegou a pedir via rádio que Piastri não atacasse Norris enquanto a pista não secasse. Os dois então andavam juntos, ambos de pneus slick, quando a chuva resolveu voltar com força na 44ª das 57 voltas completadas.

Norris e Piastri escaparam na brita na curva 12, e o caso de Piastri foi ainda pior, porque ele ficou patinando na grama enquanto os rivais passavam por ele. Norris recolheu imediatamente aos boxes para colocar os pneus intermediários.

Verstappen permaneceu na pista uma volta a mais, o que foi uma decisão equivocada. Mesmo assim, os dois tiveram um excelente duelo nas dez voltas finais e Norris teve de se defender dos ataques de Verstappen. Venceu por apenas 0s8.

George Russell foi o terceiro

colocado e o companheiro de equipe dele na Mercedes, Andrea Kimi Antonelli, fez uma prova magistral, saindo da 16ª posição (eliminado no Q1) para terminar em quarto. Alexander Albon foi o quinto, de Williams, e Lance Stroll o sexto, de Aston Martin.

A Sauber marcou pontos com Nico Hülkenberg na sétima posição. Gabriel Bortoleto fez uma corrida bastante consistente, mesmo com problemas de freio, mas acabou perdendo o controle do carro na 46ª volta e bateu. “Infelizmente, a corrida não terminou como esperávamos”, lamentou Bortoleto.

“Sabíamos que qualquer coisa poderia acontecer em condições como essas; demos tudo, mas forçamos um pouco demais. Por outro lado, estou feliz por Nico e pela equipe por marcarem pontos hoje: ele fez um trabalho incrível, e todos mereceram, tanto na pista quanto em nossa sede em Hinwil”, completou.

A Ferrari, que também permaneceu mais tempo do que deveria na pista de pneus slicks, pontuou com Charles Leclerc em oitavo e Lewis Hamilton, em décimo. Foi o pior início de campeonato da Ferrari desde 2009. Oscar Piastri ainda se recuperou para terminar na nona posição.

Atletismo Brasil já faz treinos finais na China para o Mundial Indoor



Atletismo Brasil na China

A delegação do Brasil viajou para a China em dois grupos - a maior parte já está treinando em Taicang, sede do Mundial Indoor de Nanjing, na China, desde o fim de semana. O Mundial será realizado de sexta-feira a domingo, de 21 e 23 de março - por causa do fuso horário terá início na noite de quinta-feira (20/3) no horário de Brasília. O Atletismo Brasil terá 17 atletas na China - cinco mulheres e 12 homens. A equipe foi ampliada em função da realocação de vagas pela World Athletics.

A delegação brasileira terá uma mescla de atletas experientes - oito dos convocados estiveram nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024 - e caras novas, como a saltadora Regielécia Cândido da Silva (Pinheiros-SP) e o velocista Thiago Gobatti (AFEA-SP).

Na competição serão 576 atletas (264 mulheres e 312 homens) de 127 países, competindo no Cubo de Nanjing, estádio no Centro de Treinamento de Esportes, no Novo Distrito de Jiangbei - com fachada e teto com placas de alumínio.

Nanjing ou Nanquim, como também é chamada a cidade em português, mistura história e modernidade e tem atrações como as antigas muralhas e o Mausoléu Ming Xiaoling.

O Atletismo Brasil tem 17 medalhas conquistadas em Mundiais Indoor (5 de ouro, 6 de prata e 6 de bronze). O último campeão foi Darlan Romani, no arremesso do peso (22.53 m), no Mundial de Belgrado 2022 (Sérvia).

Atletismo Brasil em Nanjing:

Feminino
Anny Caroline de Bassi (IA

Balneário Camboriú-SC) - nos 400 m; July Ferreira da Silva Abrão (Praia Clube-Exército-Futel-MG) -1.500 mAna Carolina Azevedo (Pinheiros-SP) - 60 m; Micaela Rosa de Mello (UCA-SC) - 60 m com barreiras; Regielécia Cândido da Silva (Pinheiros-SP) - salto triplo

Masculino

Thiago Gobatti (AFEA-SP) - 60 m; Jadson Erick Soares Lima (EC Pinheiros-SP), 400 m; Mathheus Lima (Pinheiros-SP) - 400 m; Guilherme Orenhas (IABC-SC) - 800 m; Eduardo de Deus (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - 60 m com barreiras; Rafael Pereira (AABLU-SC) - 60 m com barreiras; Almir dos Santos (Sogipa-RS) - salto triplo; Elton Junio dos Santos Petronilho (Pinheiros-SP) - salto triplo; Wellington Moraes (Pinheiros-SP) - arremesso do peso; Willian Denilson Venâncio Dourado (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - arremesso do peso; José Fernando Ferreira Santana (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - heptatlo; Pedro de Oliveira (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - heptatlo.

Comissão Técnica

Sanderlei Parrela (EC Pinheiros-SP) - treinador-chefe; Tânia Fernandes de Paula Moura (Federação Paulista de Atletismo); Diogo Dias Gamboa (Instituto Atletismo de Balneário Camboriú-SC); Wagner Carvalho Domingos (Federação de Atletismo do Paraná); Oficiais CBAT - Edeimar Alves e Fernando Reis.

<https://worldathletics.org/competitions/world-athletics-indoor-championships/nanjing25>

As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Rafael Câmara vence de ponta a ponta corrida principal na Austrália e é líder da F3

O brasileiro Rafael Câmara venceu no sábado (15) a corrida principal da etapa de abertura da Fórmula 3, disputada no circuito de Albert Park, em Melbourne. O piloto, que integra o Ferrari Driver Academy e defende a Trident, estreou na categoria neste final de semana com a pole position da prova, que foi realizada debaixo de chuva. De quebra, o estreante sai da Austrália na liderança do campeonato.

A corrida teve o brasileiro liderando de forma dominante. Câmara, que liderou de ponta a ponta, chegou a abrir cinco segundos de frente para o segundo colocado. Um acidente já na 13ª volta de disputa encerrou a prova com bandeira vermelha, definindo a vitória em favor do atual campeão da FRECA.

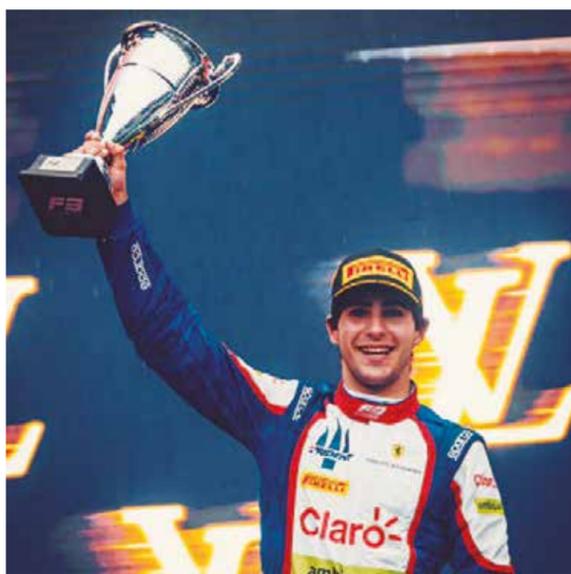
“Estava forte hoje, em condições difíceis e pela primeira vez no molhado neste final de semana. Mas a equipe fez um trabalho

incrível e, assim que começamos a corrida, me mantive na pista, e administrei o ritmo e os pneus. Estou muito feliz com o resultado e estou ansioso pela etapa do Bahrein”, disse Câmara, logo após a corrida.

“Foi a primeira vez que andei em um circuito de rua com pista molhada, então só havia uma linha para seguir. Foi muito complicado, pois, se você tentasse forçar um pouco mais o ritmo e saísse da linha, perderia completamente a aderência. Fui cuidadoso e fiz o meu trabalho”, completou o brasileiro.

Completada a primeira etapa da temporada 2025, Rafael Câmara lidera a F3 com 28 pontos, e tem nove de frente para o segundo colocado.

A temporada 2025 da F3 terá sequência entre os dias 11 e 13 de abril, com a disputa da etapa do Bahrein.



Rafael Câmara

Miguel Silva sobe no pódio em terceiro na OKN Júnior



Miguel Silva contou com um kart bem acertado para chegar no pelotão da frente

Pela segunda vez consecutiva o piloto Miguel Silva (Rodoil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) subiu no pódio da categoria internacional OKN Júnior. No último sábado (15) ele foi terceiro colocado na 2ª etapa da

Copa São Paulo Light de Kart, disputada no Kartódromo de Interlagos, em São Paulo (SP). Com este resultado ‘Miguelito’ é terceiro colocado no campeonato, com 15 pontos, apenas cinco de diferença para os líderes Nicolas

Guth e Samuel Santiago, vencedores respectivamente das duas primeiras etapas.

Depois de deixar de garantir a pole position por apenas 25 centésimos de segundo, Miguel Silva largou da segunda posição na primeira corrida, mas caiu para sexto na primeira volta. Com muita determinação e um kart bem ajustado e rápido - fez a 2ª volta mais rápida a

somente 2 milésimos de segundo do melhor giro da etapa -, ele foi realizando ultrapassagens e com muita garra recebeu a bandeirada em terceiro. Na segunda bateria largou do terceiro posto, mas como o piloto da sua fila teve dificuldade em partir, Miguel caiu para o oitavo posto. E novamente, com excelente desempenho foi subindo de posições para garantir outra terceira colocação.

A terceira etapa da Copa São Paulo Light de Kart será no dia 12 de abril, novamente no Kartódromo de Interlagos.

Confira os seis que subiram no pódio da 2ª etapa da OKN Júnior: 1) Samuel Santiago, 18 pontos; 2) Nicolas Guth, 18; 3) Miguel Silva, 16; 4) Alejo Caracoché; 13; 5) Rafael Busato, 13; 6) Bernardo Tambasco, 11.

Confira como ficou a pontuação (extra-oficial) da OKN Júnior após a 2ª etapa da Copa São Paulo Light de Kart: 1) Nicolas Guth, 20 pontos; 2) Samuel Santiago, 20; 3) Miguel Silva, 15; 4) Bernardo Tambasco, 13; 5) Eli Steinbruch, 12; 6) Alejo Caracoché, 7; 7) Gui Moleiro, 6; 8) Francisco Rocha, 6; 9) Rafael Busato, 6; 10) Gustavo Bonk, 4; 11) Caio Zorzetto, 3; 12) Leonardo Ramires, 3; 13) Luiz Queiroz, 1.



O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

cenp **ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS **abra legal** **ADJORNAR** JORNAL DO INTERIOR

Relaxa Building larga na frente na abertura da Classe C30 no Circuito Ilhabela

A Classe C30 iniciou 2025 com a tradicional competitividade. Após duas regatas, apenas três pontos separaram os cinco barcos da flotilha one design, que voltam a correr no próximo fim de semana (22 e 23/3) para concluir a primeira etapa da 25ª Copa Mitsubishi - Circuito Ilhabela de Vela Oceânica. A abertura da temporada contou com 44 embarcações, recorde de inscritos na competição que celebra neste ano o jubileu de prata.

Com dois segundos lugares, o atual campeão, Relaxa Building, lidera a Classe C30 após a abertura da competição no sábado (15). Os vencedores foram Kaikias EMS e Caiçara KAT Technologies, em cada regata. Com vento de sudoeste a sul, entre 10 e 12 nós (20 km/h), as duas provas foram realizadas ao centro do Canal de São Sebastião, em frente ao YCI. O Relaxa Building soma quatro pontos perdidos, contra seis do Caiçara KAT Technologies. Kaikias EMS, Tonka e Bravo vêm a seguir com sete pontos.

O velejador olímpico e pentacampeão mundial das classes Snipe e J24, Maurício Santa Cruz, o Santinha, é o responsável pelo leme do Relaxa Building. “Come-

ço de temporada é sempre difícil porque todo mundo ainda está buscando entrosamento. O que favoreceu nosso trabalho em equipe, foi a manutenção da tripulação de 2024. A partir do próximo fim de semana estaremos mais bem adaptados, assim como nossos adversários”, afirmou Santinha.

“No sábado, o vento estava fraco e o que fez a diferença nas duas regatas foi uma boa largada. A Classe C30 é uma das mais competitivas da vela oceânica, ainda mais porque, além de se reforçarem, as tripulações seguem evoluindo cada vez mais. Qualquer vantagem que se obtenha diante dos rivais, pode decidir a regata devido ao equilíbrio”, justificou o timoneiro Santinha.

No domingo (16), as regatas previstas viraram canoa de cerveja no YCI após os barcos boiarem por quase três horas no Canal de São Sebastião à espera do vento que não se apresentou. Nas demais classes, a primeira etapa tem liderança parcial dos seguintes barcos: Crazy Phoenix (HPE 25), Rudá (ORC), BL3 Urca (BRA RGS A), My Boy (RGS B), Comanda (RGS C) Helios (RGS Cruiser) e Morgazek (Clássicos).